



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Nagib Aouar Claudino

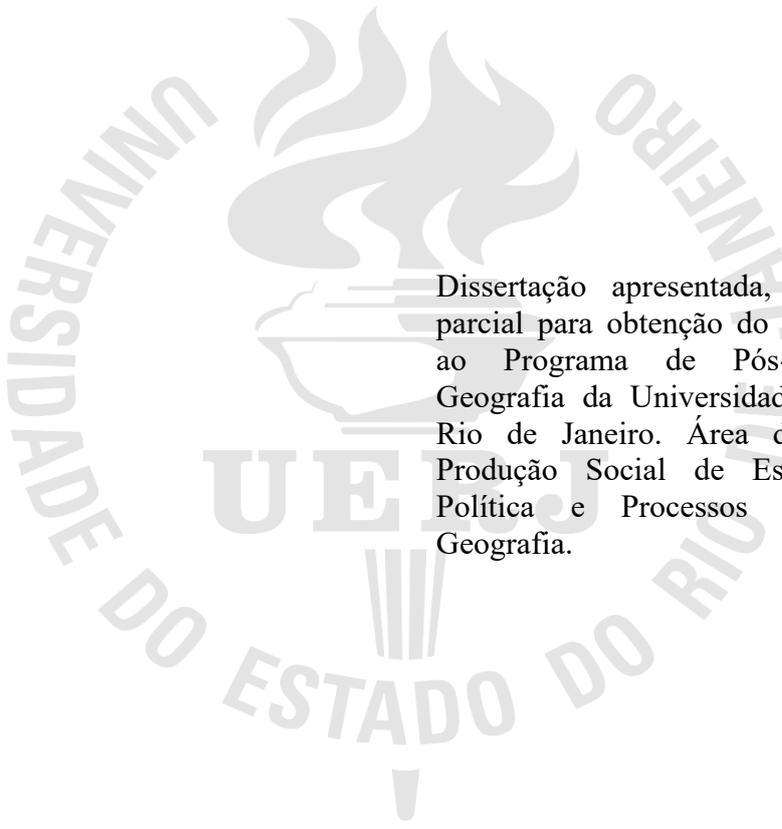
**Trabalho e resistência: um olhar sobre a classe trabalhadora do Vale do
Jequitinhonha a partir do Jornal Geraes**

São Gonçalo

2024

Nagib Aouar Claudino

**Trabalho e resistência: um olhar sobre a classe trabalhadora do Vale do Jequitinhonha
a partir do Jornal Geraes**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Produção Social de Espaço: Natureza, Política e Processos Formativos em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Raposo Alentejano

São Gonçalo

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

C615
TESE

Claudino, Nagib Aouar.

Trabalho e resistência: um olhar sobre a classe trabalhadora do Vale do Jequitinhonha a partir do Jornal Geraes / Nagib Aouar Claudino. – 2024.
161f.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Raposo Alentejano.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Trabalhadores - Jequitinhonha, Rio, Vale (MG e BA) - Teses. 2. Jornalismo - Aspectos sociais – Teses. 3. Ditadura – Teses. I. Alentejano, Paulo Roberto Raposo. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. III. Título.

CRB7 – 5190

CDU 331

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Nagib Aouar Claudino

**Trabalho e resistência: um olhar sobre a classe trabalhadora do Vale do Jequitinhonha
a partir do Jornal Geraes**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Produção Social de Espaço: Natureza, Política e Processos Formativos em Geografia

Aprovada em 11 de junho de 2024.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Paulo Roberto Raposo Alentejano (Orientador)
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof^a. Dra. Leonilde Servolo de Medeiros
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Marcos Antônio Campos Couto
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

São Gonçalo

2024

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos são sempre complexos porque, por definição, sempre haverá nomes esquecidos e injustiças, mas vamos lá. Agradeço minha esposa Amanda Koch pelo apoio na minha caminhada, por se dispor a ler meus textos e fazer apontamentos. Com certeza essa caminhada seria significativamente mais difícil sem o apoio dela. Agradeço também meu orientador Dr. Paulo Alentejano, geralmente é pro forma os agradecimentos ao orientador, entretanto, no meu caso é um agradecimento de coração. O meu orientador foi uma pessoa ímpar e fundamental no meu processo criativo, me acolheu quando foi preciso, cobrou também quando necessário, foi um exemplo de ser humano que eu espero conseguir reproduzir em minhas práticas docentes durante minha trajetória. Agradeço também ao grupo de pesquisa Geoagrária (UERJ- FFP). Gostaria também de agradecer ao Prof. Dr. Ruy Moreira que, mesmo ocupando um espaço importante no panteão da intelectualidade da geografia latino-americana, sempre me deu muito apoio moral, como uma vez que fiz uma pergunta a ele sobre teoria e ele fez uma chamada de vídeo via Meet por quase duas horas e me deu uma aula particular sobre o tema. Eu já admirava o professor Ruy antes de ser aluno da UERJ, mas após o contato mais próximo com ele, percebi que mais do que um exemplo de grande intelectual, ele é um exemplo de vida e ser humano pra todos nós. Agradeço também todo o corpo docente da UERJ - FFP que me deu aulas durante minha passagem pelo programa, por fomentar o debate e por me suportar com perguntas intermináveis e às vezes inconvenientes. Todos, de uma maneira ou de outra, contribuíram para minha formação. A Faculdade de Formação de Professores é uma escola não apenas do ponto de vista de formação intelectual, mas de humanização do acadêmico. Agradeço em especial aos professores dos quais me tornei mais próximo: o Prof. Dr. Astrogildo França, que mais do que um professor da casa se tornou um amigo de eternos bate papos e divagações sobre a vida, o Prof. Dr. Marcos Couto, pelo apoio moral e bons papos e o Prof. Dr. Charles da França, pela confiança. Agradeço aos colegas que cursaram o mestrado comigo e muitas vezes tiveram que suportar minhas eternas divagações teóricas, aprendi muito com essa turma e vou levar uma boa parte deles para minha vida. Agradeço também a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) pela bolsa de pesquisa que me garantiu condições materiais para desenvolver esta pesquisa.

Partimos do pressuposto de que não existe sociedade a-geográfica assim como não existe espaço geográfico a-histórico. Assim como todo o espaço geográfico está impregnado de historicidade, a história está, sempre, impregnada de geograficidade.

Carlos Walter Porto-Gonçalves

RESUMO

CLAUDINO, Nagib Aouar. *Trabalho e resistência: um olha sobre a classe trabalhadora do Vale do Jequitinhonha a partir do Jornal Geraes*. 2024. 161f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2024.

O trabalho desempenha um papel de centralidade na produção do espaço social humano, uma vez que o mesmo é imprescindível para produção e reprodução da vida. Logo, compreender a realidade dos trabalhadores de determinado espaço, em determinado tempo, é essencial para desnudar o que está por trás das desigualdades socioespaciais do tempo presente. Partindo dessa premissa, esta pesquisa teve como objetivo compreender a realidade da classe trabalhadora do Vale do Jequitinhonha, apresentada no Jornal Geraes, partindo da premissa de que o referido Jornal se colocava numa posição histórica de apoio aos trabalhadores da região. A definição de classe trabalhadora utilizada partiu de uma visão ampliada do conceito, a qual tanto a Sociologia do Trabalho, quanto a Geografia do Trabalho denominam como classe-que-vive-do-trabalho, esta busca entendimento não apenas a partir das particularidades das vivências dos ofícios, mas de uma universalidade ontológica que une as mais diversas categorias de trabalhadores, que é a realidade objetiva de ter apenas sua força de trabalho como forma de garantir sua existência e reprodução social. O marco temporal deste trabalho se dá em meio ao período da Ditadura Empresarial-Militar, o que também exigiu dessa pesquisa um profundo diálogo historiográfico e análise documental do período para compreensão da conjuntura política a qual o Jornal e os Trabalhadores estavam vivenciando, tal diálogo enriqueceu a pesquisa e também trouxe à luz do conhecimento documentos do Serviço Nacional de Informação (SNI) sobre a região do Vale do Jequitinhonha que, até onde se sabe, ainda não haviam sido descobertos. Os procedimentos metodológicos desta pesquisa foram análises bibliográficas e documentais, tendo como base teórico-metodológica o materialismo histórico, que também pode ser chamado de materialismo histórico - geográfico.

Palavras-chave: jornal geraes; classe trabalhadora; ditadura empresarial-militar.

ABSTRACT

CLAUDINO, Nagib Aouar. *Work and resistance: a look at the working class of Vale do Jequitinhonha* from Jornal Geraes. 2024. 161f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2024.

Work plays a central role in the production of human social space, since it is necessary for the production and reproduction of life. Therefore, understanding the reality of workers in a given space, at a given time, is essential to uncover what is behind the socio-spatial inequalities of the present time. Starting from these positions, this research aimed to understand the reality of the working class in Vale do Jequitinhonha, presented in Jornal Geraes, starting from the position that the aforementioned newspaper placed itself in a historical position of support for workers in the region. The definition of working class used came from an expanded view of the concept, both the Sociology of Work and the Geography of Work call it the class-that-lives-from-work, this seeks understanding not only from the particularities of the experiences of the trades, but of an ontological universality that encompasses the most diverse categories of workers, which is the objective reality of having only their workforce as a way of guaranteeing their existence and social reproduction. The time frame of this work takes place in the middle of the period of the Business-Military Dictatorship, which also precedes this research, a deep historiographical dialogue and documentary analysis of the period to understand the political situation that the Newspaper and the Workers were experiencing, such dialogue enriched The research also brought to light documents from the National Information Service (SNI) about the Jequitinhonha Valley region which, as far as we know, had not yet been discovered. The methodological procedures of this research were bibliographic and documentary analyses, having historical materialism as a theoretical-methodological basis, which can also be called historical-geographical materialism.

Keywords: jornal geraes; working class; business-military dictatorship.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	As informações na segurança interna	48
Figura 2 –	Modelo de ficha para análise ideológica	50
Figura 3 –	Folha de rosto Dossiê SNI – Levantamento do Vale do Jequitinhonha – ago/1974	52
Figura 4 –	Excerto Dossiê SNI – Levantamento do Vale do Jequitinhonha – ago/1974	53
Figura 5 –	Excerto Dossiê SNI – Levantamento do Vale do Jequitinhonha – ago/1974	55
Figura 6 –	Documento Confidencial do Serviço Nacional de Informação (SNI) sobre atividades envolvendo membros do Jornal Geraes – dez/1980	72
Figura 7 –	Documento Confidencial do Serviço Nacional de Informação (SNI): Capa do Dossiê sobre o Jornal Geraes – set/1978	76
Figura 8 –	Documento Confidencial do Serviço Nacional de Informação (SNI): Página que mostra a visão da Ditadura sobre o Jornal Geraes – set/1978	76
Figura 9 –	Edição – Março de 1978 – Ano I, nº 0	83
Figura 10 –	Reportagem sobre a luta dos trabalhadores	88
Figura 11 –	Reportagem do Jornal Geraes sobre a política no Vale	92
Figura 12 –	Excerto Dossiê SNI – Levantamento do Vale do Jequitinhonha – ago/1974	93
Figura 13 –	Edição – Maio de 1978 – Ano I, nº 1	94
Figura 14 –	Entrevista com o pecuarista Tiná	97
Figura 15 –	Continuação da entrevista com o pecuarista Tiná	98
Figura 16 –	Excerto Dossiê SNI – Levantamento do Vale do Jequitinhonha – ago/1974	100
Figura 17 –	Reportagem com relatos de trabalhadores	102
Figura 18 –	Capa do livro do Bispo Dom Sigaud	103
Figura 19 –	Excerto Dossiê SNI – Levantamento do Vale do Jequitinhonha – ago/1974	104

Figura 20 –	Excertos Dossiê SNI – Atuação de militantes e ex militantes (...) – set/1981	105
Figura 21 –	Reportagem sobre organização sindical dos trabalhadores rurais	107
Figura 22 –	Excerto documento SNI sobre atuação de religiosos em Turmalina – MG – out/1985	109
Figura 23 –	Edição – Junho/Julho de 1978 – Ano I, nº 2	110
Figura 24 –	Mensagens dos leitores	113
Figura 25 –	Reportagem sobre a realidade dos trabalhadores rurais	114
Figura 26 –	Início entrevista Padre José Lávaia	116
Figura 27 –	Fornos para produção de carvão – Alto Jequitinhonha	117
Figura 28 –	Relato de trabalhadora	119
Figura 29 –	Reportagem sobre a vida dos posseiros	120
Figura 30 –	Edição Setembro de 1978 – Ano I, nº 3	126
Figura 31 –	Excerto Dossiê SNI – Levantamento do Vale do Jequitinhonha – ago/1974	129
Figura 32 –	Excertos Dossiê SNI – Levantamento do Vale do Jequitinhonha – ago/1974	131
Figura 33 –	Excerto Dossiê SNI – Levantamento do Vale do Jequitinhonha – ago/1974	133
Figura 34 –	Charge sobre insegurança alimentar	135
Figura 35 –	Incentivo à leitura de jornais	136
Figura 36 –	Edição Outubro/Novembro de 1978 – Ano I, nº 4	137
Figura 37 –	Mensagem de leitora do Jornal Geraes	138
Figura 38 –	Poema do Tadeu Martins	139
Figura 39 –	Biografia Francelino Pereira	142
Figura 40 –	Reportagem sobre situação política de Turmalina	145
Figura 41 –	Papel da diocese do Médio Jequitinhonha	147
Figura 42 –	Reivindicação de trabalhador do Vale do Jequitinhonha	148

Figura 43 – Artesanatos modelados	150
Figura 44 – Artesanatos prontos	150

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	11
1	CONCEPÇÕES TEORICO-METODOLÓGICAS ACERCA DA CENTRALIDADE DO TRABALHO E O ESPAÇO GEOGRÁFICO, UMA LUPA PARA ANÁLISE SOCIAL	18
1.1	A atualidade do conceito de classe trabalhadora ou classe-que-vive-do-trabalho	28
2	A FORMAÇÃO ESPACIAL DO VALE DO JEQUITINHONHA NA CONJUNTURA DA DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR	40
3	O JORNAL GERAES	64
4	A CLASSE-QUE-VIVE-DO-TRABALHO NAS PÁGINAS DO JORNAL GERAES	81
	CONCLUSÕES	152
	REFERÊNCIAS	156

INTRODUÇÃO

Estudar na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, principalmente no campus de Diamantina – MG, significa que de alguma forma o estudante acabará por se encontrar com a temática regional em algum momento. Às vezes, essa temática é bem menos explorada do que deveria, mas em alguma medida sempre acontece.

Por uma questão de sorte, foi possível ter como professor e um dos orientadores de graduação o Prof. Mateus de Moraes Servilha, que atualmente é professor na Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, mas trabalhou por algum tempo na UFVJM. Uma das marcas das disciplinas ministradas por esse professor, que é o que podemos adjetivar de “especialista” na temática Vale do Jequitinhonha, sempre foram os longos trabalhos de campo pelo Vale, nos quais ele geralmente levava turmas das disciplinas de Geografia Agrária e Geografia do Vale do Jequitinhonha. Esse professor conhecia e era conhecido pela maioria dos movimentos culturais e atores sociais do Vale e levava os alunos a terem uma experiência única nesses trabalhos de campo. Apesar desse professor em questão ser extremamente aberto no sentido de não impor temas de pesquisa, ou perspectivas teóricas, não há dúvidas que tamanho entusiasmo do mesmo influenciou diversos alunos a se interessarem a pesquisar o Vale. O *Jornal Geraes*, parte central dessa pesquisa, foi apresentado em uma das disciplinas desse professor, que levou um exemplar do *Jornal* e mostrou pra turma.

Apesar desse professor ter influenciado profundamente na produção de um imaginário sobre o Vale do Jequitinhonha, que permeia esta pesquisa, por meio de suas aulas, bem como pela sua tese de doutorado, há significativas diferenças entre as perspectivas teóricas e foco de análise da sua tese e desta pesquisa.

As grandes influências teóricas desta pesquisa vêm da Sociologia do Trabalho, a Geografia do Trabalho e também da História Social do Trabalho. Essas se tornaram uma marca que se faz presente de forma substantiva no modo de este pesquisador pensar o mundo. O ponto de partida para essa marca está bem demarcado e historicamente datado: foi o programa *Roda Viva* de 03/09/2012, o dia da entrevista do Sociólogo do Trabalho Ricardo Antunes. Como alguém de origem de classe trabalhadora, as falas dele fizeram muito sentido. Daquele dia em diante, os livros dele foram adquiridos para aprofundamento teórico, o que passou exercer influência sobre os interesses de estudo e pesquisa.

De início, a ideia central da presente pesquisa era entender como a classe trabalhadora do Vale do Jequitinhonha era representada no Jornal Geraes. Conhecendo o fato de que tal Jornal tinha feito alguma resistência à ditadura e que os anos de chumbo foram extremamente regressivos pra classe trabalhadora, talvez ali daria pra produzir uma pesquisa interessante, partindo do enfoque da centralidade da categoria do trabalho.

A princípio, a questão da ditadura seria só um pano de fundo, porém em meio à pesquisa foram encontrados diversos arquivos do Serviço Nacional de Informação (SNI), até então inéditos em pesquisas sobre a região do Vale. É sempre complexo falar em ineditismo, mas pelo menos em consulta com grandes pesquisadores da região, que inclusive estudaram esse mesmo período histórico, até então ninguém tinha ouvido falar desses documentos encontrados.

O enfoque que seria dado à classe trabalhadora do Vale do Jequitinhonha representada no Jornal Geraes teve a sua centralidade dividida também por uma atenção especial que a pesquisa pediu em relação ao estudo da ditadura. Em certo momento, foi cogitada a ideia de escolher um dos dois caminhos, mas o orientador, Prof. Dr. Paulo Alentejano (UERJ-FFP), sabiamente deu a direção que as duas coisas eram complementares e que poderia ser abordado como essa classe trabalhadora era representada no Jornal Geraes e o papel da ditadura nesse processo, sendo respaldado pelos documentos encontrados.

No projeto inicial, a ideia era analisar todo o Jornal, o que quer dizer, publicações de 1978 a 1985, porém devido à riqueza da documentação encontrada e quantidade de elementos encontrados apenas no primeiro ano do Jornal Geraes, que é 1978, a abrangência temporal da pesquisa foi modificada, sendo analisado apenas um ano de publicação do Geraes.

Outro ponto interessante e fundamental para compreensão da confecção desta pesquisa é que é comum em pesquisas historiográficas ou geo-históricas a transcrição de documentos, ou seja, o pesquisador lê o documento, transcreve determinado trecho na pesquisa e debate sobre o determinado trecho. Nesta pesquisa, também em conversa com o orientador, ficou estabelecido não transcrever a maioria dos documentos ou trechos do jornal, mas colocar os excertos, imagens do jornal ou documentos em forma de imagem. O que é interessante, uma vez que o Jornal Geraes não é um Jornal amplamente conhecido fora do Vale e as imagens das capas e recortes de reportagens trarão uma perspectiva mais aproximada do jornal, sua estética e formas de apresentação, o que só as transcrições invisibilizariam.

Outra questão importante é que os documentos encontrados do SNI estão no Sistema de Informação do Arquivo Nacional (SIAN), que só é possível acessar criando um login e

senha ou atualmente através do sistema gov.br. Como são documentos que estão dentro de um sistema do arquivo nacional, os links nas referências provavelmente não podem ser acessados apenas clicando. Pensou-se em colocar todos os documentos como anexo, porém isso significaria por volta de 100 páginas só de anexo, o que seria inviável.

No contexto mais amplo, esta pesquisa faz parte do contexto latino-americano da Guerra Fria, no qual a América Latina, em especial nas décadas de 1960 e 1970, foi um espaço de importantes disputas no que podemos chamar de capitalismo global. Os territórios dessas latitudes do sul global já traziam marcas dolorosas desde os períodos coloniais, sejam as marcas do escravismo, seja o apagamento dos povos originários por aqui já existentes. Nessa perspectiva, o capitalismo dependente aqui instalado legou marcas históricas de superexploração e escassez aos trabalhadores latino-americanos, numa totalidade perversa de cariz étnico-raciais construída desde os períodos coloniais, como supracitado.

As ditaduras latino-americanas, a partir da década de 1960, marcam bem a disputa em meio à Guerra Fria. Essa noção escalar entre o global, o regional e o local são de fundamental importância para caminhar rumo a uma compreensão mais próxima da totalidade. A Guerra Fria marca uma disputa em âmbito global entre dois projetos, duas visões de mundo e essa disputa vai se materializar na América Latina em forma de ditaduras, repressões e perdas históricas para a classe trabalhadora. Uma coisa que as ditaduras foram eficientes em fazer na América Latina foi aumentar a extração de mais valor sobre os trabalhadores, seja na forma de desarticulação de lutas sindicais, seja na neoliberalização da economia (como no caso argentino e chileno), seja com impedimento de uma reforma agrária popular e consequente reforço a uma intensa concentração fundiária, que produziu consideráveis exércitos de mão de obra de reserva nas periferias urbanas como reflexo de êxodos rurais.

O Brasil integra esse contexto latino-americano em meio à Guerra Fria, com sua formação espacial que traz características históricas e culturais específicas, mas que não foge ao contexto do capitalismo dependente regional. Aqui, o anticomunismo ligado à Guerra Fria foi real e evidente, porém a perversidade das elites do país não pode ser subestimada ou olhada como mero reflexo de forças externas, uma vez que pode-se dizer até de um vanguardismo anticomunista brasileiro, principalmente a partir do episódio conhecido como Intentona Comunista de 1935, o qual deu início a um arsenal propagandístico anticomunista e à produção de um anticomunismo cultural dentro das forças armadas do país, lembrando que a ruptura com a URSS e a perseguição de Partidos Comunistas foi anterior ao que ocorreu nos EUA (Motta, 2021).

A partir do golpe de 1964, com a instauração da ditadura empresarial-militar, adjetivação que demarca o papel, participação e o interesse de setores da elite econômica do país no processo, uma vez que hoje já se pode afirmar com segurança o quanto foi lucrativo para muitos setores dominantes do país uma ditadura em que a relação capital/trabalho, latifúndio/camponês tinha os olhos e a força do estado sempre voltados para benefício outro que não o da classe trabalhadora (Melo, 2012), houve grande retrocesso político e social, em meio do qual diversas formas de resistência foram materializadas, sejam aquelas que pegaram em armas para resistir, como a militância que ficou famosa como Guerrilha do Araguaia, assim como também outras formas de resistência por meio das artes, literatura e jornalismo.

Principalmente após o Ato Institucional Número Cinco (AI5) de 1968, houve um endurecimento ainda maior da ditadura, em que até artistas e jornais bem pouco críticos sofriam censura, como afirma (Smith, 2000). Nessa perspectiva, dentre as muitas atividades reprimidas pela ditadura, o papel do jornalismo de dar luz aos fatos sofria destacada repressão. Nem mesmo o jornalismo empresarial passou despercebido.

A história e seus rebatimentos socioespaciais muitas vezes foram contados a partir do centro econômico ou cultural, como o eixo Rio/São Paulo, que em larga medida sempre teve esse papel, contribuindo para os rumos das pesquisas, perspectivas teóricas e visão de país, até mesmo pelo fato dos principais centros de pesquisas estarem localizados nesse eixo e suas regiões metropolitanas. Este fato da formação espacial teve e tem a sua importância por ter ajudado até aqui a compreender a realidade brasileira, porém se há um centro, dialeticamente também há uma periferia e é de uma perspectiva periférica que se inicia esta reflexão.

Se o período ditatorial que ocorreu no Brasil teve um papel importante no processo de ataque aos direitos e formas de vida de sujeitos trabalhadores do campo e das cidades, é também importante compreender esses desdobramentos a partir de espaços periféricos e o Vale de Jequitinhonha, em Minas Gerais, é, sem dúvidas, um exemplo significativo desse espaço.

Para tanto, nesta pesquisa objetiva-se compreender a realidade da classe trabalhadora do Vale do Jequitinhonha, representada em um jornal regional, que é o Jornal Geraes, formado por militantes de esquerda com intuito de trazer em suas páginas informações e denúncias com base nas demandas sociais dos trabalhadores do Vale do Jequitinhonha, região que se destaca pela característica camponesa dos trabalhadores.

Segundo Luca (2009), a pesquisa sobre movimentos operários, que ocupou lugar de destaque na academia brasileira nas décadas de 1980 e 1990 foi uma das que deu centralidade

aos jornais como fonte de pesquisa. A construção de periódicos operários ligados a sindicatos e movimentos políticos dos trabalhadores serviu para trazer outras narrativas e informações para a classe trabalhadora que não aquela trazida pelos jornais empresariais. Apesar das diferenças entre o *Jornal Geraes* e jornais do movimento operário fabril, a lógica metodológica desta pesquisa vai no mesmo sentido, uma vez que se pretende dar centralidade à fonte, que é um jornal construído a partir do viés de resistência e construção, buscando trazer informações sobre o que era pertinente “aos de baixo”.

No caso, o *Jornal Gerais* exerce uma função dupla na pesquisa, a de objeto e fonte, uma vez que o mesmo além de evidenciar questões como formação de sindicatos rurais, denúncia de desterritorialização de camponeses por reflorestamento de eucalipto, mazelas por falta de acesso dos camponeses à saúde e uma infinidade de outras questões pertinentes à classe trabalhadora camponesa da região, também torna-se objeto, no momento em que em meio à pesquisa se descobre documentos oficiais da ditadura em perseguição ao jornal e aos seus membros, por serem militantes de esquerda.

A técnica de pesquisa aqui utilizada é objetivamente a revisão bibliográfica e análise documental. Na revisão bibliográfica, buscou-se, a partir da leitura crítica das pesquisas já realizadas na referida região, entender o processo de produção daquele espaço social, fazendo sempre uma relação escalar entre o global, regional e local numa perspectiva de compreensão a partir de uma totalidade relacional.

Ainda segundo a técnica utilizada, a análise documental entra complementarmente, dialogando com a revisão bibliográfica. Com essa combinação, objetivou-se compreender, analisar e, ao mesmo tempo, quem sabe, produzir um conhecimento novo sobre o referido espaço social.

Esta pesquisa efetivamente parte de concepções teóricas, nas quais há objetividade e profunda fidedignidade às evidências trazidas pelas fontes, entretanto, reivindica-se o direito de rejeitar a palavra neutralidade, uma vez que as vivências do pesquisador por definição influenciam em tais escolhas. Os estudos sobre o trabalho, a classe trabalhadora, mundo do trabalho e os horrores das ditaduras, requerem do Geógrafo, historiador e cientista social no geral, “(...) compromissos de ordem prática e compreensão teórica, entre interpretar o mundo e transformá-lo.” (Hobsbawm, 2015, p. 15).

Como afirma Mattos (2007), existem outras matrizes teóricas que estudam a questão do trabalho e da classe trabalhadora, mas Marx, o marxismo e conseqüentemente o materialismo histórico são o eixo teórico premente nesse contexto. Até mesmo críticos do

autor, muitas vezes, tem que passar por ele para entrar nessa temática nas supracitadas ciências.

Por escolha consciente, como pontapé inicial de interesse desta pesquisa, parte-se da compreensão do mundo por meio do que se convencionou chamar de materialismo histórico, que traz a centralidade do trabalho como elemento fundante na efetivação do ser humano enquanto ser social, assim como, por conseguinte, esse elemento é central na produção do espaço.

Nessa perspectiva, buscando uma coerência entre teoria e método, no primeiro capítulo deste trabalho, com o título “CONCEPÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS ACERCA DA CENTRALIDADE DO TRABALHO E O ESPAÇO GEOGRÁFICO, UMA LUPA PARA ANÁLISE SOCIAL”, buscou-se trazer o caráter ontológico da teoria de Marx em um diálogo aberto com a boa tradição do materialismo histórico com enfoque geográfico. No subcapítulo desse primeiro capítulo, com o título “A atualidade do conceito de classe trabalhadora ou classe-que-vive-do-trabalho”, foi feita uma análise histórica do conceito de classe trabalhadora em diálogo com as concepções teórico-metodológicas elencadas anteriormente.

Esse primeiro capítulo não necessariamente significa que vai haver uma operacionalização de toda essa teoria frente ao objeto, uma vez que não é o objeto que se enquadra à teoria, mas no decorrer do conhecimento do objeto, aqui e ali, às vezes mais, às vezes menos, a perspectiva interpretativa vai tentando articular as duas coisas.

Esse capítulo teórico efetivamente tem como papel mais central demonstrar a concepção do pesquisador, os pontos de partida ao qual o mesmo enxerga e dá sentido à realidade social, a lupa a qual o mesmo usa para interpretar o mundo.

No segundo capítulo, foi introduzida uma análise crítica descritiva baseada em revisão bibliográfica que teve como título “A FORMAÇÃO ESPACIAL DO VALE DO JEQUITINHONHA NA CONJUNTURA DA DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR”. Essa análise descritiva teve como enfoque apresentar a formação espacial do Vale do Jequitinhonha, dando centralidade aos camponeses, à questão fundiária da região e aprofundando na conjuntura política da ditadura empresarial-militar. Como uma exigência imposta pelo próprio objeto, foi necessário abordar sobre a lei de Segurança Nacional e o Serviço Nacional de Informação (SNI) para melhor compreensão dos documentos primários aqui apresentados.

A partir dessa formação espacial do segundo capítulo, inicia-se o terceiro capítulo, denominado “O JORNAL GERAIS”. Nesse capítulo, tentou-se trazer a essência da formação histórica desse jornal, seus objetivos em diálogo com a região. Para fundamentação, foram apresentados documentos primários em diálogo com o aporte teórico de Gramsci, que efetivamente está ligado à boa tradição das concepções teórico-metodológicas aqui propostas.

No quarto capítulo de título “A CLASSE-QUE-VIVE-DO-TRABALHO NAS PÁGINAS DO JORNAL GERAES.”, buscou-se fazer uma análise dos exemplares do Jornal Geraes do ano de 1978, com objetivo de compreender como essa classe trabalhadora estava ali apresentada e representada. Para tanto, buscou-se fazer um diálogo entre o jornal, bibliografias e documentação primária, tentando produzir uma reflexão histórico-Geográfica que demonstre a realidade desses trabalhadores no Vale do Jequitinhonha a partir do Jornal, assim como demonstrar a resistência do Jornal diante do contexto da ditadura empresarial-militar.

E por último, as conclusões, que apresentam de forma objetiva os resultados da presente pesquisa, demonstrando as expectativas iniciais em contraste com os resultados finais obtidos.

1 CONCEPÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS ACERCA DA CENTRALIDADE DO TRABALHO E O ESPAÇO GEOGRÁFICO, UMA LUPA PARA ANÁLISE SOCIAL

O trabalho, enquanto elemento ontológico humano de produção e reprodução da vida, traduz-se como elemento essencial no processo de produção do ser social e por conseguinte do seu espaço social, uma vez que não se pode conceber existência humana que prescindia da relação metabólica entre homem e natureza mediada pelo trabalho. Por mais que existam elucubrações teóricas que tentem advogar pelo fim do trabalho, superação da sociedade do trabalho e pela sociedade do conhecimento ou técnica, em última instância, a materialidade da vida se impõe e o que alguns chamam de sociedade do conhecimento ou técnica pode-se perceber de forma implícita naquilo que, já no século XIX, um importante filósofo alemão denominou de substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto (Marx, 2017).

Em Engels (1975-1976), pode-se pensar os aspectos ontológicos da relação homem natureza com base no trabalho, uma vez que as inúmeras modificações da corporeidade por meio do trabalho, que vão levar o homem à produção de um ser social, em que ao modificar a natureza ele modifica a si próprio, acarretaram no aprimoramento das bases sociais de cooperação, ajuda mútua e consciência da importância da cooperação.

Segundo Engels (1975-1976), a diferença central entre o homem e os outros animais está na relação com a natureza. O homem modifica a natureza através do trabalho, com fins determinados, impondo uma dominação e imprimindo modificações. Já os outros animais apenas utilizam e produzem modificações por sua presença, sem uma finalidade específica. A relação entre homem e natureza ocorre num plano muito mais complexo do que as meras necessidades biológicas dadas, mesmo que as necessidades biológicas por si só já denotem uma relação.

Já em Marx (2017), o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, em que através de sua ação, ele intervém, regulando e controlando seu metabolismo com a natureza. Apropria-se da matéria natural para sua existência, retirando coisas úteis pra sua vida. Dessa forma, através da corporeidade, ele age sobre a natureza modificando-a e ao mesmo tempo sendo modificado.

Pensar na centralidade da categoria do trabalho, principalmente partindo da ontologia marxiana, requer alguns questionamentos, até mesmo pela forma paradoxal da apresentação.

Se por um lado, são enunciados intimamente ligados a um tipo de ser no mundo, Marx necessariamente não se preocupou em tratar do tema ontologia de forma sistematizada ou definir essa questão dentro de um arcabouço teórico da teoria do conhecimento. Essa duplicidade está ligada à conhecida influência de Marx pela filosofia de Hegel, mesmo que crítico à filosofia hegeliana. Essa influência se faz presente na sua visão ontológica, na qual esta se move numa perspectiva de unidade, sistematicidade, ontologia, lógica, teoria do conhecimento, tendendo a fundir esses elementos (Lukács, 2018).

Dessa forma, trabalhar com a ontologia marxiana, tentando buscar uma espécie de manual, um tratado ontológico do ser, do homem no mundo, bem delineado e estruturado na teoria do conhecimento, parece um caminho equivocado, ou, no mínimo, não é um bom caminho. Um bom auxílio nessa empreitada de compreensão da ontologia marxiana são, sem dúvidas, as obras clássicas do filósofo Húngaro Georg Lukács.

Segundo Lukács (2018), a partir dos Manuscritos Econômicos Filosóficos, as categorias econômicas aparecem como categorias de produção e reprodução da vida, daí sim apresentando a possibilidade de uma exposição da ontologia do ser social com bases materialistas, como se pode conferir na citação dos Manuscritos abaixo.

O trabalhador produz o capital; o capital produz o trabalhador. O trabalhador [produz], portanto, a si mesmo, e o homem enquanto trabalhador, enquanto mercadoria, é o produto do movimento total (Marx, 2010, p. 91)

Lukács (2018) exorta que, embora a ontologia marxiana tenha centralidade na economia, de forma alguma é centrada em uma visão economicista de mundo. O economicismo vai aparecer, entretanto, em muitos que posteriormente vieram da tradição marxista. Para Lukács, isso comprometeu seriamente o marxismo no plano filosófico e se deu, em larga medida, pela ausência de ligação com o método filosófico marxiano.

Para a reflexão aqui proposta, a ontologia marxiana traz uma questão importante que é muito cara à Geografia: a noção de totalidade. Marx não via o mundo das ciências de forma dicotômica, mas de forma una, englobando natureza e homem (Lukács, 2018).

[...] o ponto de partida da ontologia marxiana do ser social. Nesse tocante, devem ser sublinhados particularmente alguns momentos, sobretudo este: o ser social pressupõe, em seu conjunto e em cada um dos seus processos singulares, o ser da natureza inorgânica e da natureza orgânica. Não se pode considerar o ser social como independente do ser da natureza, como antítese que o exclui, o que é feito por grande parte da filosofia burguesa [...]. (Lukács, 2018, p. 286).

É de efetiva importância compreender também que a ontologia do ser social marxiana descarta transposições rudimentares, materialista vulgar, das leis da natureza para sociedade, a exemplo do que se convencionou denominar de “darwinismo social” (Lukács, 2018).

O aspecto de objetividade do ser social se dá através da práxis social, em um processo que é dialético, que se dá com o pôr teleológico no trabalho, partindo do ser natural e se transformando efetivamente num ser social, processo esse que, mesmo sendo de longa duração histórica, com inúmeras transições, ainda se configura efetivamente como um salto ontológico. Nessa perspectiva, com o ato do pôr teleológico no trabalho, presentifica-se o ser-em-si, porém esse processo histórico vai ter desdobramentos, nos quais o ser-em-si, com formas e conteúdos meramente naturais, se efetiva em um ser-para-si, com formas e conteúdos sociais genuínos e próprios, não havendo paralelo na natureza. (Lukács, 2018).

Partindo dessa premissa da ontologia marxiana que dá centralidade à categoria do trabalho, que também é base orgânica da ontologia do ser social de Lukács, nessa noção de totalidade, abre-se caminho para uma reflexão da totalidade na geografia e de centralidade do trabalho no processo de produção do espaço, que no nosso entendimento, pode e deve caminhar com Marx e para além de Marx.

Sendo assim, é possível perceber essa visão em diversos geógrafos, a exemplo de Milton Santos, quando o mesmo afirma que: “(...) o trabalho é um processo de troca recíproca e permanente entre o Homem e a Natureza.” (Santos, 2008, p. 96), reconhecendo o trabalho como elemento central nesse processo.

Ainda em Santos (2008), o espaço é visto como uma realidade relacional entre objetos e relações, a sociedade e a natureza mediada pelo trabalho. O espaço é um conjunto indissociável entre arranjos geográficos, objetos naturais e sociais de um lado, e a sociedade em movimento de outro. Para ele, a sociedade é uma totalidade que não é independente dos objetos geográficos.

Na sua obra *Por uma Geografia Nova*, reconhecida como obra clássica para Geografia, Milton Santos vai definir que “O espaço geográfico é a natureza modificada pelo homem através do seu trabalho.” (Santos, 2008b, p. 150).

Em Santos (2014), há a substituição da categoria trabalho pela técnica, quando se afirma que “As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço.” (Santos, 2014, p. 29).

Ao perceber a substituição da categoria trabalho pela categoria técnica que Santos (2014) faz no decorrer da obra *A Natureza do Espaço*, pode-se levantar uma crítica no sentido

de que essa substituição categorial limita ou até mesmo esvazia o conteúdo ontológico auferido pela categoria do trabalho. Nessa perspectiva, a técnica seria uma forma de expressão teleológica, uma ideia possuidora de uma função social que orienta uma objetivação, ou seja, o agir humano que modifica uma porção do mundo objetivo em algo de que precisamos, seja uma lavoura, uma faca, uma casa ou um notebook. Assim, a técnica é apenas uma das características da teleologia para objetivação do trabalho. Técnica em última instância é trabalho objetivado, é um constructo histórico, diferentemente do trabalho que está em uma dimensão ontológica do ser social. (Lessa, 2021). Essa crítica é válida, tem base teórica, porém partindo de um olhar talvez mais heterodoxo, na práxis social, o uso da categoria técnica também pode ser visto como a substituição de trabalho vivo por trabalho morto, o que na nossa percepção em nenhum momento nega a centralidade ontológica do trabalho.

Em Carlos (2018), encontra-se uma reflexão em que essa relação ontológica também pode ser vista. Para ela, o espaço como produção nasce da história da relação do homem com a natureza, na qual o homem por meio do trabalho transforma a natureza, até que ela assuma a condição de criação humana, atividade esta que mantém o homem vivo e reproduzindo, num movimento de humanização da humanidade.

O geógrafo Ruy Moreira também vai no mesmo sentido, quando diz que:

A transformação da natureza pelo trabalho é também autotransformação do próprio homem, o homem transformando-se a si mesmo no mesmo momento em que transforma a natureza por intermédio do seu trabalho, hominizando-se junto à hominização da natureza. (Moreira, 2009, p. 67).

Para Moreira (2021, p. 64), “o espaço geográfico é um espaço produzido”, sendo a natureza uma condição concreta da existência humana, da sua produção social. Dentre os elementos que compõem um arranjo espacial, os únicos que independem do trabalho são os de ordem natural. Para o autor, anterior a uma relação homem-meio, há uma relação social homem-homem, essa se dá porque o processo de produção social extrapola o trabalho individual de um homem e se caracteriza como trabalho social, que se baseia em relações sociais, divisão social do trabalho, ou seja, relação homem-homem. (Moreira, 2021).

Já em Harvey (2013), na sua conhecida reflexão sobre o espaço, partindo de um visão de totalidade, para fins explicativos, foi elaborada uma “matriz espaço-temporal da teoria marxiana” que divide o espaço em absoluto, relativo e relacional, na sua caracterização sobre os componentes internos de cada uma dessas dimensões do espaço. O trabalho, seja como processo concreto, abstrato ou só a força de trabalho social, respectivamente, faz-se presente

nas dimensões citadas pelo autor, o que deixa efetivamente explícito o papel central do trabalho no entendimento de produção do espaço do mesmo.

Outro destacado geógrafo que atribui muita importância à centralidade do trabalho, na compreensão do espaço geográfico influenciado por Marx, é Thomaz Junior (2002), que inclusive coordena um centro de pesquisa direcionado à Geografia do Trabalho. Para o mesmo, pensar o trabalho sobre enfoque geográfico é compreender que:

[...] o enfoque geográfico, é compreendido por nós, pois, como expressão de uma relação metabólica entre o ser social e a natureza, sendo que nesse seu ir sendo ou em seu vir a ser está inscrita a intenção ontologicamente ligada ao processo de humanização do homem. (Thomaz Júnior, 2002, p. 4).

Partindo do entendimento dessa relação homem-natureza trazida a partir dos autores supracitados, para além de uma relação primária, a complexificação das relações sociais, as experiências na relação homem-meio são formadas a partir de práticas espaciais. Quando o homem provocado por suas necessidades se lança no mundo, buscando meios de sobrevivência, há uma prática espacial, prática essa que no processo de produção social da vida, produção e reprodução social do espaço social, vai se complexificando.

Em Moreira (2009), é possível encontrar um bom exemplo da materialização histórica das práticas espaciais. Para o autor, quando uma comunidade na sua relação com a terra faz intervenções, por meio do trabalho, para fins agrícolas, temos o início de um processo de prática espacial. Aos poucos, essa comunidade, através da experiência, vai produzindo saberes nos quais é possível distinguir quais parcelas da área trabalhada produz mais, quais as melhores espécies, como manejar determinada criação etc. A comunidade através de sua prática espacial aprende a extrair do meio melhores resultados para sua reprodução social. Aos poucos vai se produzindo uma série de conhecimentos abstratos, generalizações, percepções e cultura, o que era prática espacial se transforma em saberes espaciais, o que nessa relação dialética entre práticas e saberes se converte numa práxis.

Nas sociedades que Moreira (2009) denomina de sociedades naturais, que são aquelas em que a relação com a terra é seu meio universal de trabalho e sua organização é comunitária, sociedades essas anteriores às sociedades produzidas pela influência do sistema capitalista de produção, a relação homem-natureza mediada pelo trabalho tinha como ritmo de trabalho a própria natureza, uma relação de homem e natureza em unidade.

Nas sociedades após o advento do capitalismo como sistema ordenador da vida social, esse vínculo de relação de recíproco pertencimento é rompido, havendo uma separação entre

homem e natureza, produzindo uma dicotomia, em que o trabalho passa do ritmo dos homens para o ritmo do capital (Moreira, 2009).

Nascendo das entranhas da dissolução das sociedades naturais, o capital opera a passagem do estado da identidade orgânica para o da contradição, da identificação para o da degradação ambiental, do pertencimento para o da alienação (...) a rede de alienação do trabalho se irradia para todas as instâncias da sociedade capitalista: aliena-se o homem da natureza, dos produtos, do saber, do poder e dos próprios homens. (Moreira, 2009, p. 65).

Segundo Antunes (2009) em diálogo com Mészáros (2011), uma forma interessante de compreender esse processo de captura da relação metabólica entre homem e natureza pelo capital é entendendo os processos de mediação. Os autores citados vão chamar de mediação de primeira ordem e mediação de segunda ordem.

A mediação de primeira ordem é aquela na qual a finalidade é a manutenção da reprodução societal e também individual, na qual o ser humano e natureza são essencialmente integrados, unos nessa relação de intercâmbio, não podendo o homem como espécie prescindir disso. E o que torna o homem um ser especial, no sentido de único, é que essa relação metabólica de primeira ordem do homem com a natureza se difere das de outros animais que agem por mero instinto. Para além dessas determinações ontológicas fundamentais e primárias que vão estar na essência de toda existência humana por sobre a terra, o homem pode obter, através do processo do trabalho, o desenvolvimento de intercâmbios comunitários, produção de bens com valor de uso importantes para sua reprodução social e conhecimentos para satisfação de suas necessidades. Além disso, também estabeleceu sistemas de trocas comunitárias, sistemas de atividades culturais e materiais mais complexos e até mesmo uma perspectiva econômica, no sentido de gestão de recursos para lutar contra formas de escassez. (Antunes, 2009).

As mediações de segunda ordem são mediações específicas de um determinado período histórico, no qual valores de uso produzidos e reproduzidos a partir de necessidades humanas são substituídos por valores de troca, subordinando os processos de reprodução social ao processo de produção, reprodução e expansão do capital. As mediações de segunda ordem representam a subordinação das produções materiais e culturais humanas ao sistema do capital, o que efetivamente significa que ao subordinar o valor de uso ao valor de troca, converte-se a produção do capital no propósito da humanidade, uma vez que, para suprir suas necessidades, o mesmo se torna subordinado ao sistema metabólico do capital. (Antunes, 2009).

Segundo Mészáros (2011), alguns elementos caracterizam as mediações de segunda ordem produzidas pelo capital, a exemplo da separação do trabalhador dos meios de produção, e, acrescentamos aqui, a separação do trabalhador da posse da terra para produção, a interiorização do capital na subjetividade dos trabalhadores com um valor de caráter egoísta, que atende a ordem de expansão do capital e a alienação do trabalhador perante a dominação. São esses alguns dos elementos que constituem o sistema metabólico social do capital e seu sistema de segunda ordem, o qual tem o seu núcleo central formado pelo tripé Capital, Trabalho e Estado. Para o autor supracitado, é impossível a superação sistêmica do capital sem a superação desse tripé, que é relacional.

Baseado nas explicações anteriores, pode-se afirmar que as mediações de primeira ordem são fruto de uma relação ontológica entre o homem e a natureza mediada pelo trabalho que não pode ser superada, sendo essa relação permeada pela beleza, criatividade e inventividade humana e que tem centralidade nos avanços civilizatórios que nos trouxeram até aqui enquanto humanidade. Já as mediações de segunda ordem são frutos de uma conjuntura, uma construção histórica do sistema metabólico do capital que pode ser superada.

No que se refere especificamente à Geografia como ciência que busca compreender o espaço geográfico, em meio ao processo descrito anteriormente, pode-se afirmar que a mesma não passa ilesa a esse sistema de mediações, em que o valor de uso é apropriado para expansão contínua do capital. Pode-se dizer que a expansão progressiva da escala de comparações, sistematizações do conhecimento empírico do homem sobre a superfície terrestre, o aumento da reflexão abstrata que promoveu o entendimento de níveis de universalidade do espaço geográfico, a apropriação de saberes e práticas espaciais nos levou dos saberes espaciais à ciência geográfica (Moreira, 2009), que foi historicamente apropriada para fins coloniais e imperialistas.

Pensar o espaço social humano e por conseguinte a própria Geografia, a partir da centralidade do trabalho, por definição, já demarca um território teórico-metodológico, que se convencionou chamar de materialismo histórico ou, como o geógrafo Harvey (2005) prefere denominar, de “materialismo histórico geográfico”.

Pensar o espaço social humano pela ótica do materialismo histórico, uma perspectiva teórico metodológica marxista, não significa demarcar territórios disciplinares como os da geografia, história, sociologia, etc. A noção de totalidade relacional do próprio método descarta limites disciplinares, assim como também adjetivações como geografia marxista,

geografia crítica e coisas do gênero, tal adjetivação iria no sentido de confundir uma temática disciplinar com o método. (Moraes; Costa, 1987).

É obvio que Marx, um crítico da fragmentação das ciências humanas, não produziria uma geografia, nem se preocuparia com a existência de tal disciplina. Há trechos em seus escritos que se aproximam da problemática geográfica- e o resgate dessas teorizações é sumamente importante – porém, eles não constituem um corpo ordenado de conhecimentos, capaz de normatizar um campo de pesquisa. Da obra de Marx, e da produção marxista posterior, devemos tomar fundamentalmente o método de interpretação do real [...]. (Moraes; Costa, 1987, p. 38).

Segundo Moraes e Costa (1987), é possível perceber uma ausência sobre o Materialismo Histórico ou mesmo sobre as obras de Marx no que habitamos chamar de Geografia Clássica ou Tradicional de forte viés empirista. Como os autores ressaltam, não é uma ausência produzida a partir de uma crítica, mas uma postura de praticamente ignorar a existência do marxismo.

A constatação de Moraes e Costa (1987) sobre a ausência do materialismo histórico nos clássicos da geografia, ao nosso ver, está correta, porém Moreira (2009) chama a atenção para uma característica dos clássicos que é efetivamente importante, é possível perceber uma visão integrada, de totalidade homem meio nas perspectivas de autores fundantes da Geografia como Humboldt e Ritter. Mesmo que esses autores jamais tenham citado a palavra ontologia, ali existia uma visão integradora da totalidade homem natureza que podemos denominar de ontológica.

Em Lukács (2018), pode-se encontrar elementos que vão corroborar e sustentar a visão de Ruy Moreira sobre os clássicos da Geografia. Para Lukács, o “empirismo possuía um caráter ontológico com frequência ingênuo: era ontológico enquanto assumia como ponto de partida o insuperável caráter de ser dos fatos dados [...]” (Lukács, 2018, p. 292). A ingenuidade se dava por compreender o mundo como algo dado, não se preocupando com o porvir, de forma até mesmo acrítica. Para o autor, essa ingenuidade vai desaparecer com o empirismo positivista e neopositivista, dando lugar a construções de categorias manipulatórias produzidas de forma abstrata.

Lukács (2018) nos chama a atenção para o fato de que, se por um lado podemos perceber uma ontologia tida como ingênua em muitos estudos de caráter empirista sempre mais próximos aos naturalistas e áreas afins, o mesmo sempre foi muito mais raro no que se costuma chamar de ciências sociais.

Nas ciências sociais, são mais raros os casos de “realismo ingênuo”; em geral, as declarações de intenção no sentido de uma fidelidade aos fatos conduzem a reedições vulgares do empirismo, em que a aderência pragmática aos fatos imediatamente dados exclui do conjunto da concepção certas conexões efetivamente existentes, mas que se apresentam com menor imediatez, com o frequente resultado de desembocar numa falsificação objetiva dos fatos divinizados de modo fetichista. (Lukács, 2018, p. 292).

O que podemos apreender das reflexões até aqui colocadas é que, em termos metodológicos, a noção de totalidade é fundamental para qualquer análise que se proponha entender o real a partir do materialismo histórico, que também é dialético. Falar de totalidade não é uma proposta que aborde o todo de maneira caótica de uma vez, nem produzir uma caótica visão de totalidade, mas sim uma noção que deve estar no horizonte de pesquisa em que se busca compreender o real concreto em suas múltiplas determinações, a unidade no diverso, caminhar da experiência para o abstrato. (Moraes; Costa, 1987).

A busca por uma compreensão dos fenômenos sociais nos mais diversos espaços sociais, a partir de uma perspectiva de totalidade relacional, remete-nos a uma célebre frase de um diretor de cinema argentino chamado Fernando Birri, frase essa que foi popularizada pelo escritor uruguaio Eduardo Galeano. Os dois, em uma mesa de debate em uma universidade, foram questionados por um estudante sobre a serventia da utopia. Fernando Birri respondeu ao estudante “Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.” No nosso entendimento, a busca pela compreensão dos fenômenos a partir de sua totalidade vai nesse mesmo sentido. Talvez o pesquisador nunca compreenda a totalidade de determinado fenômeno, mas a busca da compreensão a partir desse viés leva a uma melhor compreensão do real, a uma caminhada rumo ao entendimento da essência para além da aparência.

Uma questão que não poderia ficar fora da reflexão aqui proposta é a questão da subjetividade, que aqui podemos traduzir de diversas maneiras, seja na reflexão sobre o simbólico, cultural, a questão das identidades, uma gama de assuntos e temas que tentam dar conta de aspectos do humano, do ser humano, do ser social que se produz e reproduz também a partir de vivências. Vivências essas que tem uma base material que produz experiências, sentimentos, sensações, manifestações espirituais que podem ser desde relações de crenças em divindades, natureza e experiências com o sagrado, como também espirituais no sentido da dimensão imaterial do humano.

Essa dimensão da subjetividade humana elencada anteriormente, muitas vezes é um ponto de muitas críticas e conflitos com os pensadores que utilizam o materialismo histórico

como lupa para compreender o mundo. Tais críticas têm diversos aspectos e nuances, indo desde críticas corretas sobre erros históricos de pensadores marxistas, ou partindo de um subjetivismo identitário que negligencia a materialidade da vida, ou até mesmo tendo origem em estratégias conservadoras para deslegitimar o marxismo dentro das ciências humanas, eliminando assim a crítica à crise estrutural do capital e mantendo o debate social dentro do que denominamos de controle sanitário contra o vírus da revolução.

Como Lukács (2018) deixa claro, muitos autores perderam totalmente a noção sobre o método filosófico de Marx, o que foi um prejuízo histórico para o marxismo, desorientando e comprometendo o mesmo no plano filosófico. Isso é um ponto. Cabe fazer a crítica mostrando os males do economicismo e materialismo vulgar, o que pra franjas mais avançadas do pensamento crítico já está superado. Estamos em outro momento da história, mesmo que alguns desavisados persistam em erros.

O segundo ponto, que elencamos anteriormente como subjetivismo identitário, traz nuances delicadas, mas que não podemos fugir ao debate. A dimensão subjetiva do humano é inegável, questões como relações de pertencimento, representatividade, identidade racial, espaço vivido, gênero e os mais diversos aspectos do humano são fundamentais, são partes constitutivas do ser social, da produção social e socioespacial. A questão aqui levantada são os aspectos subjetivos e simbólicos da vida social, que não podem ser considerados separados, independentes ou dicotômicos com a realidade material, como antítese que a exclui, o que muitas vezes tem sido feito por pensadores que se caracterizam como pós-modernos. A perspectiva ontológica da centralidade do trabalho parte de uma visão de totalidade relacional, o trabalho como elemento fundante do ser social num processo que é dialético e relacional, basicamente onde a realidade material produz subjetividades e as subjetividades interferem e produzem realidades materiais distintas.

Para Harvey (2013), há um sério risco em apenas se deter a questões do espaço vivido, ou mundo das subjetividades, como se o material não tivesse importância. Um olhar que se detém exclusivamente ao subjetivo pode ser “tão enganador, limitante e mistificador quanto [...]” (Harvey, 2013, p.36) um olhar puramente economicista que negligencia as subjetividades do ser social.

O terceiro ponto que não se pode perder de vista são as estratégias conservadoras para deslegitimar o marxismo enquanto arcabouço teórico analítico dentro das ciências humanas. O historiador Marcelo Badaró Mattos chama à atenção justamente para isso. Segundo Mattos (2007), há erros históricos de muitos autores marxistas do passado, muitos destes ligados e

influenciados pelo Stalinismo, em que um determinismo econômico se estabeleceu de maneira efetiva. Isso faz parte da nossa realidade histórica, mas é preciso ficar atento para a estratégia política do pensamento conservador de colocar toda tradição histórica do pensamento crítico de matriz marxista como inadequadas, reduzindo todo marxismo ao determinismo econômico ou economicismo.

Mattos (2007) ressalta que Antonio Gramsci já denunciava tal estratégia política conservadora desde os seus *Cadernos do Cárcere*, como pode-se conferir na citação abaixo.

É o caso de Antonio Gramsci, que em seus *Cadernos do Cárcere* denunciava a associação apressada entre marxismo e economicismo, como uma manobra da crítica conservadora: “Muitas vezes acontece que se combate o economicismo histórico pensando combater o materialismo histórico.” Gramsci definia o economicismo, que ele também combatia, em termos semelhantes às ideias de “teologia” ou “doutrina”, que já mencionamos, com a analogia da superstição (Mattos, M.B., 2007, p. 42).

Tais estratégias conservadoras se materializam de forma mais premente nas ciências humanas também na tentativa de esvaziamento e eliminação do conceito de classes sociais ou classe trabalhadora do debate, o que em alguma medida traremos no próximo tópico.

De forma mais objetiva, para o que nos propomos neste trabalho, pensar a centralidade do trabalho como elemento fundamental da realidade social em determinado tempo e espaço é pensar as múltiplas relações da vida social humana, a temporalidade e a espacialidade de forma una, na sua totalidade relacional.

1.1 A atualidade do conceito de classe trabalhadora ou classe-que-vive-do-trabalho

Partindo das concepções teórico-filosóficas elencadas anteriormente, da inexorável centralidade do trabalho na produção e reprodução do espaço social humano nos seus múltiplos aspectos, a compreensão do conceito de classe trabalhadora se faz importante. Para tanto, uma recuperação histórica do conceito e fundamentação do seu uso se faz premente.

A expressão classe traz historicamente em seu cerne a ideia de um agrupamento, conjunto ou categoria, mas especialmente a partir do século XXVIII, referia-se principalmente às classes de trabalho como agricultura, comércio, indústria e serviços, o que contrastava com o Estado da época, que designava grupos a partir de critérios hierárquicos, hereditários e de

solidariedade, o que demonstra que historicamente a noção de classes se expressa de certa maneira contra a ordem (Mattos, 2007).

Ainda segundo Mattos (2007), na França do século XIX, o termo classe passa a ser utilizado para designar a expressão de desigualdade entre grupos, surgindo termos como classe dominante, classe burguesa e classe trabalhadora. Mais pro final do século XIX, a expressão classe passa a ser utilizada corriqueiramente por parte dos trabalhadores como algo que define ofício ou profissão, sendo utilizada nos seguintes moldes: classe dos tipógrafos, classe dos metalúrgicos, mineiros etc. Tal utilização bastante semelhante do termo foi vista na Inglaterra no mesmo período, com tendências de solidariedade de um grupo em oposição a outros, demarcando uma compreensão nova das desigualdades sociais. (Mattos, 2007).

Essa relação entre o desenvolvimento da expressão de classe, ou classe trabalhadora, não se deu deslocada no tempo e espaço. Tal desenvolvimento se deu atrelado a um movimento político de formação de consciência dos trabalhadores sobre a sua realidade social e interesses em comum dentro da sociedade capitalista. Os movimentos políticos que se alinhavam ao interesse dessa classe trabalhadora, que começava a se reconhecer com tal, eram movimentos de propostas socialistas.

No bojo desse movimento histórico, surge a proposta do materialismo histórico com base nas formulações de Marx e Engels, proposta essa que a partir da práxis social e da relação dos mesmos com diversos movimentos operários do período reforçou o termo classe, elevando-o ao patamar de categoria de análise da realidade social. Pode-se datar esse momento inicial do que chamamos de materialismo histórico a partir da inserção dos autores supracitados no meio operário da época, o que podemos chamar de o chão social da proposição dos autores, no qual Marx tenta superar a economia política clássica, a perspectiva dos socialistas utópicos e ainda a dialética hegeliana (Mattos, 2007).

Segundo Netto (2020), somente a partir dos anos do exílio em Bruxelas na Bélgica, entre os anos de 1846-1948, que Marx vai ter uma relação mais orgânica com os trabalhadores. A prática política do autor, depois desse exílio, vai se articular com a elaboração teórica da crítica da economia política atrelada a uma perspectiva teórico/prática que integrará a vida intelectual do autor e se tornará uma marca do mesmo.

Desde Marx, o conceito de classe toma centralidade no processo de análise das sociedades modernas e, ainda que críticos ao marxismo tentem trabalhar essa perspectiva a partir de outras matrizes, Marx ainda se impõe como referência e interlocutor desse debate nas ciências sociais.

O pensamento de Marx buscou mostrar os princípios da estrutura social do capitalismo. Isso fica demonstrado no momento em que ele associa as classes à divisão social do trabalho, demonstrando o lugar social de uma classe em oposição a outra, o que caracterizaria uma tomada de consciência que poderia ser o início de um processo político de transformação social e emancipação humana.

Sabe-se que o termo luta de classes, apesar de ser automaticamente atrelado ao pensamento marxista, principalmente devido à célebre frase contida no Manifesto Comunista em que Marx afirma que “a história de todas as sociedades até agora tem sido a história das lutas de classe” (Marx, 2008, p. 8), não é um termo criado por Marx. Historicamente esse termo já era utilizado por analistas conservadores já na Revolução Francesa, o que Marx faz é dar a esse conceito tom crítico para chamar à reflexão o lugar social ocupado pelos trabalhadores no capitalismo.

A associação entre os conceitos de classe e luta de classes tornava assim passíveis de compreensão tanto os fundamentos da divisão econômico-social das sociedades capitalistas, quanto a natureza do conflito social característico da maior parte da história das sociedades humanas. A tomada de consciência pelo proletariado de seu lugar social, que Marx e Engels observavam como um processo em curso nos anos 1840, não era, entretanto, um fenômeno social de fácil explicação. Em *A Miséria da Filosofia*, Marx expressou a diferença entre a existência material da classe trabalhadora e a sua tomada de consciência, na luta de classes, através das expressões classe em si/classe para si. (Mattos, M.B., 2007, p. 36).

A questão da classe trabalhadora, ou o que chamamos de luta de classes, tem em Marx uma leitura clássica fundamental, como aporte teórico de inspiração para toda uma gama de intelectuais que se dispõem a tentar compreender as questões referentes à classe trabalhadora ou ao mundo do trabalho, porém, como já elencamos anteriormente, é preciso ir com Marx para além de Marx, sendo fundamentais também as contribuições dadas por diversos estudiosos do assunto ao longo do século XX.

Em Thompson (2021), encontramos uma importante reflexão sobre a tradição marxista oriunda do século XX. O autor caracteriza essa tradição em duas vertentes, a primeira proveniente da doutrina Marxista Leninista, que, segundo Mattos (2007), Karl Marx e Lenin não puderam contestar por já estarem mortos (essa doutrina está ligada ao Stalinismo) e a segunda vertente era a tradição crítica do Materialismo Histórico.

A primeira estaria presente nos manuais soviéticos e continha perspectivas de classe muito simplificadoras permeadas por visões presas a um determinismo econômico e reducionismo dos textos originas de Lenin. Também a luta de classes em textos de Stalin

aparece como uma determinação objetiva num processo de etapas de sucessões de modos de produção, algo que era visto quase como uma lei natural de desenvolvimento histórico. Como já exortado anteriormente, é fundamental ter em mente que, apesar do chamado pensamento determinista, que entrou para história como um erro histórico na tradição marxista, o marxismo nunca foi um pensamento único, tendo diversas correntes dentro dessa tradição, apontando e criticando erros, e que muitas vezes tais erros foram utilizados como espantalhos para deslegitimar toda tradição marxista. (Mattos, 2007).

No século XX, pode-se tomar como perspectiva avançada do pensamento marxista no trato da questão das classes o pensamento de Antonio Gramsci, no qual o mesmo explanou como se constrói a questão da hegemonia de um grupo social dominante sobre um grupo dominado, puxando o debate das classes para o território da disputa política.

Outro autor de fundamental importância de tradição crítica do materialismo histórico no século XX foi György Lukács, este que além de ser um crítico histórico do que ficou conhecido como determinismo, foi ferrenho defensor da luta de classes como elemento central do materialismo histórico e também foi o teórico sobre a centralidade do trabalho com sua obra sobre a ontologia do ser social.

Contribuições importantes foram dadas pela historiografia social britânica, nomes como Eric Hobsbawm e Edwar Palmer Thompson trouxeram para o centro do debate elementos como cultura, política e história social da classe trabalhadora ou operária, forçando novas perspectivas de análise dentro do marxismo, que enriqueceram a noção de totalidade no processo de análise do mundo do trabalho e da classe trabalhadora. A citação abaixo expressa bem a forma ampliada do pensamento de Thompson referente à classe trabalhadora, o que sem dúvidas representa uma oxigenação do conceito.

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. (Thompson, 1987, p. 10).

Segundo Mattos (2007), surgiram em algum momento críticas oriundas da própria vertente marxista sobre o pensamento social dos historiadores ingleses, do qual Thompson sem dúvidas é um grande representante. Tais críticas à abordagem de Thompson vão no

sentido de taxá-la de culturalista, o que Thompson rebateu de pronto no célebre debate nos textos do livro que, no Brasil, é chamado de *Miséria da Teoria* e que teve grandes desdobramentos sobre a reflexão da crítica ao estruturalismo no marxismo. É possível afirmar que o pensamento de Thompson traz uma explicação na qual o ser social e a consciência social são analisadas dentro de uma perspectiva de totalidade, o que mostra que o pensamento do autor não está perdido no tempo e espaço, mas sim é fruto da sua percepção sobre a realidade social da década de 1950 e 1960 na Europa, momento em que surgiam questionamentos sobre a validade do conceito de classe como ferramenta analítica, uma vez que já se falava em um aburguesamento da classe operária com a homogeneização da sociedade nos países de capitalismo avançado, com o estabelecimento de uma vigorosa classe média.

A preocupação de Thompson foi, em larga medida, dar resposta à ausência de explicações sobre as experiências que levavam à produção de consciência que formavam a classe trabalhadora. O silêncio sobre essa abordagem no meio marxista levou o autor a:

reflexões de tipo cultural e moral, aos modos em que o ser humano está imbricado em relações especiais, determinadas, de produção, o modo em que estas experiências materiais se moldam em formas culturais, a maneira em que certos sistemas de valores são consoantes com certos modos de produção e certos modos de produção e relações de produção são inconcebíveis sem sistemas de valores consoantes. Um não depende do outro. Não existe uma ideologia moral pertencente a uma superestrutura, o que existe são duas coisas que constituem as faces da mesma moeda”. (Thompson, 1989, p. 315)

Pensando a estrutura do sistema metabólico do capital numa perspectiva geográfica global, pode-se perceber que se por um lado, no norte global, no pós guerra se obteve ganhos históricos para classe trabalhadora com a produção do que ficou conhecido como estado de bem estar social ou *Welfare State*, ao ponto de alguns intelectuais suscitarem o questionamento se o conceito de classe não era mais válido, uma vez que diziam que a classe trabalhadora desse lado do mundo gozava de padrões de consumo e havia acessado direitos básicos que a caracterizavam como classe média, por outro lado, no sul global, o sistema mostrava a sua face mais predatória e perversa, já que entre as décadas de 50 e 80, boa parte do território do continente africano e parte da Ásia se encontrava devastado pelo colonialismo e em efervescente ascensão de lutas por libertação nacional. Por definição, é preciso reconhecer que a pujança econômica do norte global e os relativos ganhos da classe trabalhadora desse lado do mundo, nesse período histórico, em larga medida tem lastro na exploração colonial do sul global, como afirma Frantz Fanon no seu clássico livro “Os

Condenados da terra”. Ao avaliar a violência do sistema colonial capitalista, “o colono tira a sua verdade, isto é, os seus bens, do sistema colonial.” (Fanon, 1968, p. 26).

No continente americano, mais precisamente na América Latina, a maioria dos países, apesar de gozarem de independência formal de seu território bem antes de países do continente africano, trazem em sua formação socioespacial as características perversas do capitalismo dependente com seus rebatimentos sobre a classe trabalhadora, como de forma objetiva o economista Ruy Mauro Marini clarificou muito bem:

[...] o problema colocado pela troca desigual para a América Latina não é precisamente o de se contrapor à transferência de valor que implica, mas compensar a perda de mais-valia, e que, incapaz de impedi-la no nível das relações de mercado, a reação da economia dependente é compensá-la no plano da produção interna. O aumento da intensidade do trabalho aparece, nessa perspectiva, como um aumento da mais-valia, obtido através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva. (Marini, 1973, p. 22).

Se no norte global se falava em fim do conceito de classe trabalhadora, que experimentou ganhos reais de condições materiais de vida para os que vendem sua força de trabalho (há controvérsias sobre isso), na América Latina a superexploração da força de trabalho sempre foi uma marca histórica. “O continente latino-americano nasceu sob a égide do trabalho.” (Antunes, 2011, p.17).

Para Antunes (2011), o processo de exploração do trabalho nessa parte do mundo se iniciou desde os tempos coloniais. Primeiro, indígenas tiveram seus modos de vida destruídos e sua mão de obra colocada à serviço dos colonizadores e posteriormente com a inserção de mão de obra dos povos africanos escravizados, a América Latina, de fato, desde o início, foi organizada como uma colônia de exploração e objetivamente fazia parte do processo de acumulação primitiva do capital.

Como afirma Moreira (2015), a acumulação primitiva por muito tempo foi vista erroneamente apenas como uma etapa na transição de modos de produção, a exemplo da transição do feudalismo para o capitalismo. A noção de acumulação primitiva que compõe a reflexão aqui proposta é para além de um momento de transição histórica tão bem abordada no Capítulo 24 do livro O Capital de Marx, também compõe o sistema de reprodução do capital, sendo “(...) a acumulação primitiva o ad eternum que o inaugura e repete continuamente.” (Moreira, 2015, p. 10).

Ainda sobre a questão da classe trabalhadora na América Latina, é importante demonstrar que, nessa parte do mundo, nunca houve o estabelecimento de um estado de bem

estar social e que mesmo nos séculos XX e XXI, marcas coloniais e resquício de perversidades do período escravagista ainda se faziam presentes no âmago da construção socioespacial dos povos latino-americanos, o que torna ainda mais aguda a situação que se soma à crise estrutural do capital.

Segundo Antunes (1995), as mudanças ocorridas no capitalismo, enquanto modo de produção, sempre tiveram como foco central otimizar extração de mais valor do trabalho, em menor tempo possível. Ao longo do século XX, os chamados fordismo e taylorismo se estabeleceram como processos de trabalho que foram predominantes no capitalismo global. O fordismo se caracterizando com produção em massa, ambiente de trabalho repetitivo muito parecido com aquele retratado no clássico filme “Tempos modernos” do ator Charlie Chaplin. Já o taylorismo foi responsável pela maior fragmentação das funções, parcelamento do trabalho, separação entre planejamento e execução no processo de trabalho, unidades fabris concentradas, verticalizadas e a constituição do operário-massa.

Os chamados trinta anos gloriosos, momento de pujança econômica e melhoria da condição material de vida dos trabalhadores do norte global, que perdurou entre o pós guerra até a década de 1970, tiveram o taylorismo/fordismo como modelo de produção que resultou num grande acúmulo de capital. (Antunes, 2009).

Para Antunes (2009), o predomínio de um modelo econômico keynesiano, com viés nacionalista e intervenção do Estado na economia atrelado ao modelo de produção fordista obteve sucesso por um período, mas a partir dos anos de 1970 esse modelo mostrou sinais de esgotamento, que reconhecemos como inerentes a problemas estruturais do próprio capital, os capitalistas perceberam um declínio nas taxas de lucro.

As características principais dessa materialização da crise têm como foco central um aumento relativo do custo da mão de obra, conquistado por lutas de trabalhadores junto a sindicatos fortes, que, em alguma medida, queriam o controle social da produção. Um excesso de capacidade produtiva produzia desemprego estrutural e também retração do consumo. Junto a isso inicia-se uma migração de capital da produção para o setor financeiro, assim como também a criação de monopólios empresariais. (Antunes, 2009).

Essa crise também vai se refletir junto ao Welfare State desses países do norte global, uma vez que a crise atinge diretamente os Estados em forma de crise fiscal, privatização da economia, retração do gasto público, desregulamentação e flexibilização de mercados e da força de trabalho. (Antunes, 2009).

Para Thomaz Júnior (2004), os anos de 1970 foram pedagógicos para demonstrar com precisão a crise estrutural do capitalismo, que começa nos países do norte global, países de capitalismo central, mas posteriormente chega de forma efetiva nos países periféricos através da dívida externa, o que impulsionou os mesmos à integração no processo de globalização.

De maneira mais objetiva, a crise eclodiu quando países como Alemanha e Japão, que tinham capacidade produtiva de grande escala e com custos mais baixos, alargaram sua influência no mercado mundial. Dessa forma, eles impulsionaram a diminuição da fatia de mercado de seus concorrentes, resultando num excesso de produção das fábricas e queda acentuada da lucratividade no grupo dos sete países mais industrializados do mundo da época, o denominado G7. Essa crise foi o início para o que denominamos de reestruturação produtiva e que posteriormente vai desaguar no advento do que ficou conhecido como neoliberalismo. (Antunes, 2009; Brenner, 1999).

Com o processo de reestruturação produtiva, a classe trabalhadora deixa de ser aquele trabalhador das grandes plantas maquinicas de trabalho repetitivo, que dificilmente conhecia toda cadeia produtiva como ocorria no fordismo/taylorismo. Com o processo de reestruturação, esse trabalhador passa a ser explorado não apenas fisicamente como o foi historicamente, mas começa também a ter a sua capacidade organizativa e de raciocínio explorada, deixando de ser um trabalhador massa e passando a ser um “colaborador”. Esse passa a ser polivalente, ou seja, atua em várias frentes no processo industrial. Tem-se aí a implementação do sistema toyotista, com controles ideológicos sobre o trabalho de formas bem mais sofisticadas que os sistemas anteriores. (Antunes, 2009).

O modelo toyotista, vindo do Japão, significou uma saída da crise do taylorismo/fordismo. Esse modelo conseguiu entregar formas muito mais eficientes de extração de mais valor dos trabalhadores, eliminou postos de trabalhos, utilizando uma mão de obra polivalente e ainda aumentou a produtividade.

Se no apogeu do taylorismo/fordismo a pujança de uma empresa mensurava-se pelo número de operários que nela exerciam sua atividade de trabalho, pode-se dizer que na era da acumulação flexível e da “empresa enxuta” merecem destaque, e são citadas como exemplos a ser seguidos, aquelas empresas que dispõem de menor contingente de força de trabalho e que apesar disso têm maiores índices de produtividade. (Antunes, 2009, p. 55).

A adoção de tecnologias da informação também contribuiu sobremaneira para a diminuição de postos de trabalho e modificação das relações no ambiente de trabalho. O controle sobre os trabalhadores se tornou muito mais eficiente, tal processo produziu

transformações estruturais no mundo do trabalho e na composição da classe trabalhadora. Os trabalhadores historicamente denominados de proletariado ou operários passam pela transição do setor industrial para o setor de serviços e em alguns casos para a informalidade.

Aquela definição tradicional bem estabelecida pela tradição marxista que tem de forma clara o que é um proletariado fabril passa a não ser tão bem definida a partir da década de 1970, uma vez que mudanças estruturais no sistema capitalista de produção acarretaram grandes transformações na classe trabalhadora e nas formas de extração de mais valor.

Segundo Antunes (2009), e a proposta desse texto está em pleno acordo com esse pensamento, é preciso uma noção ampliada de classe trabalhadora, uma noção que leve em conta todos aqueles que estão inseridos nesse sistema no qual vivemos e não tem outra forma de se sustentar e sobreviver que não através de sua força de trabalho. Essa noção ampliada de classe também já estava implícita na definição de classe de Thompson (1987), mas Ricardo Antunes vai definir essa ampliação do conceito muito mais baseado no aspecto ontológico auferido ao trabalho.

Em Antunes (2009), o conceito de Classe-que-vive-do-trabalho, criado pelo mesmo, possui a finalidade de trazer uma noção ampliada, incluindo todos aqueles que vendem sua força de trabalho, incorporando a totalidade do trabalho social, sendo trabalhador produtivo aquele que produz mais valia e também aquele que contribui para valorização do capital, não se restringindo apenas ao trabalho manual direto do mundo fabril.

Uma noção ampliada de classe trabalhadora inclui, então, todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, incorporando, além do proletário industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital. Essa noção incorpora o proletariado precarizado, o subproletariado moderno, par time, o novo proletariado dos Mc Donalds, os trabalhadores hifenizados de que falou Beynon, os trabalhadores terceirizados e precarizados das empresas liofilizadas de que falou Juan José Castillo, os trabalhadores assalariados da chamada ‘economia informal’, que muitas vezes são indiretamente subordinados ao capital, além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e que hipertrofiaram o exército industrial de reserva, na fase de expansão do desemprego estrutural. (Antunes, 2009, p. 103).

Harvey (2016) em alguma medida também demonstra essa visão ampliada sobre a classe trabalhadora e a produção de valor. Para ele, a maioria das pessoas, de forma direta ou indireta, participa de todo esse trabalho social da produção de bens e serviço. Esse trabalho acumulado está em coisas simples, desde o ferro do prego que se utiliza em uma casa até ao fogão que se cozinha a comida, o café e o pão que chegam à mesa, que começa na exploração do camponês e muitas vezes desterritorialização dos mesmos para monocultura. Para ele, o

dinheiro vai ser apenas uma forma de reivindicar uma parte do trabalho social do outro e, numa sociedade complexa como esta produzida pelo capital, dependemos do trabalho dos outros para obter o que precisamos pra viver.

A utilização da forma ampliada de entendimento e da utilização do conceito de classe-que-vive-do-trabalho não é nova na Geografia. Thomaz Junior (2002), no seu texto *Por uma Geografia do Trabalho*, utiliza esse conceito e traz abertamente a concordância com Antunes (2009) no seu entendimento sobre a classe trabalhadora, porém acrescentando os rebatimentos socioespaciais.

Entender a classe trabalhadora hoje, diante dos desdobramentos do complexo da reestruturação produtiva, a polissemia do trabalho, requer que consideremos como parte integrante: a) o conjunto dos trabalhadores que vivem da sua força de trabalho; b) aqueles que mesmo se garantindo com certa autonomia em relação à inserção no circuito mercantil, como os camelôs; c) os trabalhadores proprietários ou não dos meios de produção e inclusos na informalidade, como as diferentes modalidades do trabalho familiar na agricultura e que são inteiramente subordinados ao mando do capital; d) da mesma forma, os camponeses com pouca terra e que se organizam em bases familiares; e) o conjunto dos trabalhadores que lutam por terra, inclusive os camponeses desterrados, posseiros, meeiros e; f) todos os demais trabalhadores que vivem precariamente junto às suas famílias, da produção e venda de artesanatos, pescadores, etc. (Thomaz Junior, 2002, p. 9).

Para Thomaz Junior (2002), definitivamente não se pode concordar com as elocubrações teóricas que apregoam o fim da centralidade do trabalho, “isso, pois, enquanto perdurar a sociedade capitalista, seria praticamente impossível imaginar a eliminação da classe-que-vive-do trabalho (...)” (Thomaz Junior, p. 11). Pra o mesmo, na realidade, o que existe é uma exploração desmedida do trabalho, mas sobre novas exigências da lei do valor impulsionadas no interior da reestruturação produtiva.

Toda essa argumentação e digressão aqui proposta sobre o conceito de classe trabalhadora, tem como objetivo demonstrar a validade analítica do conceito, seu processo histórico de transformação atrelado ao processo histórico de transformação do sistema metabólico do capital e, ainda, sua importância e validade para compreensão do espaço geográfico, uma vez que não se compreende um espaço produzido sem a compreensão do processo de produção do espaço e, no nosso entendimento, o trabalho ocupa centralidade nesse processo.

Nessa perspectiva, para a proposta desse trabalho, compreender a classe-que-vive-do-trabalho de determinado espaço, traz por definição a compreensão da produção de determinado espaço em determinado tempo.

Compreender a classe trabalhadora do Vale do Jequitinhonha, a partir de uma análise documental de um jornal que buscava dar visibilidade às lutas dessa classe em determinado tempo histórico, abre um flanco de compreensão tanto do período estudado, quanto das permanências desse período que chegaram ao tempo presente.

Segundo Mattos (2007), é importante essa digressão histórica sobre o conceito de classe, uma vez que há diversos autores nas ciências humanas que preconizam a superação desse conceito. Nessa perspectiva, conhecer a formação histórica do conceito é de fundamental importância.

Na posição de geógrafo, não é incomum ouvirmos questionamentos, quando nos imiscuímos em debates do mundo do trabalho ou acerca do conceito de classe trabalhadora como central, questionamentos estes que vão sempre no sentido de colocar em cheque a importância desse debate na Geografia ou onde está a geografia nesse debate, onde está o espaço. São perguntas deveras incômodas, não por serem de difícil resposta, mas por muitas vezes trazerem implícita nelas uma certa malversação do interlocutor no que se refere à perspectiva de compreensão do materialismo histórico ou da ontologia marxiana.

Existem perspectivas teóricas na geografia como as de Moreira (2021), que teve a capacidade de demonstrar a estrutura geográfica da sociedade a partir da tríade homem-espaço-natureza, na qual o mesmo deixa clarificado que na base dessa troca metabólica entre homem e natureza está o trabalho. Ele ainda demonstra de forma objetiva a forma como a fitoestasia do ecossistema e as relações de produção se articulam no movimento reprodutivo do todo. Ruy Moreira articula de forma profícua elementos basilares do pensamento de Marx com contribuições dos clássicos da Geografia.

Em Thomas Júnior (2002), é possível vislumbrar influência de diversos autores da Geografia, inclusive de Ruy Moreira. É possível perceber com abundância a presença da ontologia marxiana nas análises do autor, colocando a centralidade da categoria do trabalho como fundante na compreensão da realidade social e conseqüentemente do espaço geográfico. Os breves exemplos dos autores supracitados foram utilizados para evidenciar que ora categorias geográficas vão estar mais aparentes em determinadas análises, ora o trabalho vai se apresentar como conteúdo social no processo de produção do espaço, ora a palavra espaço ou Geografia sequer será citada, mas não quer dizer que tal debate deixa de ser importante para a Geografia ou que não é geográfico. Não existe debate a-espacial, como se possível fosse compreender o processo de produção do espaço, sem compreender o conteúdo das relações que levaram a tal processo.

Existe uma antiga expressão de língua latina que diz “cui bono?”, que significa “a quem beneficia ou a quem interessa?”. Tal expressão pode ajudar a instigar os geógrafos críticos com o incômodo questionamento: a quem interessa ou quem se beneficia do afastamento dos geógrafos dos debates acerca do mundo do trabalho e do conceito de classe?

2 A FORMAÇÃO ESPACIAL DO VALE DO JEQUITINHONHA NA CONJUNTURA DA DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR

O Vale do Jequitinhonha está localizado na região nordeste de Minas Gerais e é conhecido por suas riquezas culturais, que vão desde a produção secular de artesanato a sua culinária caipira, festas religiosas, músicas regionais e uma infinidade de outras manifestações dos povos tradicionais da região. Porém, o Vale do Jequitinhonha também carrega um histórico de condições de vulnerabilidade social.

Tal condição rendeu para a região alguns estigmas que tiveram alcance nacional, tal como “Vale da Miséria, Vale da Fome, Vale de Lágrimas, Bolsão de Pobreza”, o que contrasta com a realidade histórica do séc. XVIII ao início do séc. XIX, na qual a região era seguramente uma das mais prósperas do país, baseada na produção de algodão de alta qualidade e na atividade mineradora (Maia, 2000).

Para demonstrar a profundidade e amplitude do estigma produzido sobre a região do Vale do Jequitinhonha no século XX, a partir das desigualdades regionais produzidas historicamente no interior do Estado de Minas Gerais por um modelo de desenvolvimento aglutinador de riquezas em algumas regiões em desfavor de outras, pode-se dizer que nessa divisão territorial do trabalho, “o Jequitinhonha era, pra Minas Gerais o que o nordeste era para o Brasil”. (Souza, 2010, p. 13).

Contudo, como afirma Souza (2003), o Vale do Jequitinhonha não é homogêneo. Há uma diversidade tanto no seu processo histórico de ocupação, quanto nas atividades desenvolvidas no Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha. No Alto Jequitinhonha, a ocupação se deu a partir do século XVIII com predomínio da mineração; no Baixo Jequitinhonha, no século XIX, com predomínio da pecuária; já no chamado Médio Jequitinhonha, se deu uma atividade mista.

Segundo Moura (1988), principalmente a área referente ao então chamado Distrito Diamantino, hoje Alto Jequitinhonha e até porções do Médio Jequitinhonha, foi por muito tempo uma fonte que parecia inesgotável de ouro e diamantes para a Coroa Portuguesa, sendo um território tão importante econômica e politicamente, que chegou a gozar de estatuto jurídico próprio, que vinculava o Distrito Diamantino diretamente à metrópole, documento este que ficou conhecido como Regimento Diamantino.

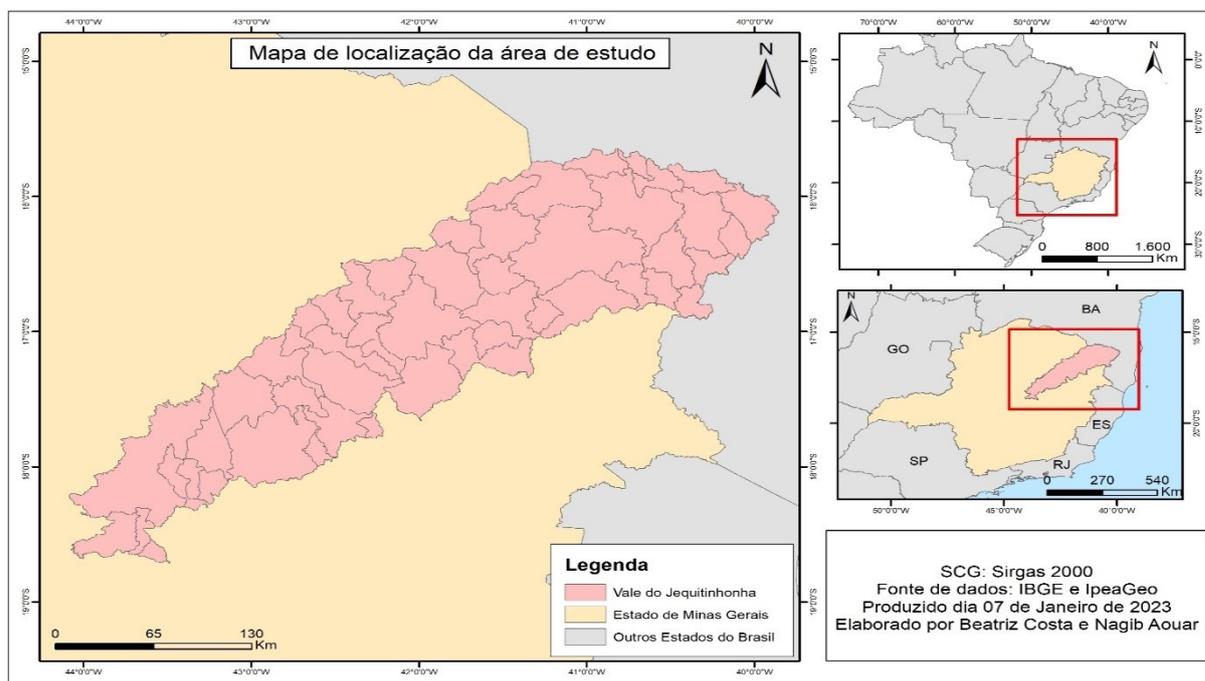
A região tem especialmente duas divisões marcantes na conformação de sua formação espacial, que podem ser chamadas de região das gerais e região das minas. A primeira muito marcante ao norte por possuir terras planas e baixas, onde há uma grande presença da Caatinga, uma espécie de prolongamento do sertão baiano. Ao leste, há historicamente a predominância de floresta tropical úmida, já gravemente devastada pela ocupação por pastagem, esta que já no século XVIII tinha criação de gado para sustento do ciclo da mineração e que deixou como consequência grandes propriedades pecuaristas que exercem certa dominação sobre a pequena produção camponesa.

Já a segunda, região das minas, localiza-se nas terras altas do planalto mineiro, onde nasce o Rio Jequitinhonha, uma região de chapadas e veredas (grotas) com predomínio do Cerrado, que faz parte do complexo da Serra do Espinhaço com cotas altimétricas que facilmente ultrapassam os 1300 metros de altitude. Segundo Souza (2010), enquanto Diamantina, cidade mais importante do Alto Jequitinhonha está localizada a 1370 metros de altitude, Salto da Divisa fica a 600 km de distância no Baixo Jequitinhonha e atinge apenas 200 metros de altitude. Essa região alta foi uma importante área de extração de ouro e diamantes no Brasil no século XVIII, tendo cidades como Diamantina, Serro, Minas Novas e Grão Mogol com sua formação espacial ligada a essa atividade extrativista. (Graziano; Graziano Neto, 1983).

Para efeitos de não deixar dúvidas sobre o que se define neta pesquisa como formação espacial, esta é uma apropriação conceitual de Moreira (2016, p.13), quando ele define formação espacial como “o ente geográfico que inclui o marco político-territorial do Estado, a estrutura econômico-social da formação social e a diversidade cultural (...) num só amálgama geossocial (...)”.

O Vale do Jequitinhonha representa cerca de 14% do território de Minas Gerais. Para expressar didaticamente o que isso significa em termos de tamanho, a referida região, com seus 50.143,249 km², é maior do que todo o Estado do Rio de Janeiro com seus 43 750,425 km², porém, historicamente, o Vale do Jequitinhonha tem uma população que gira em torno de 1 milhão de habitantes. Ainda com foco em uma comparação didática, pensar a população do Vale do Jequitinhonha no território que ela ocupa, seria mais ou menos como pensar a população do município de São Gonçalo (RJ) distribuída sozinha em todo território do Estado do Rio de Janeiro, com a diferença de que o Vale do Jequitinhonha ainda é bem maior. (IBGE,2010).

Mapa 1 – Localização do Vale do Jequitinhonha



Fonte: IBGE

Essa área do Jequitinhonha marcada principalmente pela atividade minerária tem marcas bem específicas na sua formação espacial. A rápida expansão do povoamento, seguindo os cursos d'água à procura do chamado ouro de aluvião e pedras preciosas, teve como consequência o não estabelecimento de maiores empreendimentos agropecuários num momento inicial, como em outras regiões. As necessidades alimentares e as ferramentas para a exploração mineral vinham de outras regiões.

Segundo Graziano; Graziano Neto (1983), no período histórico de domínio da atividade minerária, a única atividade econômica realmente desenvolvida na região foi a pequena produção alimentar, que, ainda que pouco expressiva em volume produtivo para sustentar legiões de trabalhadores atraídos pelo ouro, foi de importância inquestionável devido à carestia de alimentos básicos, o que também significava preços elevados dos mesmos, fato que consequentemente impulsionava os trabalhadores a manter uma produção de subsistência quando não trabalhavam nas lavras.

Essa descrição feita anteriormente acerca da centralidade da produção de subsistência como estratégia pra driblar a carestia toma contornos de maior relevância, principalmente entre o final do século XVIII e início do XIX, com o declínio da atividade minerária na região. Essa massa de trabalhadores que outrora se dedicava ao garimpo (sejam trabalhadores livres, quanto libertos ou mesmo escravizados que resistiram e se refugiaram nos grotões da Serra formando quilombos, a exemplo da cidade Chapada do Norte que foi formada a partir

de um quilombo e ainda hoje preserva sua cultura e tem a população quase que totalmente formada por negros) se dispersou no espaço rural, dando origem ao campesinato que compõe o espaço social do Vale do Jequitinhonha. É preciso salientar que a atividade dos garimpos nunca deixou de existir na região, apenas deixou de ser uma atividade central para se tornar uma atividade secundária (Graziano; Graziano Neto, 1983).

Assim como podemos demarcar a origem dessa classe-que-vive-do-trabalho ou classe trabalhadora no campo do Vale do Jequitinhonha, também é possível identificar a formação dos ditos coronéis da região, que em larga medida foram proprietários de terras que tiveram relativo sucesso ao se beneficiar da exploração minerária, da exploração de pessoas escravizadas e de uma cultura comercial alinhada com outras regiões. Estes acumularam condições objetivas para investir em novos empreendimentos, após o declínio da antiga atividade, empreendimentos estes em que se destacavam as atividades de produção de algodão e a pecuária de corte. A relação desses dois grupos supracitados pode ser considerada como uma relação de antagonismo de classe, que mesmo fugindo à definição clássica burguesia x proletariado, como Marx (2008) tão bem descreveu, é permeada por relações assimétricas de poder com base na exploração do homem pelo homem, sustentada pelo poder pecuniário, pela propriedade privada da terra e por um histórico projeto colonial baseado numa contínua lógica de acumulação primitiva.

Segundo Graziano; Graziano Neto (1983), a relação entre as fazendas representadas pela figura dos coronéis e a pequena produção camponesa representada pelos trabalhadores rurais é caracterizada por dois pontos importantes, o primeiro é o conflito e a luta pela posse da terra, já o segundo é a estruturação de uma lógica de independência da produção camponesa em relação às grandes fazendas. Os conflitos por terra na região se deram principalmente por parte dos grandes proprietários, que sempre pretenderam ampliar suas parcelas de terra. É importante salientar que para além dos possíveis ganhos pecuniários com a anexação de novas parcelas de territórios no Vale do Jequitinhonha, a finalidade central disso não era apenas a posse de mais terras, mas sim o domínio por sobre os trabalhadores da região. “Dominar a terra é condição essencial para se dominar os homens, para se dominar o trabalho e as atividades políticas dos camponeses.” (Graziano; Graziano Neto, 1983, p. 86).

Para Graziano; Graziano Neto (1983), ficam evidentes momentos distintos na relação entre fazendeiros e camponeses no Vale do Jequitinhonha. No momento do declínio da mineração, ainda no final do século XVIII até meados do século XIX, tem-se um avanço sobre os espaços de reprodução social dos camponeses, impondo aos mesmos severas

condições de dominação. O outro momento que caracteriza essa relação social de classes, bem demarcada entre fazendeiros e camponeses, dá-se a partir de meados do século XIX em diante, com um evidente refluxo no domínio dos coronéis. O declínio e estagnação econômica nas fazendas levaram a uma liberação de terras para os camponeses, o que produziu relações socioespaciais mais frouxas, com menor pressão sobre os mesmos. Essa relativa expansão camponesa, com a liberação de terras para produção de um outro espaço geográfico (social e físico), foi o que permitiu aos camponeses do Vale do Jequitinhonha estabelecerem um modo de vida próprio que perdurou em relativa independência até por volta dos anos de 1970.

Segundo Souza (2022), é preciso enfatizar, dar visibilidade, que nesse território, o qual posteriormente se firma como região do Vale do Jequitinhonha, existia uma diversidade de povos originários e que esse deslocamento, seja de garimpeiros, fazendeiros ou camponeses, acarretou em conflito com esses povos de etnias Gueren, Endjerecmun ou Cracmun, pejorativamente denominados de botocudos, “apelido” dado em função dos adereços redondos de madeira que os mesmos utilizavam nos lábios e orelhas, os chamados botoques.

Ainda segundo Souza (2022) e Ribeiro (1997), o entendimento do processo de colonização nas adjacências do rio Jequitinhonha teve tanto estímulos internos quanto externos. A partir de 1808, o governo incentivou esse povoamento anistiando dívidas, liberando os impostos por uma década, cedendo sesmarias aos que se estabelecessem, além de, através de uma ação que ficou conhecida como “Guerra Justa”, promover o trabalho escravo de indígenas. Para além das particularidades inerentes ao Vale do Jequitinhonha como um ciclo minerário específico, é possível encontrar em Moreira (2021) uma descrição sobre a lei das sesmarias como uma norma de ordenação do espaço brasileiro, que em alguma medida, vai ao encontro do que se percebe na formação espacial do Vale do Jequitinhonha.

A lei de sesmarias é a norma que ordena o espaço disponibilizado com base na grande fazenda de lavoura e fazenda de gado. [...] É por conta dessa lei que durante todo o correr do tempo a fazenda centra as relações globais do espaço brasileiro, hierarquiza e institui, embaixo de suas necessidades de reprodução de fazenda de gado à policultura de subsistência [...]. (Moreira, 2021, p. 137-138).

Baseado nessa reflexão de Moreira (2021), atrelado às evidências que se percebem na formação do Vale de Jequitinhonha, pode-se inferir que o projeto de país construído e pensado historicamente sempre teve o Brasil como um ator global posicionado num marco do capitalismo dependente, o que vai ter consequências tanto no uso e ocupação desse território, assim como também no processo de superexploração da classe trabalhadora. Como Darcy

Ribeiro, em sua célebre entrevista no programa Roda Viva de 1988 bem descreveu, para a classe dominante perversa e pervertida, os trabalhadores são como lenha pra queimar.

Segundo Graziano; Graziano Neto (1983), a partir de 1970, um projeto capitalista começa a chegar efetivamente na região. Valores de uso e relações socioespaciais existentes para com a terra são radicalmente substituídas por relações em que o valor de troca se impõe. O uso ideológico do estigma da pobreza para abertura da região a projetos de desenvolvimento - por meio do monocultivo de eucalipto, desterritorialização das populações tradicionais, pecuária e aprofundamento de problemas sociais - foi a marca desse século.

O processo de expropriação do campesinato, a destruição das matas naturais e a implantação de culturas de exportação ou florestas homogêneas de eucalipto, constituem-se no “progresso e desenvolvimento econômico” que chega ao vale, alterando radicalmente as estruturas e formas de organização sócio-econômicas existentes. Impõe-se um processo explorador de acumulação de capital que beneficia os novos e antigos empresários desse capital. Os camponeses vêem suas condições de vida deteriorarem-se como consequência da perda de vários de seus meios de produção de vida. Em nome do “progresso”, a miséria social começa a ser implantada no vale. (Graziano; Graziano Neto, 1983, p. 87).

O capital no Vale do Jequitinhonha se expandiu de forma *sui generis*, panorama bem característico de países de capitalismo dependente e agrários. Como descrito por Moura (1988), o capital no Vale do Jequitinhonha se valeu de formas e relações não particularmente capitalistas para se reproduzir. Se em muitas sociedades agrárias históricas se percebeu o predomínio de uma proletarização rural, no Vale do Jequitinhonha ocorreu diferente.

As formas de capital, que hora se expandem no Vale do Jequitinhonha, valem-se de relações não especificamente capitalistas para se reproduzirem. (...) na região em apreço trata-se do movimento do capital que captura o sobretabalho do agregado, do sitiante e do posseiro, expropriando-os sucessivamente. É, se o quisermos, o capitalismo “selvagem”, atributo contraditório aos olhos do antropólogo, que bem sabem que os selvagens não são capitalistas. (Moura, 1988, p. 4).

A questão da terra tem centralidade histórica no Vale do Jequitinhonha, o que pode ser pensando a partir de evidências encontradas em um documento confidencial do Serviço Nacional de Informações (SNI) produzido pela ditadura, utilizando muitos dados baseados em diagnósticos sobre o Vale do Jequitinhonha feitos por órgãos governamentais como Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha – Codevale¹, Fundação Rural Mineira –

¹ Para aprofundamento no debate no que se refere aos diagnósticos estatais sobre o Vale do Jequitinhonha e a questão do desenvolvimento, a tese do Geógrafo Mateus Moraes Servilha de título “O VALE DO JEQUITINHONHA ENTRE A “DI-VISÃO” PELA POBREZA E SUA RESSIGNIFICAÇÃO PELA IDENTIFICAÇÃO REGIONAL” e a dissertação de Albér Carlos Alves Santos de título “A CODEVALE E O

RURALMINAS e outros que constam na bibliografia no final do documento. Os documentos dos órgãos supracitados são públicos, porém o do SNI foi enxertado com visões políticas que a ditadura necessariamente não gostaria que viesse a público.

Antes de adentrar efetivamente na questão da concentração de terra no Vale do Jequitinhonha, da qual compreende-se que a ditadura tinha conhecimento e os documentos comprovam isso, é importante fazer uma breve digressão sobre o Serviço Nacional de Informações (SNI), além de discutir como e porque esses documentos eram produzidos.

Para Santos (2008), a partir do pós guerra, quando se inicia efetivamente a hegemonia estadunidense na economia e na difusão das ideias, a produção de ideias, em larga medida, foi destinada a servir ao projeto imperial, seja no âmbito comercial ou político. Para o autor, o Macartismo foi uma praga que se estabeleceu sobre todas as dimensões do espaço social estadunidense. No Brasil, o papel e espírito persecutório desempenhado pelo Macartismo foi exercido pela ditadura empresarial-militar, mas com forte influência do imperialismo dos EUA. A ditadura, teve efetivo beneficiamento da elite e contou com apoios diversos, seja por interesses pecuniários ou por jogo de poder, mas o caráter militar da ditadura continha especificidades e estratégias próprias do campo militar, como será visto adiante.

Segundo Lagoa (1983), o Sistema Nacional de Informação, que se instalou no Brasil nos anos 1960, não foi apenas um aparelho repressivo policial, mas fazia parte de uma estratégia global, que floresceu a partir de diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional. Para a autora, esse constructo da formação da mentalidade militar brasileira se deu com a mescla de variáveis como tradição intervencionista, influência do positivismo na perspectiva do que é progresso, ciência e industrialização, as experiências obtidas junto ao exército dos EUA na II Guerra Mundial e, por fim, premissas geopolíticas postas a partir da década de 1930 sobre o papel do Brasil na América do Sul. Essa mentalidade foi pavimentada a partir da criação da Escola Superior de Guerra (ESG) que, segundo a autora, seria o grande laboratório onde foi gestado o golpe de 1964.

Em Alves (1984), encontra-se na reflexão sobre as origens da ideologia de segurança nacional uma visão escalar ampliada, numa perspectiva que reflete Brasil e América Latina no contexto da Guerra Fria. Para Alves, dialogando com a autora Margaret Crahan, a ideologia de segurança nacional na América Latina começou no Brasil ainda no século XIX e em países

como Argentina e Chile já no século XX. Essas ideias agregam em sua base teorias geopolíticas, o antimarxismo, o conservadorismo ligado ao pensamento católico social, ideias que podem ser encontradas em grupos como a Opus Dei na Espanha.

Com a Guerra Fria e a consequente disputa entre URSS e EUA, a visão de guerra total das duas superpotências é agregada à doutrina de segurança nacional na América Latina, porém manifesta de forma diferente. Para os teóricos de segurança nacional estadunidenses, havia uma ênfase no conceito de guerra total, planejamento de métodos e ações nucleares, já para países europeus, como a França, a estratégia se manifestava como guerra limitada em resposta a possíveis ameaças dos vermelhos. Na América Latina, a doutrina se manifestou como Segurança Interna, como defesa em resposta à ação direta dos comunistas. De forma concreta, a Doutrina de Segurança Nacional dos Latino Americanos se preocupava com o aumento de lutas e crescimento dos movimentos sociais da classe trabalhadora. O inimigo principal era a subversão interna. No caso brasileiro, em específico, para além do já citado anteriormente, a doutrina tinha a especificidade de fazer uma ligação entre desenvolvimento econômico, segurança interna e externa (Alves, 1984).

A Escola Superior de Guerra (ESG) serviu para a implantação e adaptação dessa ideologia de segurança nacional e sabe-se que uma missão militar estadunidense trabalhou junto aos brasileiros no processo de fundação dessa instituição e deu orientações por cerca de 12 anos (Arruda, 1980). A ESG foi fundada em cima de 7 princípios básicos, sendo eles:

1. a segurança nacional é uma função mais do que potencial geral da nação do que de seu potencial militar;
2. o Brasil possui os requisitos básicos (área, população, recursos) indispensáveis para se tornar uma grande potência;
3. o desenvolvimento do Brasil tem sido retardado por motivos que podem ser removidos;
4. para a obtenção dessa aceleração é preciso utilizar uma força motriz e um processo de aplicação dela;
5. as soluções nacionais não surgiram por causa do processo de aplicação dessa força e a falta de hábito de trabalho conjunto;
6. é preciso substituir o “método de pareceres” por outro que dê soluções harmônicas e equilibradas;
7. é preciso criar um instituto nacional de altos estudos, que se voltasse para a solução dos problemas de segurança nacional. (Comblin, 1978, p. 155)

Sabe-se que a ESG foi pensada inicialmente para formar militares para o alto comando, porém, com o passar do tempo, a instituição estendeu cursos para civis e militares de outras áreas. A formação era voltada para preparar pessoas para assumirem cargos importantes na área de segurança nacional. A doutrina da instituição infere dois aspectos basilares que são “fins a atingir e meios de empregar”, o que significa que na ação política do Estado, os fins são frutos da visão cultural dos grupos que hegemonomizam o Estado, já os meios

são a capacidade e o desejo desse grupo, isso pra eles é Poder Nacional. Esse poder se expressa militarmente, economicamente, psicossocialmente e politicamente. (Lagoa, 1983).

Ainda segundo Lagoa (1983), o conceito de segurança nacional da ESG tem uma visão efetivamente intervencionista e de inimigos internos, uma vez que no Capítulo III da doutrina de segurança nacional pode-se ler diretrizes que vão na direção de que cabe à ESG a conquista e manutenção dos objetivos nacionais, independente das oposições e pressões. Ainda nesse capítulo, a doutrina de segurança nacional trata da Guerra Revolucionária Comunista, o que inspirou a Lei de Segurança Nacional de 1969, deixando claro que é um “conflito interno”, que visa conquistar de forma subversiva o poder no país. Os planos da doutrina de segurança nacional, principalmente a partir da década de 1970, deram forma ao sistema de segurança e informação. Na doutrina dos militares, a informação tinha um papel fundamental: a elaboração global do combate aos inimigos internos. (Lagoa,1983).

Nessa linha de ação, o item informação tem um papel essencial no planejamento global da defesa interna. É a DSN dedica um capítulo a esse tema, conceituando o tema e seus adjacentes. Informe, para a ESG, “é qualquer dado (observação, fato, relato ou documento) que possa contribuir para o entendimento de determinado assunto, problemas ou situação. Informação é o conhecimento de um fato ou situação resultante do processamento inteligente de todos os informes disponíveis, relacionados com o referido fato ou situação, devendo sempre atender a uma necessidade de planejamento, de execução ou de acompanhamento de atos decisórios”. O ciclo de informação percorre várias etapas: orientação, produção, planejamento, coleta, busca, processamento, exame e análise, integração, interpretação e difusão. (Lagoa, 1983, p. 16).

Como é possível ver de forma mais sistematizada na figura abaixo.

Figura 1- As informações na segurança interna



Fonte: DOCTRINA BÁSICA -1979- ESG *apud* Lagoa, 1983, p. 16.

A produção de informação pelo órgão de segurança nacional geralmente tinha duas classificações. A primeira era Informações para Área de Desenvolvimento. Essas informações eram produzidas por órgãos de estado, sistemas descentralizados da administração pública e eventualmente até por sistemas privados. São documentos de livre circulação e quase nunca reservados. Já o segundo tipo de documento era o de Informações para a Área da Segurança. Esse tipo de informação não tem limitações, podendo mesclar tanto informações da área de desenvolvimento, quanto de fontes sigilosas. Esses documentos estão sempre classificados como secretos ou sigilosos e só podem ser trazidos a público depois de um longo tempo. Esse tipo de documento também identifica antagonismos políticos, pressões e possíveis desafetos do regime (Lagoa, 1983), documentos desse segundo tipo sobre o Vale do Jequitinhonha, Jornal Geraes e atores sociais do Vale, são os que foram encontrados no decorrer desta pesquisa e necessariamente serão expostos e debatidos.

O Serviço Nacional de Informação foi criado pela Lei nº 4.341 de 1964 no governo ilegítimo do General Castello Branco pós golpe. A atuação do SNI, segundo consta no próprio corpo da lei nos artigos 1º e 2º, está voltada para assuntos atinentes à segurança nacional, para superintender e coordenar as atividades de informação e contrainformação em todo território nacional (Brasil, 1964).

Segundo Lagoa (1983), a ação do SNI se distribui em três frentes de atuação, que são política, tóxico e pornografia. Segundo a autora, para os militares, esses três itens são vírus do comunismo internacional que tentam minar a estrutura militar.

Na perspectiva formal administrativa, o órgão era dividido em cinco secretarias, coordenadas por um único general. As principais delas eram a secretaria psicossocial, que vigiava igrejas, sindicatos e possíveis lideranças sociais em processo de formação. “Basta, por exemplo, que um padre faça um sermão considerado esquerdista para que seja “plotado” pelo órgão e submetido a análise.” (Lagoa, 1983, p. 21) e a secretaria política, esta responsável por vigiar os partidos políticos e parlamentares em todo território brasileiro. A secretaria econômica controlava as atividades privadas, compra por empresas de equipamentos no exterior e operações financeiras. A secretaria de subversão ficava incumbida de monitorar possíveis movimentos considerados subversivos, inclusive o Partido dos Trabalhadores (PT), que já foi sinalizado como lugar de ação do movimento comunista internacional. (Lagoa, 1983).

O SNI também servia como aparato persecutório de trabalhadores da administração pública, fazendo uma espécie de macartismo à brasileira, indicando quem podia e não podia

ocupar determinados espaços no Estado. Servidores da administração direta ou indireta tinham a sua “biografia” submetida a análises. Abaixo, pode-se ver um modelo da ficha que era utilizada para análise ideológica de pessoas, o que demonstra o alto grau de organização no processo de perseguição da esquerda nacional.

Figura 2 - Modelo de ficha para análise ideológica

SNI		23
QUADRO 2		
Ficha sintética de apreciação sobre o levantamento de dados biográficos efetuados		
LDBN.º _____		Nome _____
Cogitação _____		
1	Posição ideológica	<input type="checkbox"/> Democrata <input type="checkbox"/> Comunista <input type="checkbox"/> Esquerdista <input type="checkbox"/> Sem posição definida <input type="checkbox"/> Não há registros <input type="checkbox"/> Os registros não permitem opinião conclusiva
2	Atitude com relação à Revolução de 31/mar/64	<input type="checkbox"/> Integrado <input type="checkbox"/> Adesista <input type="checkbox"/> Contrário <input type="checkbox"/> Contra-revolucionário <input type="checkbox"/> Sem posição definida <input type="checkbox"/> Não há registros <input type="checkbox"/> Os registros não permitem opinião conclusiva
3	Atividades subversivas	<input type="checkbox"/> Atuante <input type="checkbox"/> Simpatizante <input type="checkbox"/> Não há registros <input type="checkbox"/> Os registros não permitem opinião conclusiva
4	Probidade administrativa	<input type="checkbox"/> Há registros positivos <input type="checkbox"/> Há registros negativos <input type="checkbox"/> Não há registros
5	Eficiência funcional ou profissional	<input type="checkbox"/> Há registros positivos <input type="checkbox"/> Há registros negativos <input type="checkbox"/> Não há registros
6	Conduta civil	<input type="checkbox"/> Há registros positivos <input type="checkbox"/> Há registros negativos <input type="checkbox"/> Não há registros
7	Observações	
Apreciação final		
<input type="checkbox"/> Não há restrição <input type="checkbox"/> Os registros existentes não contra-indicam o aproveitamento <input type="checkbox"/> Não existem elementos de convicção que contra-indiquem o aproveitamento <input type="checkbox"/> Não há registros <input type="checkbox"/> Não deve ser aproveitado		

Fonte: Lagoa, 1983, p. 23

O SNI exerceu uma efetiva tutela e perseguição sobre os diversos grupos políticos, principalmente as esquerdas e movimentos sociais, o que reverberou nos rebatimentos da produção desse espaço social político do país, promovendo profundos retrocessos e a produção do espaço em sua totalidade eivado de sofrimento. A ditadura, por sua tradição positivista, operacionalizava sua estratégia a partir de uma visão geográfica bastante

sistematizada do território nacional, e, para tanto, a produção de informações e contenção de qualquer antagonismo foi uma marca do regime.

Diante do exposto, pode-se afirmar que os documentos primários encontrados e que serão apresentados ao longo desta pesquisa evidenciam que apesar do relativo distanciamento geográfico dos centros de poder, a região do Vale do Jequitinhonha não ficou alheia ao projeto ditatorial de país do pós 1964.

Dar visibilidade a tais documentos muitas vezes não traz grandes novidades ou surpresas, uma vez que ninguém se surpreende ou tem dúvidas da atuação repressiva e do controle exercido pelas ditaduras da América Latina entre as décadas de 1960 e 1970. Talvez, a grande contribuição de encontrar e dar visibilidade a tais documentos seja contribuir para um resgate desse processo que se deu, principalmente no Brasil, uma vez que cada vez mais é possível identificar vieses negacionistas ou revisionistas no trato do tema da ditadura empresarial-militar brasileira. A argumentação embasada em evidências factuais documentadas configura-se como uma arma eficaz contra a produção de narrativas descoladas das evidências históricas, que muitas vezes servem a uma ideologia reacionária que cultua uma visão profundamente atrasada e autoritária de sociedade.

Voltando efetivamente à descrição e conjuntura socioespacial em meio à ditadura no Vale, a questão da concentração de terra no Vale do Jequitinhonha era um problema no qual percebe-se que a ditadura tinha uma leitura correta sobre a situação, eles sabiam muito bem da raiz do problema. As descrições que os mesmos fazem dos problemas relacionados com a terra do Jequitinhonha são tão diretas que em alguns momentos passa a impressão de que poderia ser algo escrito por um movimento social, denunciando a concentração de terra.

Essa primeira folha abaixo é a folha de rosto do documento, que se apresenta um pouco apagada, mas que, com algum esforço para ler, fica claro que traz informações como o nome do militar que o produziu, data de sua confecção em 22 de agosto de 1974 e relata como o documento foi produzido, no caso, ele foi produzido com base em dados de documentos de outros órgãos e também por trabalho de campo.

Figura 3 – Folha de rosto Dossiê SNI – Levantamento do Vale do Jequitinhonha – ago/1974


 SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

ENCAMINHAMENTO N. 188 /ABH/SNI/
 (011/GAB/74)

AGÊNCIA CENTRAL
 017744 238.74
 2001.0010

75297

DATA - 23 de agosto de 1974.
ASSUNTO :- LEVANTAMENTO DO V. LE DO JEQUITINHONIA
REFERÊNCIA :- - Documento de Informações NR 0133/19/AG/74
 - Informação NR 037/ABH/74
DISTRIBUIÇÃO - A C

1. Encaminhamos a essa A.C. o documento anexo, elaborado pelo Ch Gab desta Agência, Maj Inf QGMA PEDRO CARLOS FERREIRA FILHO.

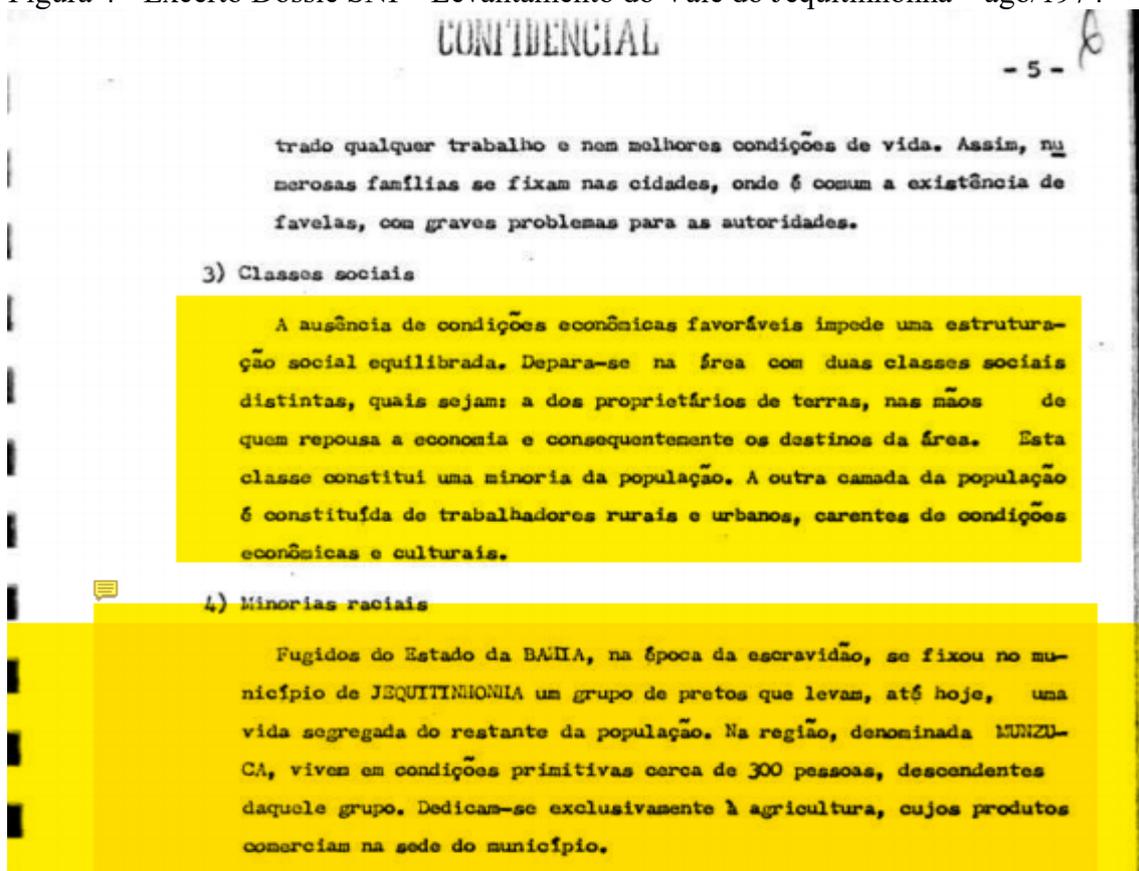
2. O trabalho em tela é o resultado das observações colhidas durante uma viagem realizada pelo referido Oficial à região do VALE DO JEQUITINHONIA, juntamente com elementos da Diretoria da COPVALE (COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO JEQUITINHONIA), conforme autorização contida no Telex NR 212/SNI/GAB, de 18 Jun 74.

0102204

Fonte: SIAN (Sistema de Informações do Arquivo Nacional)

Nesta outra página abaixo, com destaque em amarelo, percebe-se com muita clareza o conhecimento da ditadura sobre as raízes dos problemas enfrentados pela classe trabalhadora do Vale, que efetivamente é a concentração fundiária.

Figura 4 - Excerto Dossiê SNI – Levantamento do Vale do Jequitinhonha – ago/1974



Fonte: SIAN (Sistema de Informações do Arquivo Nacional)

Como relatado anteriormente, o documento em questão não deixa dúvidas que a ditadura tinha um diagnóstico correto sobre a centralidade do problema da posse da terra no Vale do Jequitinhonha. Inclusive, no texto de justificativa de criação da Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha – Codevale, em 1964, que, como já relatado, foi um dos órgãos que teve seu diagnóstico sobre o Vale utilizado como uma das referências para produção do documento do SNI, o deputado estadual Murilo Badaró, oriundo do Vale do Jequitinhonha da cidade de Minas Novas, indicava a miséria na região como um produto da concentração de terras (Servilha, 2012).

O sistema de propriedade das grandes faixas territoriais é causa da miséria do Vale. Assim, a estrutura da sociedade é marcada pelo atraso decorrente da estrutura econômica regional [...] A reforma agrária, como a assistência ao homem do campo e como melhor meio de redistribuição da riqueza entre os que produzem, é uma necessidade latente no Jequitinhonha (Badaró, 1984, p. 216).

Servilha (2012) relata ter visto com surpresa a justificativa no texto feita para criação da Codevale e a classifica como “ousadas colocações”. É bom salientar que o deputado

Murilo Badaró não era proveniente de nenhum partido comunista, socialista ou sindicalista do período. Se pudermos dar uma classificação sobre a postura programática do referido político, o mesmo seria um político liberal, que no primeiro momento do golpe de 1964 estava no Partido Social Democrático (PSD), partido de Juscelino Kubitschek, e posteriormente se filiou à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de sustentação da ditadura.

Permito-me revelar aqui a convicção de que muitos se surpreenderão ao ler estas palavras, assim como nós. Murilo Badaró, para muitos um histórico coronel político regional, filiado a um partido de representatividade entre latifundiários, disserta sobre a reforma agrária com convicção possível, provavelmente, por tempo determinado. Se analisarmos a data da justificativa para a criação da Codevale, perceberemos que esta foi divulgada cerca de um mês antes do golpe militar de 64. Acreditamos que, muito provavelmente, se publicado dois meses depois, sofreria modificações profundas pelo próprio autor. A Codevale foi aprovada, mas, após o golpe de 1964, não mais fomentou o debate acerca da reforma agrária como alternativa para o combate à pobreza e a produção do desenvolvimento econômico na região. (Servilha, 2012, p. 72).

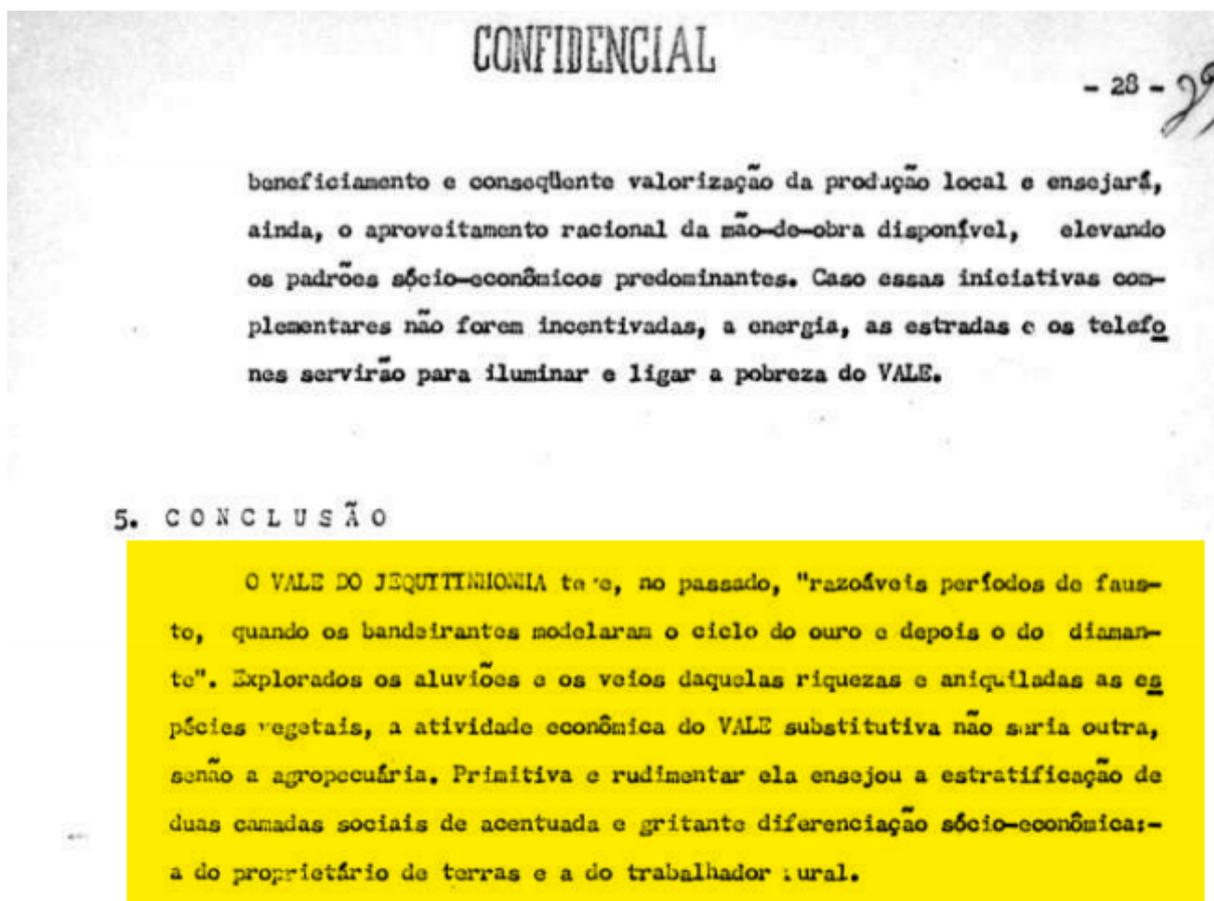
Lendo a justificativa de Badaró, pode-se inferir que a questão da terra no Vale era tão premente, que mesmo franjas mais conservadoras tinham dificuldades de não reconhecer o problema. O referido deputado chegou a classificar a estrutura social do Vale do Jequitinhonha como feudal: “(...) os problemas do Vale são estruturais. Residem mais na estrutura econômica, que é arcaica, na estrutura social, que é feudal.” (Badaró, 1984, p. 216).

Voltando ao documento do SNI anteriormente citado, pode-se perceber também no conteúdo do documento o total despreparo e desprezo dessas pessoas que estavam no poder no trato com as comunidades tradicionais da região, relatando saberes tradicionais de uso e ocupação da terra como condições primitivas. O desprezo consta até na redação do texto sobre a comunidade tradicional da região que eles relataram no documento com o nome de Munzuca, nome que está incorreto, sendo o nome correto da comunidade Mumbuca. A mesma, no tempo presente, está certificada como remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares. Ainda sobre essa descrição do documento, no trecho que trata sobre a comunidade de Mumbuca, pode-se perceber a essência do pensamento da ditadura sobre o que chamamos de povos tradicionais. Havia uma interpretação a partir de uma única perspectiva de desenvolvimento temporal, a perspectiva de desenvolvimento trazida de regiões mais centrais, o que negava a unicidade e existência coetânea de outros povos e de toda uma região. (Massey, 2013.).

No trecho do documento abaixo, é inquietante perceber que até para ditadura, com uma cultura reacionária e anticomunista, talvez sem um conhecimento teórico claro da origem

dessa referência, fica demonstrada a evidência da validade de conceitos de tradição marxista que enxergam na raiz de problemas sociais uma divisão de classes entre proprietários e vendedores de força de trabalho, uma realidade no Vale do Jequitinhonha.

Figura 5 - Excerto Dossiê SNI – Levantamento do Vale do Jequitinhonha – ago/1974



Fonte: SIAN (Sistema de Informações do Arquivo Nacional)

Para além da formação espacial do Vale do Jequitinhonha já explanada até aqui, algumas reflexões e dados sobre o Brasil e o Vale são importantes. Nos dados do censo feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1991, o primeiro após a redemocratização, o Vale do Jequitinhonha possuía 51,99% da população com perfil domiciliar rural. Este fato evidencia que, historicamente, a maioria dos trabalhadores da região exercia atividade rural e necessitava do uso da terra, uma vez que a região nunca dispôs de grandes empreendimentos industriais ou de serviços que pudessem absorver essa força de trabalho.

Segundo Oliveira (2005), no Brasil, a partir da década de 1960, a população urbana ultrapassou a rural. Na década de 1990, a população rural teve um declínio absoluto de 35,8

para 31,8 milhões, o que, quando comparado à realidade do Vale do Jequitinhonha, demonstra a especificidade rural da região, que se urbanizou muito timidamente em relação à média nacional.

A luta dos trabalhadores rurais é histórica no Brasil e se acentuou a partir da Ditadura Empresarial-Militar, que se instaurou com o golpe, a partir de 1964, contra o governo do então presidente João Goulart, momento no qual se iniciou uma profunda opressão sobre as liberdades políticas no espaço social brasileiro. O poder exercido pela ditadura se dava no campo concreto da vida através de execuções, desaparecimentos, tortura de opositores e censura (Melo, 2012). Dentre os diversos interesses da elite nacional e internacional, a aversão à proposta de reforma agrária do governo era uma das principais bandeiras dos golpistas juntamente com o anticomunismo, o que não traduzia efetivamente a visão da maioria da população, uma vez que pouco antes do golpe, o projeto de reforma agrária de “Jango” tinha acima de 70% de aprovação em algumas capitais brasileiras (Fico, 2014).

A ditadura que se inicia a partir de 1964 é um período efetivamente perturbador da história política e econômica do país. A atuação dos militares no ambiente econômico se caracterizava pela implementação do modelo nacional-desenvolvimentista, que tinha o crescimento econômico fomentado por forte intervenção do Estado, expansão industrial, uma política de substituição de importações e criação da infraestrutura para expansão da indústria. No campo, houve o que se pode chamar de modernização conservadora, na qual promoveram uma significativa mudança na estrutura técnica e produtiva do setor agrícola, mudanças que produziram mecanização intensiva, uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos, o que por definição promoveu concentração da produção do país nas mãos das grandes propriedades. Entre os diversos artifícios para promover essa modernização, o crédito subsidiado para a agricultura patronal teve significativo peso. Esse crédito foi implantado a partir de 1965 com o Sistema Nacional de Crédito Rural, que tinha como maior foco de liberação de recursos o eixo Centro-Sul do país, produtos destinados à exportação e setores energéticos como o Programa Nacional do Alcool (Proálcool). (Pereira & Alentejano, 2014).

Nessa época, houve significativo crescimento econômico, principalmente a partir de 1968, período que ficou conhecido como “Milagre Brasileiro”, entretanto, mesmo com crescimento econômico, esse período ficou marcado por expressiva concentração de renda (Calixto, 2006).

Optou-se por um crescimento econômico acelerado, sem cuidar da redução das desigualdades sociais. É desta época a “teoria do bolo”, que propunha fazer o “bolo”

crescer, ou seja, aumentar as riquezas de poucos, para depois dividi-lo com o restante da população. Mas, é fato que ou a distribuição do bolo ainda não foi feita, ou foi feita nos princípios do “quem parte e reparte fica com a maior parte”, excluindo a grande maioria da população brasileira dessa divisão. (Calixto, 2006, p. 22).

A Ditadura Empresarial-Militar, como bem define Melo (2012), foi um período de aprofundamento da hegemonia do grande capital no país. A repressão histórica de sindicatos e organizações sociais, assim como também ampla participação de grupos empresariais no golpe são questões que deixam evidente que as elites econômicas do país tanto trabalharam, quanto se beneficiaram da ditadura estabelecida, principalmente tendo em vista que ela proporcionava ampla extração do que Marx (2017) denominou de mais valor, assim como também promoveu o que Harvey (2014) denominou de acumulação por espoliação.

Cabe ressaltar que Alentejano (2022) chama a atenção para uma polêmica em torno do conceito de acumulação por espoliação. Segundo ele, Armando Bartra e Virgínia Fontes (Fontes, 2010; Bartra, 2014) alertam para o fato de Harvey considerá-lo um processo novo que remete à emergência do neoliberalismo nos anos 1970, o que demarcaria uma nova etapa do capitalismo, mais devastadora e espoliativa, distinguindo-se do período denominado de Welfare State (Estado de Bem Estar Social). Virgínia Fontes prefere tratar o processo como expropriações e a Bartra prefere acumulação primária permanente.

Diante de tal entrevero acadêmico, optou-se pela escolha consciente de utilizar acumulação por espoliação, porém entendendo o mesmo como um processo espoliativo, de um capitalismo intrinsecamente violento (Alentejano, 2022). Como bem define o Geógrafo Paulo Alentejano:

De todo modo, denominemos tal processo de acumulação por espoliação, expropriações ou expropriação permanente, trata-se de dinâmica fundamental do capitalismo contemporâneo e evidencia seu caráter violento, do qual o avanço do agronegócio é parte essencial. (Alentejano, 2022, p. 10).

Ainda sobre definição de conceitos, em um determinado momento, no desenrolar desta pesquisa, a adjetivação “Empresarial” ao se referir ao período ditatorial a partir de 1964 apareceu. Até então haviam definições mais corriqueiras como apenas ditadura militar ou ditadura civil militar que pode ser vista em falas tanto de alguns historiadores, quanto de movimentos sociais. Num primeiro momento, a definição Ditadura Empresarial-Militar era vista por este que escreve com uma certa desconfiança, não por não haver convicção de que o empresariado nacional, bancos e os capitalistas no geral se refestelaram nas relações

assimétricas entre capital/trabalho produzidas no referido período, nem por duvidar que houve apoio ao golpe por parte do empresariado. Porém, tal desconfiança existia baseada na visão crítica que se tem a uma certa cultura que tem se criado nas ciências humanas no tempo presente, cultura esta que se pode denominar de pós-modernista, na qual se inventam expressões, nomenclaturas novas e até mudanças de pronomes à revelia da realidade social objetiva, jogando no lixo debates históricos e expressões consolidadas sem colocar efetivamente nada substancial no lugar. É a substituição de uma visão dialética por um relativismo que se apresenta como crítico, mas não vai à raiz dos problemas. Muitas vezes se pegam questões exaustivamente discutidas e até superadas, mas a partir da criação de um novo nome, dão um verniz de novidade a determinado assunto, porém sem trazer um conteúdo efetivamente novo. Como dizia o poeta Cazuzu “eu vejo um museu de grandes novidades”. O conceito de pós modernismo ao qual nos referimos tem base no que define o filósofo britânico Terry Eagleton:

[...] uma linha de pensamento que questiona as noções clássicas de verdade, razão, identidade e objetividade, a idéia de progresso ou emancipação universal, os sistemas únicos, as grandes narrativas ou os fundamentos definitivos de explicação. Contrariando essas normas do iluminismo, vê o mundo como contingente, gratuito, diverso, instável, imprevisível, um conjunto de culturas ou interpretações desunificadas gerando certo grau de ceticismo em relação às idiossincrasias e à coerência de identidades. (Eagleton, 1998, p. 15).

Partindo da desconfiança e até do pré-conceito (formação de juízo antecipado) exposto sobre a expressão “Empresarial-militar”, no decorrer da pesquisa, a desconfiança foi substituída pela convicção sobre a importância do uso da expressão ao se referir à ditadura, e isso se torna ainda mais imperioso quando se fala do Estado de Minas Gerais.

Sabe-se que vários grupos da sociedade civil de cunho conservador ou abertamente de extrema direita trabalharam para o golpe contra o presidente João Goulart, formando o que se pode chamar de rede conspirativa, com a finalidade de desestabilizar e derrubar o governo em questão. Nessa rede conspirativa, o núcleo central foi o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), que foi criado por empresários do Rio de Janeiro, São Paulo e oficiais do exército (Starling, 1986).

Era possível encontrar nas fileiras do IPES os mais proeminentes empresários, diretores de multinacionais presentes no país, diretores dos principais órgãos patronais, jornalistas, membros das forças armadas, acadêmicos e jovens tecnocratas. O que consubstanciava esses atores sociais no marco de um mesmo posicionamento ideológico eram

suas vinculações econômicas multinacionais e associadas, uma ideologia anticomunista e o intento de construir um novo projeto para o Brasil, um projeto aberto ao fluxo do capital internacional e de viés autoritário. O IPES tinha formas de ingresso em suas fileiras bem controladas. Na aparência, no que ficava público, apresentava-se como uma instituição de viés político conservador, que tinha como horizonte realizar estudos e debates sobre a vida nacional. Os integrantes do IPES estavam engajados com palestras, pesquisas, com o processo de produção e divulgação de livros, folhetos, revistas, veiculação de documentários e filmes sobre a realidade brasileira. Porém, na essência, na clandestinidade, o IPES e seus membros trabalhavam para desestabilizar o governo João Goulart. Eles custeavam uma expressiva campanha de difusão anticomunista, financiavam grupos de extrema direita e manifestações de oposição ao governo (Starling, 2012).

Debaixo do guarda-chuva do IPES atuavam os grupos de mulheres politicamente organizadas – Campanha da Mulher Democrata (Rio de Janeiro), União Cívica Radical (São Paulo), Liga da Mulher Democrata (Minas Gerais), grupos responsáveis por desencadear as Marchas da Família com Deus pela Liberdade. O IPES atuava também em organizações estudantis como, por exemplo, o Movimento Estudantil Democrático; entre os trabalhadores urbanos e operários como o Movimento Sindical Democrático e a Confederação Nacional dos Trabalhadores Cristãos; junto aos grupos de camponeses e líderes rurais, como os que se organizavam em torno do Serviço de Orientação Rural de Pernambuco; e, em associação com o bloco de parlamentares patrocinado pela Ação Democrática Parlamentar, uma frente conservadora voltada para a desestabilização do governo Goulart, com atuação intensa no Congresso Nacional. O IPES tinha uma estrutura interna construída em torno de dez Grupos de Estudo e Ação. Os GEA operavam em áreas distintas de intervenção política, produção de propaganda e doutrinação ideológica, manipulação da opinião pública e capacidade de influência em áreas e grupos sociais específicos – nas Forças Armadas, no Congresso, na Igreja, na imprensa, ou junto às classes médias. (Starling, 2012, np).

Segundo Starling (2012), dentro da estrutura do IPES, o Grupo de Levantamento de Conjuntura foi o mais importante, pois foi concebido para acompanhar os desdobramentos da política nacional, analisando, levantando informações das mais diversas variáveis desse tabuleiro político e fazendo um planejamento estratégico de intervenção para cada conjuntura. Um fato curioso e que reforça a tese sobre o papel do empresariado brasileiro no estabelecimento da ditadura é que o grupo em questão foi dirigido pelo general Golbery do Couto e Silva, que posteriormente utilizou os arquivos do Grupo de Levantamento de Conjuntura do IPES com dados de cerca de 400 mil cidadãos brasileiros para criação da base de dados do Serviço Nacional de Informações (SNI), o qual foi responsável pela produção de alguns dos documentos confidenciais utilizados nesse texto.

O IPES tinha como fontes de financiamento empresários, associações empresariais e multinacionais, porém também recebia de forma clandestina financiamento externo, como de fundos americanos que utilizavam a embaixada dos EUA pra fazer essa conexão. Esse financiamento externo vinha de 297 corporações estrangeiras, principalmente dos EUA, mas também de doações continuadas oriundas de corporações britânicas suecas e alemãs. (Starling, 2012).

Segundo Starling (2012), o IPES de forma alguma pode ser visto como apenas um divulgador de propaganda anticomunista, ou um grupo de extrema direita, o papel dele é muito mais profundo e ativo. Pode-se afirmar com segurança que o IPES foi um grupo conspiracionista com agenda política própria, com seus membros efetivamente bem informados e posicionados no processo de derrubada de João Goulart. Para além do golpe, foram grandes articuladores e protagonistas no processo de ocupação de espaços dentro da estrutura do Estado pós Golpe, o que dá total sentido e argumentação sólida para definir a Ditadura como Empresarial-militar.

Outro braço conspiracionista foi o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) que tinha uma atuação forte na sociedade civil, como sindicatos, movimentos estudantis e igreja católica. O Instituto ficou historicamente famoso por receber verba estrangeira para intervir na eleição de 1962, com a finalidade de eleger deputados de direita. O grupo compartilhava com o IPES o viés anticomunista e tinha como colaboradores e membros empresários, militares e articulação direta com a estação da Agencia Central de Informações (CIA) do Rio de Janeiro, mas o IPES se diferenciava do IBAD pelo seu caráter efetivamente mais sofisticado, como um projeto empresarial, não só um projeto conspirativo para derrubar o governo e, sim, um projeto mais amplo de ocupação de espaço de poder do Estado. E podemos afirmar que tal projeto foi exitoso. O IBAD foi extinto ainda no governo Jango, devido aos crimes eleitorais, já o IPES ficou ativo por quase 10 anos pós golpe, articulando seus interesses e projetos de classe dentro do Estado, finalizando suas atividades em 1973. (Starling, 1986; 2012).

Segundo Starling (1986), o golpe nasce em Minas Gerais, não apenas porque as tropas que se insurgiram contra o governo João Goulart partiram de Minas a mando do General Olympio Mourão Filhos, mas por ter sido gestado e articulado a partir desse Estado. Desde o final da década de 1950, o empresariado mineiro já demonstrava significativo descontentamento com o aumento da participação popular e também das pressões reivindicativas oriundas da classe trabalhadora. Partindo desse descontentamento, na década

de 1950, era possível perceber esse debate ocorrendo com certa frequência no interior das organizações de classe empresarial, porém sem uma liderança política capaz de unir as diversas demandas do setor empresarial do Estado e produzir um projeto partilhado.

Porém, após a renúncia de Jânio Quadros e posse de João Goulart, o empresariado mineiro passa do descontentamento para o de preocupações concretas. O político Jango já era um desafeto de longa data do setor empresarial. Quando foi Ministro do Trabalho, no segundo governo de Getúlio Vargas, encampou publicamente um aumento de 100% do salário mínimo para a classe trabalhadora. Para além desse histórico político que causava espécie nas diversas frações da elite do país, a defesa de uma política externa não alinhada aos EUA e as visitas do político à URSS e China contribuíram de forma significativa para o aumento do que se pode denominar de histeria anticomunista. É possível adjetivar de “histeria” porque realmente era um medo sem nenhuma base na realidade social. A história mostra que houve uma instrumentalização do medo para produção de um sentimento anticomunista que seguramente foi instrumentalizado para fins políticos. O presidente João Goulart nem de longe poderia ser taxado de comunista, o mesmo era proveniente da elite latifundiária gaúcha, nacionalista e com uma visão econômica desenvolvimentista. Talvez ele representasse frações mais avançadas do capitalismo desenvolvimentista e suas práticas pareciam avançadas demais perante uma elite atrasada que provavelmente não superou a abolição da escravatura no país, mas definitivamente, Jango não era um político comunista.

O IPES, com sua necessidade de estabelecer uma ação política-ideológica de alcance nacional, percebeu em Minas Gerais um espaço político e geográfico significativamente estratégico. Se Rio de Janeiro e São Paulo representavam o grosso dos interesses do grande empresariado e das multinacionais, Minas era fundamental para um projeto exitoso do IPES pela sua influência na política nacional, o alto prestígio político da elite mineira e sua histórica ocupação de cargos importantes no primeiro escalão do governo federal pelo menos desde 1946. Para além do prestígio político, a elite mineira era vista como bem consensuada, mesmo com algumas divergências internas tinha uma identidade estável, o que para o projeto do IPES era visto como fundamental (Starling, 1986).

Do ponto de vista geográfico *stricto sensu*, Minas tinha um papel também estratégico, por ocupar um espaço mais centralizado no território nacional e ter fronteiras significativas com Rio de Janeiro e São Paulo. Tinha uma importância política e empresarial principalmente porque deixava bem demarcado o eixo industrial mais importante do país. Essa importância

estratégica de Minas nem era nova, uma vez que desde os tempos da chamada política do café-com-leite, o Estado nunca teve um papel menor na política nacional.

Segundo Starling (1986), a importância estratégica de Minas no golpe de Estado que apeou a democracia do país, para além da inegável e histórica importância política, tinha uma importância estratégica militar efetivamente singular, uma vez que Minas Gerais era visto como um território privilegiado para a formação de uma resistência militar, em caso de confronto com o governo Jango, em razão de características como possibilidade de ligação territorial com quase todas as regiões do país, proximidade do centro de poder do país que deveria ser golpeado, autonomia de abastecimento interno com forte pecuária no norte e significativa agricultura no Sul do Estado, por último e não menos importante, Minas é rodeada por “montanhas”, o que faz do Estado um alvo considerado de difícil acesso para tropas invasoras. O território reunia condições de segurança e resistência, garantia de suprimentos para permanência e mobilidade, isso aliado à coesão política das elites do Estado, para garantir tal estratégia, dava Minas uma superioridade estratégica singular dentro do país. Para tanto, foi necessário construir um estado maior empresarial, no caso o IPES-MG. Mediante a argumentação até aqui efetivada, não restam dúvidas que denominar a ditadura que se instalou a partir de 1964 de ditadura empresarial-militar demarca uma reflexão muito mais aprofundada do papel do capital e das elites econômicas no período e que talvez o termo ditadura civil-militar apesar de não ser um termo semanticamente incorreto, uma vez que empresários são civis também, retira o foco do poder econômico e dilui a responsabilidade igualmente entre toda sociedade civil, coloca a dona Maria e seu João, analfabetos do interior, sem meios de ação política, de genuína fé católica, que foram intoxicados com propaganda anticomunista sistemática, no mesmo patamar que integrantes do IPES com amplo poder de ação, consciência estratégica e agindo como intelectuais orgânicos do golpe, no mesmo patamar de responsabilidade sobre os rumos não democráticos que o país tomou.

Segundo Calixto (2006), o Vale do Jequitinhonha, apesar do seu distanciamento geográfico dos grandes centros, também sofreu reflexos diretos da ditadura, principalmente por meio de projetos implantados na região, que tinham impacto direto na vida da população rural, a exemplo do reflorestamento de eucalipto que tinha como objetivo fornecer carvão para a siderurgia - amplamente incentivada pelo governo. A região, principalmente a partir da década de 1970, tem um histórico de luta dos trabalhadores rurais, seja pela posse da terra, seja pela organização de sindicatos, luta contra o coronelismo, contra a desterritorialização do

povo do campo pelos empreendimentos implantados na região e, até por coisas básicas, como a própria sobrevivência.

A dura realidade do Vale na década de 1970 acabou por inspirar um grupo de jovens estudantes, que viram na produção de um jornal (o Geraes) - livre do domínio das narrativas e da omissão da mídia regional - uma forma de resistência contra a política corrupta dos coronéis locais e a ditadura empresarial-militar.

3 O JORNAL GERAES

O Vale do Jequitinhonha, apesar de suas dimensões e distância geográfica dos centros políticos de poder, não ficou alheio ao regime ditatorial que ocorreu no Brasil, a partir de 1964. A região foi palco de projetos de desenvolvimento construídos de cima para baixo e que tiveram impactos efetivos na vida da população local, a exemplo de processos espoliativos que afetaram a população rural com a chegada de empresas de monocultivo de eucalipto, o abandono pelo poder público a nível federal e estadual de questões como saúde e educação, entre diversas outras questões, como o coronelismo político local e as garras da Ditadura Empresarial-Militar, que nunca deixaram de atuar a nível regional.

Segundo Servilha (2012), ao longo do século XX foi comum a migração do interior de Minas para Belo Horizonte e cidades de porte médio. Esses habitantes saíam de seu lugar de origem, em busca de oportunidades de trabalho e estudo. Uma grande parte desse contingente vivendo na capital conviveu com a realidade do estigma, uma vez que ser do rural, do sertão, do interior, ser do norte ou nordeste mineiro era visto com uma marca do atraso em um país que tentava se afirmar culturalmente e economicamente como um país urbano-industrial, o que também em alguma medida produziu uma “contracultura” de afirmação do orgulho de ser rural, do interior ou sertanejo, como uma forma de “reafirmação/resposta/reação a discursos produzidos nas cidades.” (Servilha, 2012, p. 151).

Porém, principalmente entre as décadas de 1970 e 1980, surge um estigma adicional, o de “ser do Vale de Miséria”, estigma criado sobre pessoas oriundas do Vale do Jequitinhonha, uma marca que diferentemente do “Ser Rural” era mais difícil de contornar e envergonhava muitos migrantes. O ser do Vale da Miséria colocava o indivíduo numa posição de subalternidade significativamente superior a um mero estigma de um suposto atraso oriundo da cultura rural, colocava a pessoa numa posição de subalternidade existencial.

Segundo Servilha (2012), não era incomum entre os migrantes originários do Vale do Jequitinhonha a estratégia de autopreservação no sentido de esconder ou disfarçar sua terra de origem, colocando-se como originários de outras regiões, com o objetivo de se protegerem do peso de serem estigmatizados como miseráveis. Dentre estes diversos migrantes do Vale que saíram da região em busca de novos horizontes, destaca-se um grupo de jovens que partiu em busca de possibilidades de estudar e trabalhar, sendo eles Tadeu Martins, George Abner, Carlos Albérico Figueiredo e Aurélio Silby.

Segundo Martins (2020), numa noite de domingo de Páscoa de 1977, diversos estudantes que haviam voltado ao Vale do Jequitinhonha para passar a Semana Santa com suas famílias tiveram problemas de transporte para o retorno à capital do Estado de Minas. A empresa que fazia a linha para Belo Horizonte não disponibilizava a quantidade necessária de ônibus para atender a demanda do Médio e Baixo Jequitinhonha, principalmente em feriados prolongados como Carnaval, Semana Santa e Natal. Viajar da cidade de Itaobim e outras cidades do Vale para Belo Horizonte era muito duro, uma maratona, como relata o autor.

Nesse período, além da região do Vale do Jequitinhonha não desfrutar de uma ampla malha rodoviária com pavimentação asfáltica, os que iam fazer o deslocamento até Belo Horizonte de ônibus tinham que fazer o que o autor supracitado chama de pinga-pinga, que era uma viagem que poderia durar mais de 24 horas, fazendo baldeações por cidades-polo no caminho, como Teófilo Otoni e Governador Valadares. Muitas vezes era preciso até combinar a viagem de ônibus até Governador Valadares e de trem de Governador Valadares até Belo Horizonte.

Devido ao problema de transporte descrito, na noite de domingo de Páscoa, Tadeu Martins não conseguiu viajar para capital, mas sim na manhã de segunda-feira, 11 de abril de 1977, quando encontrou com Aurélio Silby, viajando juntos rumo a Belo Horizonte.

O estudante Aurélio Silby cursava Economia na PUC-MG, trabalhava na Caixa Econômica Federal e era também presidente do Diretório Acadêmico de Economia na PUC-MG, já Tadeu Martins cursava Engenharia Química na Universidade Federal de Minas Gerais e trabalhava como professor de química em cursos pré-vestibulares, também era militante do movimento estudantil.

Martins (2020) relata que na longa viagem rumo à capital os mesmos conversaram muito acerca dos problemas que causavam tristeza na realidade que conheciam do Vale do Jequitinhonha, o descontentamento com os estigmas de Vale da Miséria, Vale da Fome e outras adjetivações pejorativas.

Nessa viagem surgiu a ideia de construir coletivamente formas de contribuir para uma intervenção positiva no Vale.

Era preciso criar uma forma de melhorar a comunicação entre as cidades, criar instituições populares organizadas, como associações e sindicatos, e a reforçar o trabalho das poucas que já existiam, como alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais e a Associação dos Artesãos de Araçuaí. (Martins, 2020, p. 65).

Aproximadamente um mês após a viagem relatada acima, em meados de maio de 1977, Aurélio volta a procurar Tadeu Martins, informando que havia dialogado com George Abner, que era da cidade vizinha que se chamava Pedra Azul, cidade do Vale que fica a cerca de 90 km de distância da de Tadeu Martins e Aurélio Silby². O estudante George Abner era discente do curso de jornalismo da PUC-MG e demonstrou interesse em conversar sobre projetos e intervenção no Vale do Jequitinhonha. Para tanto, no dia 29 de maio de 1977, ocorreu uma reunião na casa do George em Belo Horizonte. Nessa reunião, surgiu a ideia de criar um jornal. Nesse primeiro momento, foi pensado um jornal que discutisse a realidade política do Vale do Jequitinhonha e que sua circulação ficasse restrita apenas a dois municípios, no caso Itaobim e Pedra Azul (Martins, 2020).

Após essa primeira reunião, Tadeu Martins procurou Carlos Albérico Figueiredo, que também era conhecido pelo apelido de Castilin, para integrar o grupo. Castilin é de origem nordestina, mas se mudou para o Vale do Jequitinhonha ainda na infância. Ele era estudante do curso de sociologia da UFMG, curso que iniciou após ter estudado medicina na UFMG e abandonado a medicina para estudar economia também na UFMG, mas que por fim transferiu para sociologia.

Algo que salta aos olhos é que apesar de partirem de uma região pouco privilegiada em termos de oportunidade, os quatro jovens ocupavam espaços de destaque em boas universidades e no serviço público, o que efetivamente desperta a curiosidade sobre a origem social dos mesmos dentro do Vale do Jequitinhonha.

O Tadeu Martins era filho de um pequeno comerciante de Itaobim e sua mãe era professora e costureira na mesma cidade, estudou como bolsista no que hoje se pode chamar de ensino médio. A bolsa foi concedida por bom desempenho acadêmico no colégio São José na cidade de Teófilo Otoni, que é uma cidade-polo tanto para o Vale do Mucuri, quanto para o Médio e Baixo Jequitinhonha. Posteriormente, como já citado anteriormente, o mesmo passou em engenharia química na UFMG.

O Aurélio Silby também era filho de pequenos comerciantes locais na cidade de Itaobim. Passou em um concurso na Caixa Econômica Federal, o que lhe garantiu os recursos para posteriormente custear os estudos no curso de economia na PUC-MG.

² A noção de tempo e espaço em Minas Gerais é muito diferente da noção da maior parte do Brasil, como Minas é territorialmente grande, não é incomum haver cidades com 200, 250 km de distância ainda serem facilmente reconhecidas como cidades vizinhas

O George Abner é natural do município de Pedra Azul, seu pai era artesão e sua mãe tinha uma hospedaria na cidade. Conseguiu ser aprovado no concurso público da Petrobrás e através desse trabalho custeou seus estudos no curso de jornalismo na PUC.

O Carlos Albérico Figueiredo, também conhecido como Castilin, nasceu em Caruaru, município de Pernambuco, mas na infância se mudou para o município de Itaobim, seu pai era proprietário de um bar no município e sua mãe tinha um pequeno comércio de tecidos. Ele teve uma parte dos seus estudos custeados com a ajuda de uma irmã mais velha que foi aprovada em um concurso do INSS. Foi aprovado em vários cursos na UFMG, dentre eles o concorrido e elitista curso de medicina. Dentre os quatro integrantes, o Carlos era reconhecido por sua inteligência privilegiada, ávido leitor e excelente capacidade de se expressar pela escrita. Apesar desse potencial descrito, sempre foi tido com alguém anarquista por natureza, apesar de se opor à ditadura do período. Era o menos politizado do grupo. (Martins, 2020).

Para refletir sobre a origem social dos sujeitos relatados anteriormente, também é interessante entender determinadas características da vivência no Vale do Jequitinhonha. O Vale se caracteriza desde sempre pela sua predominância de um espaço rural e consequentemente de trabalhadores que vivem da produção na terra. Mesmo essas cidades citadas ao longo do texto são pequenas cidades do interior de Minas, onde o rural e o urbano se fundem. Os moradores e comerciantes dessas cidades acabam por ter suas atividades comerciais e sociais perpassadas por uma cultura interiorana, com uma presença significativa da vivência rural. As cidades do Vale do Jequitinhonha são historicamente conhecidas por suas feiras tradicionais, nas quais camponeses se relacionam com os compradores dos seus produtos se tratando pelo nome, conhecendo-se familiarmente. As relações de comércio se dão permeadas por longas prosas de conteúdos os mais diversos possíveis, que vão desde confidências familiares até as tradicionais e mal afamadas fofocas, muito características do interior e também trocas de saberes.

Sendo assim, se morar em espaços urbanos no Vale do Jequitinhonha no século XXI, definitivamente, não é nem de longe ser um sujeito totalmente afastado das vivências do Rural, como ocorre em capitais e suas regiões metropolitanas, podemos inferir com segurança que em meados do século XX, principalmente entre as décadas de 1960 e 1980, essa realidade era efetivamente mais aguda, principalmente pelo relativo isolamento do Vale em relação a grandes centros.

Num primeiro momento, ao iniciar esta pesquisa, pensava-se que os editores do jornal eram filhos de trabalhadores rurais, baseado em relatos que se via sobre o jornal Geraes, o que

no desenrolar da pesquisa demonstrou não ser uma verdade. Porém o rural é tão presente no Vale do Jequitinhonha, principalmente nesse período estudado, que ser dos pequenos espaços urbanos no Vale do Jequitinhonha, na década de 1970, difere-se objetivamente das vivências produzidas nas regiões urbanas mais centrais do Brasil, o que quer dizer que nas pequenas cidades do Jequitinhonha a cultura, economia, vivência social e problemas estão muito mais próximos do que chamamos de uma realidade rural.

Se a vivência no interior do Jequitinhonha se diferencia de boa parte dos espaços urbanos do Brasil, quando analisada a origem dos editores do jornal Geraes e suas práticas políticas, pode-se perceber que não se diferenciou do que foi visto no resto do Brasil. Sendo fato notório que os estudantes universitários, a resistência estudantil à ditadura era composta majoritariamente por pessoas que podem ser classificadas socialmente como filhos de uma classe média, uma vez que a educação nesse período era tão inacessível que nem mesmo o que atualmente se chama de ensino médio estava disponível a boa parte dos brasileiros, lembrando que o provimento de ensino médio gratuito a toda população só passou a vigorar como dever do Estado a partir da promulgação da constituição cidadã de 1988.

Sendo assim, os editores do Geraes, os jovens Tadeu Martins, George Abner, Carlos Albérico Figueiredo e Aurélio Silby, filhos de uma classe média do Vale do Jequitinhonha, mas que pelas características locais conheciam essa vivência do espaço rural do interior, as mazelas da região, assim também como sua potencialidade e vasta cultura, seguindo a estratégia da mídia alternativa do período, criaram o Jornal Geraes em março de 1978.

O Jornal Geraes foi um projeto coletivo que, apesar de ter os jovens Aurélio Silby, George Abner e Tadeu Martins como assinantes do editorial da primeira edição, obteve dezenas de outras contribuições de pessoas de diversos lugares do Vale no decorrer dos anos (Silby *et al.*, 2011).

Para Servilha (2012), o Jornal Geraes tinha um olhar inegavelmente regional e como meio de comunicação, nos moldes do Pasquim, ele buscava dar voz à população retratando a realidade regional, denunciando as mazelas da região.

Para clarificar no que consiste “moldes do Pasquim” como supracitado, o Pasquim foi um dos mais relevantes e o mais duradouro jornal caracterizado como imprensa alternativa no Brasil. A imprensa alternativa se tratava de uma prática experimental da cultura da década de 1970, a mídia tradicional ou o que podemos chamar de grande mídia empresarial era deveras restritiva, tanto do ponto de vista de classe, quanto do ponto de vista mais amplo da cultura. Sendo assim, era mais factível tentar produzir algo alternativo no qual o acesso a um

mimeógrafo, aluguel de impressoras da grande imprensa ou até mesmo a camaradagem de amigos jornalistas, que serviam de suporte gratuito, eram formas de produção e circulação de ideias, para além do conservadorismo hegemônico na grande imprensa. (Smith, 2000).

A imprensa alternativa também era tratada como imprensa miúda, imprensa nanica e imprensa anã, mas mesmo com essas adjetivações, que conotavam a sua realidade material e objetiva de difusão de informações e ideias, era surpreendente como essa mídia sofria perseguição do Estado.

Do mesmo modo que é surpreendente o fato de que a grande imprensa, com suas matérias e coberturas tão despidas de controversa, fosse censurada, também surpreende que, diante do pequeno porte de tantas publicações alternativas, elas fossem alvo a intensa animosidade do Estado (Smith, 2000, p. 59).

A imprensa alternativa possuía uma gigantesca pluralidade, isso principalmente no sentido de conteúdos abordados. Se num primeiro momento, quando se fala em imprensa alternativa no período da ditadura, tende-se a pensar em jornais panfletários, ligações estreitas com movimentos políticos de esquerda na clandestinidade e fatores de uma verve calcada no denunciamento ao regime, essa perspectiva na realidade se mostra equivocada. Como foi relatado anteriormente, esse tipo de mídia estava ligada a um movimento cultural mais amplo da época, no qual buscava-se abordar temas que não eram tratados na mídia empresarial, que iam desde perspectivas políticas de esquerda, críticas à ditadura, mas também pautas mais culturalmente liberais, como direitos dos homossexuais, humor, ficção, feminismo e questões raciais. Talvez analisando a partir do olhar de hoje, alguns temas caracterizados como liberais soam estranho, porém é bom pontuar que, por exemplo, se no século XXI pautas como direitos LGBTQIA+ são absorvidas por partidos e movimentos de esquerda, nas décadas de 1960 e 1970 esse diálogo era praticamente inexistente.³ (Smith, 2000).

A pluralidade existente na mídia alternativa não era vista na grande mídia empresarial, isso se dava seja por pressão da ditadura, mas também por convicção ideológica dos empresários donos dessas mídias.

Em Smith (2000), é possível encontrar o que se pode chamar de identidade política e consequentemente as diretrizes dos principais jornais do Brasil no período. O que pode ser

³ No romance histórico “O Homem Que Amava os Cachorros” do escritor cubano Leonardo Padura, que foi publicado pela editora Boitempo (que nem de longe podemos acusar de ser uma editora conservadora ou anti-esquerda), o autor relata com razoável riqueza de detalhes a perseguição de homossexuais em Cuba.

facilmente detectado é o descarado viés ideológico de um liberalismo clássico e apoio ao status quo, uma postura anti pautas sociais e de esquerda, como se pode ver a seguir.

Nos quatro jornais de circulação nacional da época, que eram o Jornal do Brasil, Folha de S. Paulo, O Globo e O Estado de S.Paulo, essa identidade liberal era clara. Na folha de S. Paulo, o seu redator chefe do período, o jornalista Boris Casoy, afirmou que: “O jornal, como eu próprio, sempre foi a favor do capitalismo de mercado, do liberalismo e da burguesia.” (Smith, 2000, p.53). No Jornal do Brasil, o seu dono chamado Nascimento Brito deu uma entrevista na década de 1970, em que definia o periódico como “um jornal que defende a iniciativa privada, tem tendências liberais e inclinação conservadora; (...) Enfim, nós não acreditamos num socialismo sem ditadura nem em capitalismo sem democracia” (Smith, 2000, p.53). O Estado de S. Paulo, conhecido também como Estadão, é caracterizado como o baluarte do conservadorismo, sendo um dos primeiros apoiadores ao golpe militar. Sua definição ideológica sempre foi tão clara, ao ponto de que, antes de 1964, havia uma piada de que o partido União Democrática Nacional (UDN), que era um tradicional partido de direita, tinha um jornal e este era o Estadão, porém outros refutavam, não, é o Estado de S.Paulo que tem um partido. Já o Globo, se caracterizou como o mais famoso apoiador da ditadura no Brasil, ao ponto de que, em 1976, o redator chefe do jornal Evando Carlos de Andrade, ao definir os objetivos do jornal como “Ele aspira à contínua perfeição do regime democrático no Brasil”, descrição que parece inocente, mas que até no uso da palavra perfeição para definir o regime democrático, faz uma descrição ecoando a forma como o governo descreve seu próprio projeto. (Smith, 2000).

Finalizando essa breve reflexão sobre a mídia, fica claro que a mídia alternativa é muito mais difícil de se caracterizar pela sua significativa diversidade, já a grande mídia empresarial se caracteriza por uma também significativa homogeneidade ideológica. Uma boa definição que concerne à grande mídia empresarial é “A imprensa é um negócio no Brasil, e seus proprietários em geral estão vinculados com o setor empresarial.” (Smith, 2000, p. 55).

Voltando ao Jornal Geraes e sua composição, uma informação também importante é que, apesar desse núcleo intelectual central de idealização do jornal, citado anteriormente, havia correspondentes de várias cidades do Vale do Jequitinhonha que davam contribuições, como Carlos Guimarães, em Almenara, Luís, em Araçuaí, Zélia Moura, em Diamantina, João Pimenta, em Capelinha, Geraldo Félix Porto, em Jequitinhonha, João Pereira, em Itaobim, Lodonio e Preto Souza, em Pedra Azul, Tiburcinho, em Salinas e Sinésio, em Rubim. Havia também outros correspondentes, mas que, devido ao medo da repressão da ditadura, preferiam

colaborar com o Jornal de forma discreta sem ter sua identidade exposta. (Doula e Ramalho, 2009).

Segundo Doula e Ramalho (2009), o Geraes sempre se declarou como um jornal de produção independente, sustentando-se com a venda de algumas assinaturas no Vale do Jequitinhonha, mas também angariou alguns patrocínios de estabelecimentos comerciais regionais, como por exemplo, a loja Casa Abel da cidade de Teófilo Otoni. Era comum a contribuição de muitos comerciantes de forma financeira, mas muitas vezes os mesmos exigiam sigilo sobre sua contribuição. Além dos patrocinadores, o jornal também adquiria recursos provenientes de eventos culturais regionais, como as feiras de artesanato, concursos de poesia e outros. Uma marca das pessoas envolvidas com o Jornal Geraes era a característica de serem pessoas ligadas aos diversos movimentos culturais regionais.

A formação política dos idealizadores do Jornal Geraes era diversa, mas efetivamente à esquerda. O Aurélio Silby e o George Abner eram estudantes universitários e militantes da organização política clandestina denominada Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP).

A informação supracitada se sustenta a partir do próprio grupo do Geraes, como pode ser visto na citação abaixo retirada do livro JEQUITINHONHA 42 anos de travessia – De vale da Miséria a Vale da Cultura, escrito por Tadeu Martins:

Um mês depois, em meados de maio de 1977, o Aurélio me procurou dizendo que havia conversado com George Abner, pedrazulense, estudante de jornalismo na PUC-MG e que ele se interessou em conversar conosco. Aurélio e George eram militantes de uma organização política clandestina, o MEP – Movimento de Emancipação do Proletariado. (Soares, 2020, p. 65).

Para além dessa informação retirada do livro de um dos integrantes do jornal, em pesquisa nos arquivos do Arquivo Nacional, encontrou-se diversos documentos com carimbo de confidencial produzidos pelo Serviço Nacional de Informações (SNI,) no período da Ditadura Empresarial-Militar, o que demonstra que a ditadura estava permanentemente rastreando todas as atividades de movimentos populares, mídia alternativa e sindicatos no Vale do Jequitinhonha.

O documento exposto abaixo corrobora com a afirmação de que Aurélio Silby e George Abner efetivamente faziam parte de organizações clandestinas de resistência à ditadura. O documento também evidencia que, mesmo após a Lei da Anistia de 1979, não cessaram o escrutínio sobre a esquerda, uma vez que esse documento do SNI fora produzido

no final de 1980 e ainda cita o Partido dos Trabalhadores (PT), que foi fundado nesse mesmo ano.

Figura 6 – Documento Confidencial do Serviço Nacional de Informação (SNI) sobre atividades envolvendo membros do Jornal Geraes – dez/1980

9.12.80
1/1

CONFIDENCIAL

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA RIO DE JANEIRO
INFORME Nº 527 / 320 / ARJ/ 80



DATA : 03 DEZ 80
ASSUNTO : ATIVIDADES DE BRASILEIROS NO EXTERIOR
ORIGEM : INFORMANTE
AVALIAÇÃO : B-1
ÁREA :
PAÍS :
DIF. ANTERIOR :
DIFUSÃO : AC/SNI - ABH/SNI - SE-10/119
ANEXO :



1. **GEORGE AEMER DE F. SOUZA**, após haver trabalhado como ativista junto ao SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS de TURMALINA/MG, encontra-se há dois meses em MANÁGUA/NICARÁGUA onde tem, entre outras atribuições desconhecidas, a de correspondente do jornal "Companheiro". Seu contato, no BRASIL, é **AURÉLIO SILBY VIEIRA CHAVES**, residente em BELO HORIZONTE/MG.
2. GEORGE tem recolhido muito material impresso e fotográfico relacionado com a Revolução Socialista e deverá, em breve, enviá-lo para o BRASIL, com vistas à sua publicação no jornal do PARTIDO DOS TRABALHADORES(PT).

Fonte: SIAN (Sistema de Informações do Arquivo Nacional)

Os outros fundadores do Geraes, Tadeu Martins e Carlos Albérico Figueiredo, apesar de não integrarem nenhuma organização, demonstraram profundo comprometimento para a formação do Geraes. Como bem indicou Gramsci (1982, p. 162), são elementos para a formação de um jornalismo a partir de intelectuais orgânicos “a existência, como ponto de partida, de um agrupamento cultural (...) mais ou menos homogêneo, de um certo tipo, de um certo nível e, particularmente, com uma certa orientação geral (...)”. Todos os integrantes do Geraes tinham ligação com a cultura popular do Vale do Jequitinhonha. É possível afirmar, numa perspectiva gramsciana que esse grupo, por intermédio do jornal, desempenhava efetivamente o papel de intelectuais orgânicos.

Pode-se dizer que Gramsci vai com Marx para além de Marx, o que traz contribuições que dialogam de forma mais clara com a realidade contemporânea. Ao refletir sobre a formação dos intelectuais, Gramsci (1982) ressalta que as duas formas mais importantes dentro da diversidade de categorias de intelectuais são que cada grupo social, oriundo de uma função essencial de uma determinada função econômica, acaba por criar pra si outras camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência de sua função, o que ocorre não apenas no campo econômico, mas também no campo social e político, a exemplo do “(...) empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc” (Gramsci, 1982, p. 3-4).

Segundo Gramsci (1982), os empresários, ou pelo menos uma parte deles, uma elite deles, por definição, já traz consigo uma capacidade dirigente e técnica, ou seja, intelectual, de forma que os mesmos têm capacidade de influenciar não apenas na esfera restrita de sua atividade econômica, mas também em outras esferas, de maneira que o torna um organizador de massa de homens, da confiança de investidores e compradores. Essa capacidade organizativa e de influenciar acaba por se estender em suas relações com o Estado, geralmente com o fulcro de criar condições favoráveis à sua própria classe. Tais intervenções podem se dar de maneira direta ou por prepostos, que são geralmente empregados especializados para atuar em atividades organizativas exteriores às fábricas. Para o autor, os intelectuais orgânicos criados nesse processo progressivo são geralmente especializações, que nascem de aspectos parciais de uma atividade primeira que cada nova classe cria.

Ainda segundo Gramsci (1982), a outra forma importante dentro da diversidade de categorias de intelectuais é o grupo social “essencial”, que surge em determinados momentos históricos, sobre determinada estrutura econômica, porém, mesmo com mudanças históricas radicais nas formas sociais e políticas, esse grupo exerce uma permanência e poder ideológico que perduram em diferentes momentos históricos. Um exemplo bem claro desses intelectuais, que Gramsci vai nomear de tradicionais, são os eclesiásticos, que por muito tempo dominaram a ideologia religiosa, a ciência, o campo moral e outros campos da vida social.

Os eclesiásticos, por muito tempo, gozaram do poder fundiário da aristocracia e o uso dos privilégios estatais. Outras classes de intelectuais tradicionais também surgiram e compuseram essa superestrutura, que são a aristocracia togada e as diversas camadas da administração. Para Gramsci (1982), dadas as continuidades históricas e sua qualificação, essa classe de intelectuais tradicionais se considera autônoma do poder social dominante, o que

Gramsci vai chamar de utopia social, mas que não deixa de causar consequências no campo ideológico que vai reverberar em impactos sociais, políticos e, acrescenta-se, socioespaciais.

Ao refletir sobre os intelectuais, Gramsci (1982) expressa alguns questionamentos, como por exemplo, quais os limites máximos da definição de intelectual? O autor vai chegar à conclusão de que é um grande erro tentar definir as atividades intelectuais, a partir das características do tipo de atividade desenvolvida. Para ele, a essência do que pode ser denominado de intelectual está ligada à experiência de classe, algo produzido através das relações sociais, que são mediadas por meio do trabalho.

Na verdade, o operário ou proletário, por exemplo, não se caracteriza especificamente pelo trabalho manual ou instrumental, mas por este trabalho em determinadas condições e em determinadas relações sociais (sem falar no fato de que não existe trabalho puramente físico (...). (Gramsci, 1982, p. 7).

Para Gramsci (1982), não há homem que não seja intelectual. Segundo ele, o que ocorre é que nem todos cumprem na sociedade o papel de intelectual, sendo impossível falar em não-intelectuais, porque simplesmente “(...) não existem não-intelectuais.” (Gramsci, 1982, p.7).

Para o autor, não existe atividade humana que prescindia da atividade intelectual, pois todo homem para além de suas atividades profissionais exerce atividades intelectuais, seja como artista, na sua conduta moral ou nos seus gostos pessoais. Nessa perspectiva, ele influencia para manter ou transformar concepções de mundo, ou seja, influencia e é influenciado pelas diversas relações de poder em disputa na sociedade.

O autor supracitado foi redator de um periódico socialista chamado Ordine Nuovo. Partindo dessa vivência e de suas concepções teórico filosóficas, ele chama a atenção para o papel do jornalista enquanto intelectual orgânico. Ele atribui o sucesso do periódico no qual trabalhava ao esforço de desenvolver certas formas de um novo intelectualismo, um esforço de motivar novos conceitos, algo que correspondia e se adequava ao desenvolvimento real da vida dos trabalhadores, com profunda ligação à vida prática, agindo como um persuasor permanente. (Gramsci, 1982).

Partindo dos apontamentos gramscianos sobre os intelectuais orgânicos, do ponto de vista da resistência à ideologia hegemônica, pode-se entender o Jornal Geraes como manifestação de um intelectual orgânico coletivo no processo de oposição à Ditadura Empresarial-Militar no Vale do Jequitinhonha.

No ano de 2011, foi lançado o livro GERAES: A REALIDADE DO JEQUITINHONHA, o qual é uma coletânea que traz todas as edições do jornal com um texto introdutório assinado por Tadeu Martins, George Abner e Aurélio Silby. No texto, eles expressam, de forma categórica, a ideologia por trás do Jornal.

Naquele tempo dos primeiros dias do jornal, as idéias do socialismo, da revolução e da reforma agrária, alimentavam o nosso sentimento coletivo, e foi com ele que nasceu e cresceu a idéia Geraes, que foi plantada dentro do Vale. O coletivo ultrapassou as páginas do jornal e abraçou a luta dos camponeses pela terra e sua organização sindical; assumiu a luta contra a ditadura militar (...). (Abner *et al.*, 2011, s/p)

A definição supracitada das ideias que norteavam o Geraes, trazida pelos próprios fundadores do mesmo, demonstra o papel de intelectuais orgânicos no sentido Gramsciano do termo. Em meio ao contexto de uma ditadura, os idealizadores se norteavam pela utopia concreta de que um outro mundo era possível, tinham por intenção confrontar a hegemonia da ditadura, mas também almejavam estabelecer uma nova hegemonia, ou, nas palavras do próprio Gramsci, “uma nova e integral concepção de mundo.” (Gramsci, 1982, p. 8). Para além das palavras dos fundadores do Jornal Geraes, é interessante demonstrar que a própria ditadura reconhecia o referido Jornal como uma voz crítica e contestatória ao governo e que tentava sensibilizar os leitores da região a se unirem através de sindicatos e associações, como é possível ver no documento abaixo, que é um dossiê produzido pelo Serviço Nacional de Informações SNI sobre o Jornal Geraes.

Figura 7 – Documento Confidencial do Serviço Nacional de Informação (SNI): Capa do Dossiê sobre o Jornal Geraes – set/1978

2

CONFIDENCIAL

TODA E QUALQUER PESSOA QUE TOMAR
CONHECIMENTO DE ASSUNTO SIGILOSO
SERÁ AUTOMATICAMENTE RESPONSÁVEL
PELA MANUTENÇÃO DE SEU SIGILO.
Art. 12 do RSIAN, aprovado pelo
79099 de 6 JAN 77.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
INFORMAÇÃO Nº 114/116/ABH / 78 / 114X

S. N. I.
AGÊNCIA CENTRAL
019888 11 SET 78
PROTOCOLO

DATA: - 08 de setembro de 1978

ASSUNTO: - **JORNAL "GERAES"**

REFERÊNCIA: -

DIFUSÃO: - A C

Sobre o assunto em epígrafe, informamos:

1. Em MAR 78 foi lançado o jornal "GERAES", Ano I, número 0, VALE DO JEQUITINHONHA (ANEXO A).

Fonte: SIAN (Sistema de Informações do Arquivo Nacional)

Figura 8 – Documento Confidencial do Serviço Nacional de Informação (SNI): Página que mostra a visão da Ditadura sobre o Jornal Geraes – set/1978

CONFIDENCIAL

(CONTINUAÇÃO DA INFORMAÇÃO Nº 114/116/ABH/78 - Fls. 07)

do jornal "O BAIRRO", em BELO HORIZONTE/MG (Infe "B-2").

10. O jornal "GERAES", numa linguagem clara, simples e objetiva, de fácil compreensão, procura retratar para a população do VALE DO JEQUITINHONHA/MG a sua própria realidade, mas o fazendo de maneira a torná-la mais triste e desconsolada.

11. Referido periódico adota uma linha de atuação crítica e contestatória ao governo e aos órgãos encarregados do desenvolvimento daquela região, responsabilizando-os pela situação em que se encontram as cidades do VALE DO JEQUITINHONHA/MG.

12. "GERAES" se incursiona nos mais diversos campos de atividades e da vida da população do VALE DO JEQUITINHONHA/MG, como o político, sindical, rural, saúde, comunicações, econômico, financeiro, bem-estar, explorando os assuntos de modo tendencioso e de maneira facciosa.

13. Usando de uma linguagem triste, desesperançosa, desalentosa, crítica e contestatória, procura sensibilizar o leitor para os problemas daquela região, com diferentes finalidades: aos leitores ali residentes para se unirem em Sindicatos, Associações e lutarem por dias melhores, levando ainda uma imagem negativa do Governo perante aos mesmos, colocando-o como responsável pela "precária condição de vida ali existente"; e aos não residentes naquela região, apoio e adesão aos seus propósitos.

Fonte: SIAN (Sistema de Informações do Arquivo Nacional)

Uma questão importante para Gramsci, na produção do jornalismo por intelectuais orgânicos, era a questão da comunicação de forma efetiva com os trabalhadores. Era a linguagem, como o próprio ressalta ao indicar alguns pontos importantes sobre esse tipo de jornalismo, que é o “(...) agrupamento para construir um edifício cultural completo, autárquico, começando precisamente pela... língua, isto é, pelo meio de expressão e de contato recíproco.” (Gramsci, 1982, p.162).

Como se pode perceber na marcação do item 10 do documento do SNI logo acima, a linguagem utilizada pelo Jornal Geraes foi objeto de preocupação para a ditadura, pois ela era clara, simples, objetiva e de fácil compreensão, ou seja, era um texto acessível à classe trabalhadora do Vale do Jequitinhonha, logo, era um texto que despertou preocupação.

Segundo Resende (2006), mesmo exercendo o poder de forma ilimitada, a ditadura procurou reduzir ao extremo o espaço da vida política, o que ocorreu ainda no período chamado de distensão, ocorrido no governo Geisel, período em que surgiu o Jornal Geraes. A historiadora Juliana Pereira Ramalho, em conjunto com a antropóloga Sheila Maria Doula, escreveu, em 2009, um artigo intitulado “O Jequitinhonha nas páginas do jornal Geraes: cultura e territorialidade”. Esse foi um trabalho importante por ser pioneiro, uma vez que não se tem notícia de outros trabalhos que tratam especificamente do Jornal Geraes. É possível encontrar o jornal citado em muitos trabalhos sobre o Vale do Jequitinhonha como fonte, ou também citado em algum capítulo de trabalho como tema lateral, mas o artigo mencionado foi o primeiro e, até este momento, o único que se tem conhecimento.

Por ter sido um trabalho pioneiro, o mesmo acabou por influenciar muita gente, uma vez que qualquer pesquisa no Google sobre o Jornal Geraes, invariavelmente, leva à recomendação do trabalho. Fazendo a leitura do artigo, percebe-se que o mesmo tem uma perspectiva muito voltada para a questão da representação do ponto de vista da linguagem, da construção do discurso, com pouco diálogo com a conjuntura política:

[...] justifica-se o intuito de adotar o discurso jornalístico do Geraes como fonte que nos possibilita o entendimento de algumas das representações construídas sobre o Vale do Jequitinhonha. Partindo da premissa de que o discurso constrói o objeto sobre o qual fala, a análise do discurso surge como uma ferramenta que poderá nos ajudar a problematizar e entender algumas questões referentes às representações veiculadas no jornal Geraes, que por sua vez colaboraram para construção e reafirmação da identidade territorial do Vale do Jequitinhonha. (Doula e Ramalho, 2009, p. 4).

Não se pretende analisar detalhadamente o referido artigo, uma vez que fugiria totalmente do objetivo deste trabalho, mas é importante falar do mesmo, uma vez que traz contribuições, mas também limitações que podem produzir visões equivocadas.

Para Doula e Ramalho (2009), o Jornal Geraes acaba por reforçar o estigma de pobreza, ao adotar uma verve de denúncia das mazelas do Vale. Ao analisarem o jornal, as autoras associam algumas fotos como um reforço à representação do Vale enquanto um espaço do esquecimento e do atraso, o que, na visão das autoras, acaba reforçando a necessidade de intervenção na região por parte do Estado.

Analisando o artigo, uma questão que chama a atenção é uma certa semelhança do ponto de vista das autoras, que tem um significativo incômodo com a forma sistemática do Geraes dar visibilidade a pobreza, com o ponto de vista que foi encontrado esboçado no dossiê do SNI sobre o Jornal Geraes. No dossiê, é possível identificar o incômodo da ditadura com a linguagem, ao caracterizá-la como triste, desalentosa, contestatória e crítica ao governo.

Apesar de alguma semelhança na crítica à linguagem utilizada pelo Geraes tanto pelas autoras do artigo, quanto pela ditadura, é fato que se trata de duas perspectivas de mundo totalmente diferentes, uma é um texto da ditadura empresarial-militar e a outra, de autoras progressistas, que demonstram em seu texto relativa influência de uma crítica com viés mais pós-moderno, no qual muitas vezes não se dá a devida importância ou centralidade ao mundo material, concreto e objetivo, sua conjuntura política, mas, em contrapartida, acaba colocando a subjetividade como centralidade da análise.

Pontos centrais que são importantes: as autoras não tinham conhecimento sobre o documento do SNI sobre o Geraes, já que apenas na presente pesquisa foi dada visibilidade ao mesmo, o segundo ponto é que apesar de haver relações dialéticas nas quais o discurso interfere na produção da vida material, esta por definição se impõe. Não é o discurso que cria a pobreza, não é o estigma que produziu as mazelas e o sofrimento no Vale, mas sim as relações materiais históricas de subalternização da classe trabalhadora dessa região, que causaram pobreza e sofrimento, que posteriormente configuraram estigmas.

Quanto ao discurso do Geraes, pode-se perceber uma essência dialética no mesmo. Por um lado, ele fazia discursos críticos aos órgãos do Estado e suas intervenções no Vale, mas, ao mesmo tempo, cobrava outras intervenções possíveis. O Geraes apoiava uma intervenção do Estado no Vale, mas com participação popular. Então, quando as autoras dizem que o discurso do Geraes poderia reforçar a intervenção do Estado, a resposta é sim e não. Sim,

porque havia uma cobrança no sentido de dar visibilidade ao abandono por parte do poder público, logo havia interesse em projetos para beneficiar a região. Não, porque o viés contestatório do jornal não era visto por parte do Estado como algo que contribuía com o fortalecimento de sua intervenção, como bem podemos ver no dossiê do Geraes.

Segundo as autoras:

[...] o Geraes posiciona-se como grupo que possui capacidade e consciência de denúncia dos acontecimentos, ou em outras palavras, capaz de retratar a realidade do Jequitinhonha, já que aqueles que ali vivem são despossuídos de manifestação crítica perante a realidade. (Doula e Ramalho, p. 11).

Pode-se considerar o trecho supracitado equivocado. O papel de um jornal é levar informação, contribuir com a produção de consciência. Por definição, um jornal tem por objetivo relatar fatos e fazer críticas, dar voz ao grupo social ao qual sua identidade está relacionada, então quando o Geraes afirma que pretende ser “porta voz” dos trabalhadores do Jequitinhonha, não quer dizer que os que ali vivem são despossuídos de crítica à realidade, mas sim que falta aos mesmos meios objetivos, condições materiais para uma intervenção mais ampla. Nessa perspectiva, um jornal é um meio de despertar consciências e fazer disputa política.

Ademais, é importante ressaltar que não se pode ter uma visão romantizada sobre a classe trabalhadora, sobre a população do Vale do Jequitinhonha ou qualquer população. A consciência crítica não se dá solta no espaço e no tempo. O ser humano não nasce e por obra espiritual amanhece tomado de consciência crítica sobre sua realidade. Essa consciência é produzida e muitas vezes falseada. As classes dominantes já perceberam a importância dos meios de comunicação há muito tempo, o que fica demonstrado com a importância que a elite econômica sempre deu e dá para o processo de dominação dos jornais, rádios e TVs. Quem bem definiu a importância do processo de formação da consciência foi o mestre Paulo Freire:

O homem não pode participar ativamente na história, na sociedade, na transformação da realidade se não for ajudado a tomar consciência da realidade e da sua própria capacidade para a transformar. (...) Ninguém luta contra forças que não entende, cuja importância não meça, cujas formas e contornos não discirna; (...) Isto é verdade se refere às forças da natureza (...) isto também é assim nas forças sociais (...). A realidade não pode ser modificada senão quando o homem descobre que é modificável e que ele o pode fazer. (Paulo Freire. 1977, p. 48).

Em Servilha (2012), há também uma breve reflexão sobre o artigo supracitado. Para o autor, o referido artigo traz contribuições ao ajudar no processo de compreensão do papel do

Jornal na construção da identidade coletiva do Vale do Jequitinhonha, porém o autor também ressalta a discordância dele com as críticas ao jornal feitas no artigo.

A miséria é apresentada como um retrato, inclusive no sentido paisagístico, da vida de parte considerável da população do Vale do Jequitinhonha. Há, entretanto, diferenças significativas entre as perspectivas e abordagens do jornal frente aos meios anteriores de difusão da existência de um vale de misérias. O Geraes não objetivava, ao enfatizar o tema da “pobreza regional”, a legitimação de políticas públicas desenvolvimentistas produzidas a partir das perspectivas e interesses do Estado e de grandes empresas (...) (Servilha, 2012, p. 155).

Segundo Servilha (2012), nos relatos mais enfáticos acerca das mazelas que assolavam a região, o Jornal buscou dar visibilidade aos nomes, vivências e sujeitos históricos marginalizados, dando centralidade ao “homem do Vale”. O Geraes trazia os problemas do Vale do Jequitinhonha, mostrando, todavia, em todas as edições, as práticas e saberes de organização popular que batalhavam diuturnamente para modificação da dura realidade de pobreza e exploração.

Como foi falado anteriormente, não é o objetivo desta pesquisa fazer uma análise detalhada do referido artigo. Foram feitos alguns apontamentos, considerados mais importantes de indicar, que dialogam diretamente com este trabalho, mas o texto traz diversos outros pontos que também podem ser discutidos, como relacionados à linguagem, cultura e identidade. Apesar de haver críticas ao texto, é inegável que o mesmo traz contribuições e é leitura obrigatória para quem for pesquisar sobre o Jornal Geraes.

4 A CLASSE-QUE-VIVE-DO-TRABALHO NAS PÁGINAS DO JORNAL GERAES

Há plena consciência das diversas categorizações, dos fazeres e particularidades das diversas atividades dos trabalhadores, sejam rurais ou urbanos. Sabe-se que os saberes e fazeres do camponês tradicional são diferentes daqueles do trabalhador rural assalariado, que por sua vez se difere do povo tradicional quilombola, dos Geraizeiros, de comunidades ribeirinhas, indígenas, caiçaras e outros, assim como sabe-se que existem particularidades inerentes a trabalhadores do setor secundário, terciário, indústria 4.0 e uberizados da zona urbana. Porém, nesta pesquisa, insistiu-se na definição de classe-que-vive-do-trabalho cunhado por (Antunes, 2009), por compreender que esse conceito tenta traçar uma espinha dorsal que liga todas essas categorias de trabalhadores, respeitando suas singularidades, mas dando ênfase em sua universalidade, que é a centralidade da categoria do trabalho que tem este como elemento fundante da vida social e que se configura como uma necessidade ontológica do ser humano. Isso significa que a humanidade tem uma necessidade imprescindível da força de trabalho para garantir sua existência por sobre a terra, contudo, como já falado anteriormente em outro capítulo, numa sociedade capitalista fracionada por classe social, uns se apropriam do trabalho de outros para garantir enriquecimento pessoal e acúmulo de capital.

Segundo Barros (2021), os jornais não são meros transmissores de informações. Eles vêm carregados de ideias e valores, nos quais percebe-se uma busca, uma intenção em atuar como agente ativo sobre a sociedade, representando uma esfera de interesses. Esses interesses, podem ser pecuniários, manutenção do status quo, como é muito comum nos grandes jornais empresariais, sociais para defesa de determinadas ideias, como se pode ver tanto em jornais reacionários, religiosos ou até mesmo jornais progressistas.

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que não há neutralidade possível em uma produção que na prática tem o intento de produzir ou influenciar em consciências na sociedade. Talvez, uma boa forma de classificar e sustentar uma postura ética diante da ausência de neutralidade, esteja naquilo que o historiador Eric Hobsbawm afirmou, influenciado por Marx, ter “(...) compromissos de ordem prática e compreensão teórica, entre interpretar o mundo e transformá-lo.” (Hobsbawm, 2015, p.15).

O Jornal Geraes, como descrito até aqui, teve uma atuação que pode ser classificada como de intelectual orgânico coletivo, tentando produzir uma outra ordem social, sempre com

compromisso na defesa dos interesses da classe-que-vive-do-trabalho no Vale do Jequitinhonha.

Como se pode ver abaixo, já na primeira edição do Geraes, marcada como edição zero, em março de 1978, a capa do Jornal traz em destaque um enunciado sobre as dificuldades de sobreviver no campo no Vale. A imagem utilizada traz a paisagem de casas de pau a pique, às margens do Rio Jequitinhonha, com uma canoa estacionada (paisagem aqui tem seu significado naquilo que bem definiu Santos (2008) de que seria uma categoria descritiva dos fenômenos espaciais materializados diante dos olhos). A capa também traz outros enunciados que, apesar de não citar diretamente os trabalhadores, estão ligados a temas fundamentais para os mesmos, como saúde, crédito rural e ampliação da rede de comunicação via telefone, que se colocava como precária e na maior parte da região como inexistente. Na sequência, também pode-se ler a descrição do primeiro editorial, que deixa bem clara a posição do Jornal Geraes em relação à defesa da classe-que-vive-do-trabalho no Vale do Jequitinhonha.

Figura 9 - Edição – Março de 1978 – Ano I, nº 0



Fonte: Jornal Geraes

Editorial – Março de 1978 – Ano I, nº 0:

“Quando os olhos de nossa consciência percorrem o Vale, a visão de conhecimento e compreensão que adquirimos, é acompanhada de um sentimento de desolação e revolta, que cremos estar presente em todos aqueles que pelo trabalho, extraem as riquezas existentes na região, em suas terras, em seus rios, em suas matas. Esse sentimento está presente nos trabalhadores dos campos e das minas, que na persistente extração de riquezas através da mineração, da pecuária, do reflorestamento e das poucas indústrias, são tolhidos dos benefícios das riquezas, seja na destruição gradativa de suas formas de cultura, seja nas condições subhumanas em que vivem; todo esse cortejo de males acompanhado ainda pela precariedade dos serviços básicos de saúde, educação e saneamento. Assim, GERAES nasce com o compromisso de retratar essa realidade e de proporcionar à população do Vale, um meio por onde ela possa discutir seus problemas. Escutar os que querem falar e dar voz aos que vêm suas condições de vida se degradando a níveis subhumanos, para que o povo do Vale busque o melhor caminho, para uma

vida mais justa e humana. Porquanto, nosso trabalho não se justifica apenas pela carência de órgãos de informação, que cumpram o papel de interligar as cidades do Jequitinhonha, mas também contribuir para a quebra do isolamento da região, em relação ao restante do Estado e do País. Pensamos nas dificuldades que iríamos enfrentar para a concretização desse objetivo, tanto ao nível material como humano, mas acreditamos na potencialidade adormecida do Vale. O jornal estará aberto à participação das pessoas, sem preconceito religioso, social ou político, sem no entanto abrir mão de nossa proposta de um trabalho independente, sem nenhum vínculo com grupos econômicos ou partidos políticos. Agradecemos a cooperação de todos aqueles que, de modo direto ou indireto, contribuíram para que o GERAES deixasse de ser apenas uma idéia, para se tornar uma realidade.”

Como se pode perceber, no primeiro editorial do Geraes, o mesmo inicia tentando acessar, de forma talvez não tão explícita, a revolta dos trabalhadores da região diante de suas condições, o que pode ser percebido no trecho “revolta, que cremos estar presente em todos aqueles que pelo trabalho extraem as riquezas existentes na região, em suas terras, em seus rios, em suas matas”. Nesse trecho, nota-se que o jornal via os trabalhadores da região não por nichos de categorias, mas numa visão ampliada de uma classe-que-vive-do trabalho, aqueles que possuem no trabalho o único elemento de garantia de sobrevivência.

Para além do evidente compromisso firmado com os trabalhadores, já no primeiro editorial, pode-se perceber também um viés regionalista, um compromisso com a região do Vale do Jequitinhonha. Se, por muito tempo, as regionalizações foram utilizadas para invisibilizar particularidades e riquezas culturais, num processo de homogeneização inerente a muitos processos de regionalização no Vale, nota-se um tom de ressignificação do discurso de regionalização.

Para Servilha (2012), os idealizadores do Jornal Geraes regionalizaram seus sonhos, ao focarem em um espaço determinado, numa fronteira regional, pensando o mundo a partir dessa realidade vivenciada, “um grupo de jovens regionalizando seu dizer sobre o mundo, na busca por re-dizer, para transformar, sua terra natal.” (Servilha, 2012, p. 157). É possível afirmar que o Geraes tenta ressignificar o Vale do Jequitinhonha para além de uma mera região administrativa.

Outro trecho trazido no editorial e que demonstra consciência da realidade não apenas do Jequitinhonha, mas acaba falando muito sobre a realidade brasileira, na qual vigora um capitalismo dependente atroz, que por definição coloca a população numa condição subalternizada na Divisão Internacional do Trabalho (DIT) é: “que na persistente extração de riquezas através da mineração, da pecuária, do reflorestamento e das poucas indústrias, são tolhidos dos benefícios das riquezas, seja na destruição gradativa de suas formas de cultura, seja nas condições subhumanas em que vivem”.

O trecho supracitado traz a essência da manifestação mais pura e fiel do capitalismo dependente latino-americano, que se manifesta em particularidades internas da realidade brasileira, como superexploração da força de trabalho, monopólio privado da terra, meios de produção e capital. (Souza,2016).

A utilização da categoria de dependência para definir o capitalismo brasileiro e latino-americano desnuda a dialética do capitalismo periférico, o que demonstra a relação desigual e complementar que a região tem perante os países de capitalismo imperialista e hegemônicos. (Souza, 2016).

De maneira objetiva, o papel dos países de capitalismo dependente, de sua força de trabalho e da utilização do seu território já tem sua função bem definida na Divisão Internacional do Trabalho, que conseqüentemente produz uma divisão territorial do trabalho, que pode ser definida como uma função marcada pela subordinação. No entendimento de Marini, a “relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (Marini, 2011, p.135).

Segundo Souza (2016), o processo descrito produz uma extrema desigualdade e aprofunda problemas sociais que destroçam a grande maioria da classe trabalhadora e essa desigualdade se apresenta como fundamento estrutural do capital, uma expressão das leis gerais do capital que é histórica e que tem como uma de suas múltiplas faces perversas o subdesenvolvimento.

O editorial em análise chama a atenção para a destruição das formas de cultura da região. Essa situação pode ser caracterizada também nos marcos do capitalismo dependente, uma vez que de maneira dialética, ele tanto determina quanto é determinado pelo processo de acumulação primitiva que sustenta o capitalismo desde seus primórdios, o que por conseguinte sempre fomentou o poder das classes dominantes nacionais e internacionais. Isso vai se materializar em processos que afetam negativamente diversos níveis da vida, seja no âmbito cultural, social, econômico ou político. Essa dinâmica produz e reproduz, nas diversas regiões, desigualdades que colocam a função da terra e do trabalho à disposição dos interesses dominantes. (Sabino, 2016).

É possível ver no editorial o que, numa leitura sem se ater à conjuntura política e sociorreligiosa da época, um viés de conciliação, principalmente no trecho “O jornal estará aberto à participação das pessoas, sem preconceito religioso, social ou político”. Porém, esse trecho expressa uma visão ampliada da realidade regional. O primeiro ponto a ser destacado é

o respeito à religiosidade. Sabe-se que historicamente a esquerda brasileira sempre teve uma relação bastante ambígua com a religiosidade. Se por um lado, o Estado ateu produzido pela URSS acabava sendo o horizonte, por outro lado, no Brasil, o Partido Comunista sempre teve que lidar com a realidade nacional que se caracteriza por grande religiosidade da população. De forma concreta, isso se materializou muitas vezes na tentativa de conciliação da esquerda com as religiões. Um fato histórico que pode dar segurança em tal afirmação é o fato de que foi o Partido Comunista, na pessoa do deputado Jorge Amado, que foi autor da emenda 3.218 que enxertou na Constituição de 1946 o §7º do art. 141, que versa sobre a liberdade de culto religioso. Sabe-se que necessariamente o deputado visava dar segurança e liberdade principalmente às religiões de matriz africana perseguidas na época, mas, por definição, a lei estabelece um marco de respeito a todas as religiões.

O segundo ponto, especificamente no caso do Jornal Geraes, pelo que consta no editorial, a única opção era lidar com respeito e acolhimento à religiosidade regional, uma vez que o Vale do Jequitinhonha é esmagadoramente de tradição religiosa católica, com diversas tradições sincréticas, com benzedeadas de comunidades tradicionais que muitas vezes misturam catolicismo com elementos de matriz africana muito próximos à umbanda. Em termos de comparação, ainda hoje no séc. XXI, segundo o Censo 2010 do IBGE, Minas Gerais tem 70,63% de sua população católica, enquanto o Rio de Janeiro tem apenas 46,26% de católicos. Não se tem dados do número de católicos no Vale do Jequitinhonha na década de 1970, mas é seguro inferir que se aproximava de algo em torno de 90% da população, o que significa que qualquer estratégia política ou de intervenção social necessariamente não poderia prosperar, sem o mínimo de conciliação com a religiosidade do povo.

Numa visão geral, o editorial demarca um posicionamento no qual dá centralidade aos trabalhadores da região, fazendo uma crítica à exploração regional e pontuando sua independência. Também faz críticas ao Estado através da denúncia da precariedade dos serviços básicos. Não há no editorial um discurso duro muito peculiar à tradição de esquerda, o que é mais do que compreensível, pois não se pode perder de vista que a publicação desse editorial foi em meio à ditadura empresarial-militar, qualquer palavra mais dura poderia desencadear o fim do jornal, prisão e, quem sabe, até desaparecimento. É importante lembrar que apenas dois anos e alguns meses antes o famoso jornalista Vladimir Herzog foi preso, torturado e morto, mesmo tendo visibilidade nacional. Pensando a partir desse fato, é plausível pensar que para pessoas que não ocupavam lugar de destaque social, como os editores do Geraes, numa posição geográfica no Vale do Jequitinhonha, que pode ser

caracterizada como Brasil profundo, definitivamente o confronto direto não parecia ser a estratégia mais inteligente a se seguir. Como pode ser observado nos documentos primários apresentados anteriormente, mesmo com um discurso que não partiu para o embate direto, o Jornal já entrou no radar do Serviço Nacional de Informação (SNI).

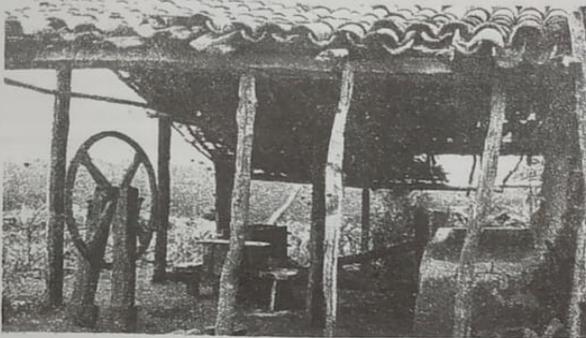
O Tadeu Martins, editor do Geraes, conta, no seu recente livro, o que ocorreu após a publicação dessa edição zero, o que efetivamente vai ao encontro da leitura que se fez das possibilidades e como eram complexas as estratégias políticas durante a ditadura.

A circulação do Geraes Zero no Vale do Jequitinhonha foi muito forte e as pressões começaram. A Editora Batanguera foi visitada pela Polícia Federal, que queria impedir a circulação do Geraes número 1. Os diretores da Editora mentiram que a edição já fora entregue aos proprietários do jornal. Correndo grande risco, pois na verdade os 3.000 jornais ainda estavam escondidos no almoxarifado da Editora. O Marco Antônio nos comunicou que agentes da Polícia Federal visitaram a Batanguera em busca do Geraes e que nos preparássemos para o pior. Carlos Castilin, George e eu, recebemos na Rua Jaime Gomes, sede do Geraes, a visita de um policial federal que se identificou como Fernando, ao qual informamos que os jornais já teriam sido enviados para o Vale do Jequitinhonha. Ele tinha uma cópia do Geraes número Zero, mas queria um exemplar do Geraes número 1 e os documentos de registro do jornal, bem como nome e documentos dos responsáveis. (Martins, 2020, p. 82).

Após o episódio, eles conseguiram se desvencilhar da polícia e mandar os Jornais em caixas de papelão de ônibus para o Vale. A esposa do Tadeu Martins, Solange Mendes, viajou a noite toda levando os jornais para cidade de Itaobim, de onde os jornais eram distribuídos para outras cidades do Vale. O Tadeu relata que o medo de a esposa ser presa e os jornais apreendidos eram reais e que a cada nova edição do jornal sempre apareciam novas ameaças e rumores de apreensão dos jornais. Era flagrante a perseguição da ditadura. (Martins, 2020).

Nas principais reportagens dessa edição 0, o Jornal traz duas matérias que demarcam bem a realidade da luta dos trabalhadores do Vale do Jequitinhonha e a dura realidade regional, diante dos avanços de um desenvolvimentismo capitalista por sobre as terras na região.

Figura 10 – Reportagem sobre a luta dos trabalhadores



Bolandeira: Método primitivo de fabricar farinha

A LUTA PARA SOBREVIVER NO CAMPO

Hoje, quem passar pelo norte do Vale, vai encontrar muita poeira pelo caminho, além de pedras de todos os tipos e tamanhos, vegetação pobre, arbustos chupados, secos, córregos raquíticos, gado magro, pois não há pastagens. Os homens na sua maioria andam descalços, chapéus na cabeça, não sei se por hábito ou para esconder a cara da miséria. Sei que pouco falam. Apenas nos olham. As pessoas se tratam por "senhor", qualquer que seja a idade. Muitos costumam se esconder dentro das casas, quando alguém chega, pelo simples motivo de não terem roupas para vestir, ou melhor, roupas como as que a civilização exige. Os trapos são comuns a pais e filhos. Vivendo em ranchos cobertos de folhas de pindoba, distantes uns dos outros de meio a um quilômetro ou amontoados nos povoados, os habitantes das zonas rurais são privados das mínimas condições exigidas para o ser humano viver condignamente. Ai são registrados os maiores índices de doenças, desnutrição e mortalidade infantil e a menor renda "per capita" do País. Mais de 80% das pessoas do Jequitinhonha vivem no campo, constituídas em famílias que têm em média oito pessoas. São pequenos lavradores que sobrevivem de pequenas culturas ou dos achados nos garimpos e cuja renda familiar raramente ultrapassa o salário mínimo. De cada dez pessoas,

oito não tem condição de comprar alimentação um pouco variada, subsistindo unicamente com farinha de milho ou mandioca, feijão e, de vez em quando, ovos e galinhas. Frutas e verduras não entram na alimentação. Se nas cidades as redes de água e esgotos são ainda incipientes ou inexistentes, no campo são raras as casas que têm fossa, filtro ou chuveiro.

Os dados da miséria do Vale continuam sendo recolhidos e catalogados pelos diversos órgãos que atuam na região, para encher as gavetas e os arquivos de suas sedes, em Belo Horizonte ou Brasília. Afinal devem prestar contas das verbas que lhes são destinadas. O orçamento da Codevale foi de 5,4 milhões de cruzeiros para o ano passado (E.E.P. 28/08/77). Que fazer com tão pouco? Nada mais que garantir o custeio do órgão uma espécie de Sudene subdesenvolvida, que mantém 70% do seu pessoal em Belo Horizonte, a uma confortável distância dos desconfortáveis problemas da região. A presença ainda de vidas humanas é até de sorrisos nas bocas sem dentes, depois de 3 séculos de colonização predatória e de toda espécie de exploração é, antes de tudo, uma prova de força e resistência. Se até aqui chegaram, os camponeses do Vale podem supor com toda certeza que sobreviverão.



Ranchos: Condição subhumana de vida

A QUESTÃO DA TERRA

"OS PEQUENOS PROPRIETÁRIOS, OS POSSEIROS, SÃO ENGANADOS, VENDEM SUA TERRAS POR QUALQUER PREÇO. PRIMEIRO, ESPALHA-SE A NOTÍCIA DE QUE O GOVERNO VAI TOMAR AS TERRAS. AI, COMO ELES NÃO TEM ADVOGADOS, NENHUMA ORIENTAÇÃO, FICAM COM MEDO E VENDEM TUDO MESMO. É UMA TRISTEZA. OS ADVOGADOS DO ESTADO ESTÃO A SERVIÇO DAS COMPANHIAS. SE O ESTADO TIVESSE INTERESSE EM AJUDAR OS POBRES, MANDARIA ADVOGADOS PARA PROTEGÊ-LOS, PARA NÃO PERMITIR QUE FOSSEM EXPLORADOS, ENGANADOS". (Declaração do Bispo de Araçuaí, Dom Silvestre Luiz Scandian, ao E.S.P. de 31/08/77).

Em meados de 74, sem nenhuma consulta aos um milhão de moradores que vivem nos 52 municípios e, ao fim de tantos projetos que por falta de verbas mal nasciam, o governo resolve incentivar as empresas de reflorestamento, para desenvolver e ocupar o Vale do Jequitinhonha.

A Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha, mais conhecida por CODEVALE, que desde sua criação em 66, não tem feito outra coisa senão constatar, através de frequentes relatórios e levantamentos, a doença e a fome da região, sem ter recursos próprios e com o total desinteresse do Governo Federal em destinar verbas ao Vale, encontraria então o caminho mais "fácil" para sua tarefa desenvolvimentista.

Como se não bastassem as facilidades oferecidas pelo governo às companhias, entra em cena a Ruralminas, uma espécie de INCRA mineiro, criada no mesmo ano da Codevale, com o objetivo de colonizar e desenvolver a zona rural do estado. Essa monta então um arcabouço jurídico que permitiria considerar as terras como devolutas, e assim, reparti-las entre as ditas companhias. Verificam-se aruquijos, removem-se papéis da época das Capitâneas Hereditárias às Sesmarias, para se saber quais seriam as terras devolutas. Seus advogados viajam até Portugal para colher documentos - parece uma mentira, mas é a pura verdade - e, afinal chega-se à desejada conclusão: a quase totalidade das terras do Alto e parte do Médio Jequitinhonha, não tinham donos; eram pois, terras devolutas pertencentes ao Estado, representado por sua delegada, a Ruralminas.

Aprova-se então pelo Senado, no final de 76, o projeto de ocupação das terras. Um total de 1.131.900 hectares de terra, seriam repartidas entre 17 companhias, com áreas entre 8 mil a 400 mil hectares. (E.S.P. de 28/08/77).

Com a faca e o queijo na mão, começa

a invasão das terras pelas companhias, trazendo pânico aos moradores da região. Foi o que aconteceu com Valdemar Sousa Santos, 48 anos, 11 filhos, que estava em sua casa em Minas Novas, quando recebeu a notícia que 14 tratores estavam prontos para invadir sua fazenda. "Passei a mão em 2 espingardas e fui lá" relata ele ao E.S.P. de 28/08/77. "Disseram que tudo aquilo era terra devoluta, que eu tinha que provar a posse, ou iam jogar os tratores em cima. Eu que sempre cuidei daquilo, plantei, tinha que provar a posse? E aquele pessoal que nunca ninguém viu por ali podia invadir minha terra? Ai, o que eu podia fazer com 2 espingardas e eles com 14 tratores? "Eles", no caso, era a Florestal Acesita S/A, uma subsidiária da siderúrgica Acesita.

Sem demora, Valdemar reuniu seus documentos e entrou na justiça para provar que eram suas as terras onde sempre viveu com a família. Em agosto um oficial de justiça ordenou que a companhia retirasse as cercas e o eucalipto que já havia plantado. Nem todos porém, tiveram a mesma sorte de Valdemar; sorte e condições para contratar um advogado. Os pequenos lavradores, ao verem os tratores das companhias avançando terra adentro e ouvindo rumores de que o governo iria se aposar de todas as terras, começaram a vendê-las por qualquer preço, ou simplesmente, Cr\$ 400,00 o alqueire. Todas aquelas famílias que durante anos trabalharam e viveram naquelas terras, teriam agora que desfazer de casas, lavouras, criações e, engrossar as fileiras das favelas dos grandes centros e do próprio Vale.

Sem ter resolvido nenhum dos crônicos problemas sociais da região, na maioria decorrente da ocupação e distribuição da terra, torna-se cada vez mais difícil a sobrevivência humana, com um mínimo de dignidade. O homem continua sendo expulso da terra; terra de tantas riquezas e homens tão miseráveis.

Na reportagem com o título “A Luta Para Sobreviver No Campo”, o Jornal traz um retrato sobre a dura realidade dos trabalhadores do Vale, principalmente na parte da região que se insere no bioma denominado de semiárido mineiro. Como relatado anteriormente, o Vale do Jequitinhonha tem uma extensão que vai da região central de Minas até divisas com o Sul da Bahia, o que produz uma diversidade muito grande de climas e biomas, mas que curiosamente produziu uma classe trabalhadora estruturalmente inserida nos marcos do capitalismo dependente, uma vez que, em sua esmagadora maioria, são pequenos lavradores que sobrevivem de pequenas culturas e também de pequenas lavras de pedras preciosas nos garimpos da região. O Jornal, no processo de construção da crítica, demonstra a forma como esse trabalhador é afetado pela geografia da região. Distante de qualquer figuração que poderia soar como determinista, o mesmo demonstra que há desafios inerentes ao espaço geográfico da região, mas mostra que os problemas regionais se encontram no descaso do poder de Estado, no caso o governo federal e estadual. Tal crítica não é uma coisa menor, visto que ainda se encontravam sobre a égide da ditadura. Em um relato estarrecedor na reportagem, no qual é denunciado as condições de miserabilidade produzida por séculos de colonialismo e exploração do Vale, o Jornal finaliza exaltando a resistência dos trabalhadores da região.

Na mesma página, na segunda reportagem com o título A QUESTÃO DA TERRA, o Jornal Geraes denuncia os processos espoliativos (Alentejano, 2022), que trazem como uma de suas fortes características uma acumulação por espoliação (Harvey, 2014). Segundo Harvey (2014), a partir de uma análise minuciosa da descrição que Marx faz da denominada acumulação primitiva, é possível ver desvelado um emaranhado de processos que levam à mercantilização e privatização da terra e em situação de expulsão violenta de trabalhadores dessas áreas rurais, geralmente acompanhada da destruição de formas de direitos de uso e ocupação da terra de forma comum, coletiva ou mesmo do Estado. A destruição dessas formas anteriores de uso da terra é necessária para o estabelecimento de direitos balizados pelo que se conhece no capitalismo como propriedade privada.

Esse processo pode ser visto claramente nas páginas do Geraes, uma vez que, segundo o jornal, a partir de 1974, o governo resolveu incentivar as empresas de “reflorestamento” na região, após muito tempo de descaso do Vale do Jequitinhonha por parte do governo federal. Esse projeto desenvolvimentista foi vendido com a redenção do Vale.

As terras tidas como devolutas por parte do governo, porém amplamente utilizada pelos trabalhadores da região, são facilitadas para serem repartidas para as empresas que

chegaram na região. Segundo se nota nas páginas do Geraes, quase a totalidade do Alto e parte do Médio Jequitinhonha foi considerado terra devoluta, o que culminou na expulsão sobre ameaça, pressão psicológica e até uso da força da população de suas terras. Mais de 1.131.900 hectares de terra foram repartidos para 17 empresas.

O Jornal Geraes destaca o pânico dos trabalhadores da região. Os que não eram surpreendidos com máquinas pesadas, adentrando as terras onde viviam, por medo da perda, já tratavam de vender e negociar por preços irrisórios as terras. O Jornal destaca o caso do Sr. Valdemar Souza Santos, que foi surpreendido com 14 tratores prontos para invadir sua fazenda e na posse de duas espingardas foi tentar impedir pela força, não obtendo sucesso. O caso do Sr. Valdemar foi um dos poucos casos de sucesso, provavelmente ele tinha uma condição um pouco melhor, pois ele conseguiu com o uso de advogados reaver a terra, onde, inclusive, a empresa Acesita já havia cercado e plantado eucalipto.

O Vale do Jequitinhonha, que já havia sido diagnosticado pela própria ditadura empresarial-militar como tendo no cerne dos seus problemas sociais a questão fundiária, conforme apresentado a partir de documentos primários anteriormente, tem na expansão do desenvolvimentismo capitalista na região o agravamento dos seus problemas.

Esta citação de Harvey (2014) logo abaixo, sobre o processo de acumulação por espoliação, encaixa-se tão perfeitamente na situação trazida pelo Jornal Geraes sobre o Vale do Jequitinhonha que seguramente não deixa dúvidas sobre o processo de avanço do grande capital sobre espaços sociais da classe trabalhadora na região.

(..) a supressão dos direitos dos camponeses às terras comuns [partilhadas]; a mercadificação da força de trabalho e a supressão de formas alternativas [autóctonas] de produção e de consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (inclusive de recursos naturais); (...) particularmente da terra. (...) O Estado, com seu monopólio da violência e suas definições de legalidade, tem papel crucial no apoio e na promoção desses processos, (...) O papel desenvolvimentista do Estado começou há muito tempo, e vem mantendo as lógicas territorial e capitalista do poder interligadas, ainda que não necessariamente convergentes. (Harvey, 2014, p. 121).

Segundo Sabino (2016), a década de 1970 marcou o Vale do Jequitinhonha pela inserção da região no radar dos interesses do capitalismo monopolista, de forma que as contradições do desenvolvimentismo capitalista dependente se materializaram de forma perversa ao impor aos trabalhadores do campo da região novas práticas e organização de trabalho, práticas essas subordinadas pelas relações capitalistas.

Ainda segundo Sabino (2016), esse período foi marcado por um acirramento da luta de classes e da questão agrária, na qual o aprofundamento das dinâmicas do desenvolvimento do capitalismo dependente na região significou o aumento referente ao monopólio da terra, com características ambientalmente destrutivas, com centralidade no extrativismo vegetal que promoveu a expulsão de trabalhadores de suas terras ou no mínimo encurralou-os em glebas de terra muito menores, que necessariamente não supriam as necessidade de reprodução da vida dos mesmos.

Essa realidade perversa descrita sobre os impactos das atividades de viés desenvolvimentistas nos marcos do capitalismo dependente na região, teve como consequência a produção de trabalhadores forçadamente divididos entre as atividades camponesas para tentativa de subsistência, atrelada ao trabalho assalariado temporário, no qual esses trabalhadores eram forçados à migração temporária para trabalhar nos grandes centros de agronegócio do país (Sabino, 2016).

A ditadura empresarial-militar teve como um dos primeiros projetos o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504 de 1964), que na prática foi uma resposta ao contexto de luta social por reforma agrária que era bastante significativo à época. Porém, o que se percebe é que o Estatuto serviu para regulação de propriedade e usufruto por parte da elite agrária sobre as terras devolutas, processo que sob o discurso da modernização do campo, acabou por acentuar as desigualdades sociais do mundo rural (Sabino, 2016), (Silva, 1999).

Segundo Sabino (2016) e Moura (1988), em território mineiro, a questão da terra teve encaminhamento parecido, uma vez que pela Lei nº 4.278 de 1966, que autorizava o poder executivo a instituir fundação destinada a promover a colonização e o desenvolvimento agrário no estado, foi criada a RURALMINAS, que foi largamente responsável pela questão da terra no Vale do Jequitinhonha. A partir da criação da RURALMINAS, as terras devolutas no Estado que tinham seu usucapião garantido pela posse da terra passou a ter sua legitimidade garantida apenas pela compra de títulos de propriedade, o que no caso do Jequitinhonha se caracterizou como perversidade em estado puro, sendo que uma das características de uso da terra na região se dava por ocupação de famílias camponesas que tiveram que enfrentar a realidade de assistir seu local de reprodução social ser transformado em mercadoria, numa total transformação de valores de uso em valores de troca. (Harvey, 2013).

(...) as leis produzidas, baseadas nos princípios do mercado, compra e venda, foram imprescindíveis o mascaramento do processo de violência e, nesse sentido, elas

pareciam ser justas, já que a tomada das terras não se fez abertamente por meio da grilagem e dos pistoleiros, métodos utilizados em outras partes do país. Ao contrário, tudo foi feito, seguindo o "documento", dentro da lei e da ordem, logo, por meio da legitimidade, da "armadura jurídica e ideológica" (Silva, 1999, p. 59).

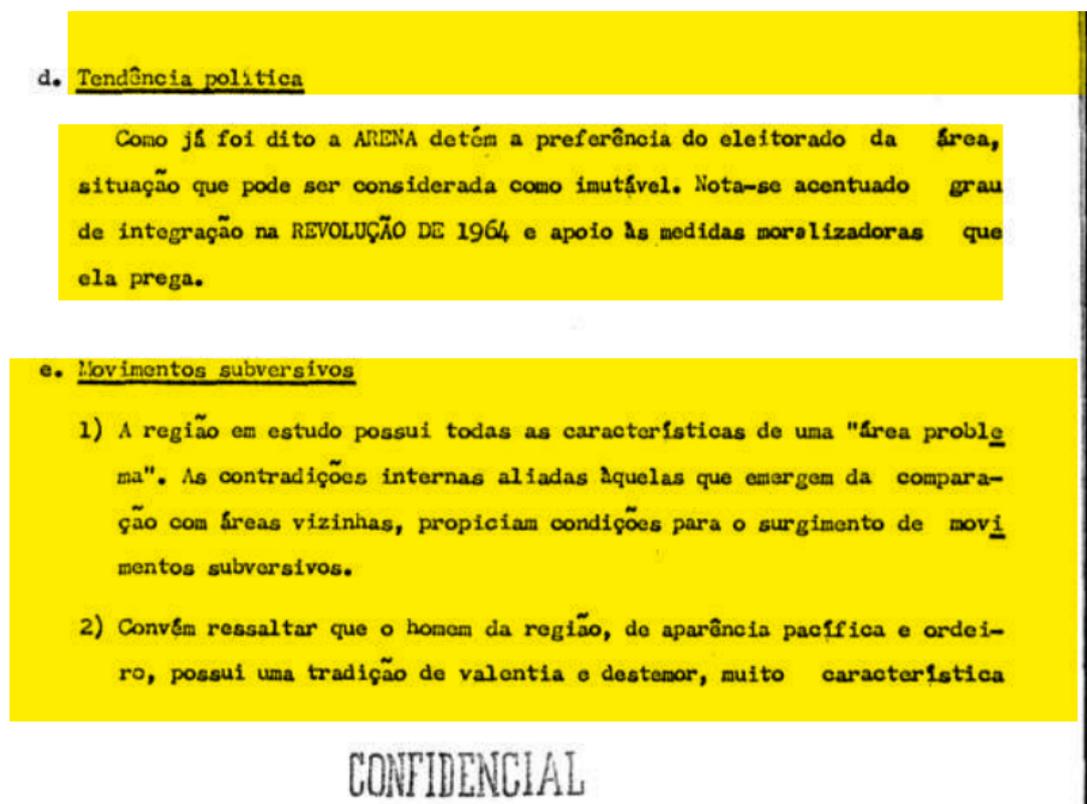
Diante da realidade exposta até aqui, a realidade política do ponto de vista eleitoral não era animadora no Vale do Jequitinhonha. Nos marcos permitidos pela ditadura empresarial-militar, havia eleição, mas o espaço político da região era dominado pela arena, como o Jornal Geraes bem demonstrou em uma pequena reportagem de sua primeira edição, como pode ser visto abaixo.

Figura 11 – Reportagem do Jornal Geraes sobre a política no Vale



Essa cultura política que remonta aos velhos coronéis, muito bem retratada na literatura brasileira, principalmente pelo romancista Jorge Amado, foi trazida nessa reportagem do Geraes de maneira repaginada, na qual aquele estereótipo do coronel dá lugar ao que se pode chamar de novas formas de coronelismo, no qual as famílias herdeiras do tradicional coronelismo se beneficiam da estrutura político eleitoral produzidos pela ditadura empresarial-militar e a ditadura se beneficia do controle e apoio político na região. Tal afirmação não parte de uma inferência apenas, está presente em documento primário produzido sobre o Vale do Jequitinhonha, o mesmo documento que foi utilizado em capítulos anteriores, que demonstrou que os militares sabiam do problema fundiário no espaço rural do Jequitinhonha. Esse mesmo documento demonstra que havia uma relativa tranquilidade da ditadura com o panorama político eleitoral na região, mesmo com algum receio de movimentos “subversivos”, como pode ser visto no trecho do documento confidencial abaixo, que faz parte do diagnóstico que eles faziam sobre o Vale.

Figura 12 – Excerto Dossiê SNI – Levantamento do Vale do Jequitinhonha - – ago/1974



Fonte: SIAN (Sistema de Informações do Arquivo Nacional)

Na segunda edição do Jornal Geraes, a número 1, uma vez que começaram pelo número zero, é possível perceber na capa o mesmo viés de uma tentativa de dar visibilidade à classe trabalhadora e suas lutas na região, como se pode ver abaixo.

Figura 13 - Edição – Maio de 1978 – Ano I, nº 1



Editorial – Maio de 1978 – Ano I, nº 1:

“No número zero do GERAES dizíamos que a luta em prol de uma vida mais justa e humana para os trabalhadores da cidade e do campo e, o compromisso de que nada poderia afetar um trabalho independente dentro do jornal, não estando pois o mesmo sujeito a interesses individuais ou de grupos mas de toda a comunidade, era o que orientaria nosso trabalho. Voltamos pois a reafirmar esses dois princípios básicos. Com isso, deixamos claro a todos aqueles que não se sentem satisfeitos com os nossos princípios e, procuram dessa maneira difundir falsas afirmações em torno do GERAES, no desejo mesquinho de buscar destruir este trabalho, que continuamos firmes e a luta continua. Quando lutamos por um trabalho independente, queremos dizer, uma organização independente. É nesse sentido que, a partir desse número, passaremos a divulgar as formas de manifestações e organização que estão nascendo no vale do Jequitinhonha (comunidades, associações, sindicatos). Pois acreditamos que, somente com a busca incansável dessa organização é que os habitantes do vale poderão enfrentar as suas dificuldades, construindo assim uma vida melhor, não transferindo a outros, que não vivem o dia a dia da região, nem tampouco tem interesses em solucionar estes problemas, criando assim, um círculo vicioso de promessas não cumpridas. A criação da associação dos artesãos do vale, em Araçuaí e as manifestações dos trabalhadores rurais de Turmalina, na luta por um sindicato que defenda seus direitos, são as primeiras provas do compromisso que o GERAES assumiu. Quando nos dizem que só relatamos notícias tristes, até aceitamos. Mas perguntamos: Quais são estas belas notícias do vale a relatar? Como todos sabem não há muitas e, as poucas que existem, não estão ao alcance do povo. Outro ponto que voltamos a falar, é sobre a participação dos leitores no GERAES. A partir deste número, está aberta uma coluna para publicação de cartas enviadas ao jornal, colaboração sobre fatos acontecidos na região e, matérias que venham contribuir para o objetivo que temos com o GERAES. O GERAES está aberto às pessoas que desejam integrar-se mais diretamente ao nosso trabalho, seja como correspondente, fotógrafo ou colaborador. Procurem nossos representantes em suas cidades ou escrevam para a redação do jornal. O GERAES é isso, um jornal que quer mostrar o homem do vale, sua pobreza, seus sonhos e sua luta por uma vida melhor.”

No editorial dessa edição, pode-se perceber que eles iniciam reafirmando o compromisso com a classe trabalhadora da região e assumem uma postura aberta de apoio às organizações populares do Vale do Jequitinhonha, o que é bastante significativo, uma vez que não se pode perder de vista que o referido editorial foi escrito em plena ditadura empresarial-militar e, como apresentado anteriormente, tanto com documentos primários quanto com relatos oriundos dos próprios editores, o Jornal já havia sofrido ameaças e estava sendo monitorado pela ditadura.

O editorial chama a atenção para uma certa tentativa de descredibilizar o Jornal por parte dos opositores. A postura denunciante do Jornal era tratada pelos opositores como se o Jornal só relatasse notícias tristes. Essa crítica pode ser interpretada como algo proveniente da própria ditadura. Tal afirmação pode ser sustentada a partir de dois pontos. O primeiro: é sabido que a ditadura tinha como uma de suas práticas a censura da imprensa para não haver publicação de notícias incômodas ao governo, principalmente de notícias voltadas ao social e à política. Não era de interesse da ditadura ter sua administração, ou má administração do

ponto de vista social, relatada nos jornais, isso tanto no âmbito nacional quanto regional. O segundo ponto é que nos documentos primários apresentados anteriormente, particularmente no dossiê confidencial sobre o Jornal Geraes feito pela ditadura, os termos e expressões utilizados são os mesmos que chegam aos ouvidos dos editores do Jornal, sempre dando a entender que o Jornal é propagador de notícias ruins.

Outro ponto que chama a atenção no editorial é a resposta crítica que foi dada à acusação de o Jornal trazer notícias ruins, quando o editorial diz: “Quais são estas belas notícias do vale a relatar? Como todos sabem não há muitas e, as poucas que existem, não estão ao alcance do povo”. Em outras palavras, pode-se interpretar essa frase como que não são as notícias que produzem a pobreza e a tristeza, mas a realidade objetiva dos trabalhadores do Vale, que era significativamente negativa, que produz a notícia com um conteúdo “triste”. A partir dessa edição, como consta no editorial, o Jornal passou a receber cartas com contribuições da população. Para além da contribuição de indicação para possíveis reportagens, as próximas edições tiveram um espaço, no qual era exibido o conteúdo de algumas das cartas enviadas.

A primeira reportagem da capa, com o título “Pecuarista, fala sobre problemas do Vale”, traz uma entrevista com o fazendeiro Wilson José Trindade, conhecido na região como Tiná. Num primeiro olhar, soa significativamente contraditório o fato de um Jornal que se pretende apoiador dos trabalhadores rurais trazer em suas páginas um pecuarista da região, se um dos problemas da região era a concentração fundiária e possivelmente o pecuarista também fazia parte da minoria privilegiada detentora de terras. O questionamento é pertinente, mas a dinâmica política, a realidade regional traz configurações bem específicas que precisam ser refletidas para não produzir interpretações rasas sobre situações complexas do espaço vivido. A nomenclatura pecuarista tem um peso, traz uma carga simbólica de prosperidade e condições privilegiadas, porém ser pecuarista no Vale do Jequitinhonha na década de 1970 não necessariamente coloca o sujeito numa posição de grande produtor e fazendeiro rico, é uma posição de condição material superior ao de trabalhadores rurais que só tem sua força de trabalho pra vender, mas definitivamente é uma condição muito distante dos detentores do grande capital e do que vai ser chamado de agronegócio no século XXI.

Figura 14 – Entrevista com pecuarista Tiná

A REALIDADE DO JEQUITINHONHA

PECUARISTA FALA SOBRE PROBLEMAS DO VALE

Baseados na proposta de escutar os que querem falar, os repórteres Carlos Figueiredo e Tadeu Martins, foram até a fazenda Sul – América em Itaobim, para ouvir Wilson José Trindade, mais conhecido como TINÁ.

Poeta do campo, ele vê e fala: “A graminha que nasce debaixo do pé de Sete Cascas é mais viçosa que a exposta ao sol”.

Homem dotado de inteligência, músico e político, TINÁ, com sua voz rouca e forte (jeito sertanejo de falar como ele define), nos revelou do decorrer do papo um profundo conhecimento dos problemas do vale. Aí, chegou um momento em que percebemos ter todos aqueles, problemas uma origem comum: A falta de liberdade e de organização. Colocamos a questão e Tina nos respondeu: “Esse problema em vivo, não tenho dúvida. O povo está descontente, quer voltar à democracia na íntegra. A revolução de 64, desvirtuou um pouco o sentido. É o que eu tenho observado”.

GERAES: Atualmente é crescente o êxodo rural. Que razões provocam este êxodo?

TINÁ: A resposta é essa: é a falta de assistência ao homem do campo, ao agricultor, ao pecuarista. Não existe assistência creditícia. O crédito rural que existe é tão irrisório, que conduz o homem do campo a fazer uma ginástica miserável, horrível, pra poder cumprir os compromissos com os estabelecimentos bancários, sob pena de ir à falência, num curto espaço de tempo. Por isso as matrizes são abatidas impiedosamente nos frigoríficos, 90% em estado adiantado de gestação, representando um prejuízo dobrado. Outro problema é o ensino na zona rural que é deficientíssimo. Eu conheço aqui na região, centenas de famílias que já se deslocaram do meio rural pra alfabetizar os filhos nas cidades. Abandonam a lavoura, põem uma vendinha pra vender bananas; mas ele é lavrador, não tem tirocínio comercial. No fim do ano, leva um tapa do fisco. É mais uma queda do homem que já vem apantado lá do mato. Os problemas de saúde também contribuem. O sujeito não quer viver no mato sabendo que a família vai morrer quase toda, ou ficar uns homens atrofiados de xistosa e subnutrição. Esses problemas citados levam o homem do campo a buscar melhores condições de vida nas cidades grandes. E aí, o que acontece?

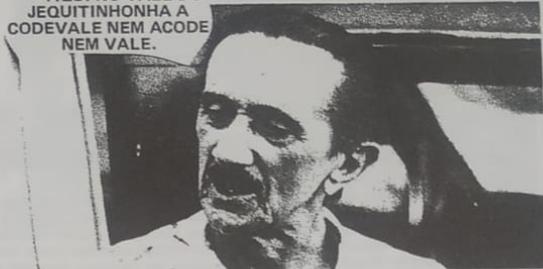
Chegando lá, ele se afunda. Vai ser um produtor a menos e um consumidor a mais que embora consumindo uma parcela pequena, depois de um certo tempo começa a passar fome.

GERAES: Uma favela a mais né?

TINÁ: Sim, uma favela a mais. E também mais crimes, porque da fome vem o desespero. A situação paupérrima cria no homem um espírito de revolta, ele lembra que o sol nasceu pra todos. Itaobim tem crescido consideravelmente, mas com o despovoamento do campo e à base de favelas. Há 14 anos passados, a sede de Itaobim tinha a metade da população que tem hoje. Enquanto a sede está crescendo, a zona rural está ficando despovoada. A fixação do homem do campo ao seu meio só se processará quando houver assistência creditícia, educacional, sanitária e orientação técnica. Esta assistência não pode ser dada pelo fazendeiro, que é também um sofredor, que não vive em situação tão paupérrima, mas está empobrecendo, cada vez mais, pelas mesmas razões. A pecuária aqui do vale está em franca decadência. Nós estamos caminhando para uma situação de calamidade em futuro muito próximo, no meu modo de entender.

GERAES: Tiná, na época do governo Israel Pinheiro pretendia-se

AQUI NO VALE DO JEQUITINHONHA A CODEVALE NEM ACODE NEM VALE.



instalar núcleos de colonização em vários pontos do estado. Sabendo disto você apresentou...

TINÁ: Apresentei sugestões ao governador para criar um núcleo de colonização entre Itaobim e Itinga e estou citando Itaobim não é por bairrismo não, pois eu sou brasileiro em qualquer parte do país em que eu estiver. É porque entre Itaobim e Itinga está uma faixa de terra de 30 Km de comprimento por 12 a 18 de largura e que, situando-se ali um núcleo de colonização, pode transformar esta região num dos grandes celeiros produtores, pra abastecer grandes centros consumidores. O governador chegou a mandar um grupo de pessoas aqui, mas disse que isso ia ficar pra ser implantado posteriormente, pois já tinham fixado locais pra instalar os núcleos. Então essa região ficou esquecida, embora seja mais adequada que as ou-

tras. Olha meu filho, aqui nesta região se produz um dos melhores algodões do mundo, tecnicamente reconhecido, tão bom quanto o do Texas, fibra longa, 33, como dizem os entendidos. Esse núcleo plantaria algodão, mandioca, milho, mamona, frutas e cereais, porque a gleba de terra é imensa e fértil; plana, levemente ondulada, e que pode ser irrigada facilmente pelo rio Jequitinhonha e pelos córregos Pasmado, Santo Antônio e Água Fria, num serviço de baixo custo.

GERAES: Você tentou conseguir um colégio Agrotécnico para o vale. No que deu a tentativa?

TINÁ: Fui convidado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jequitinhonha para assistir a uma reunião lá, pois pertencia ao Sindicato Patronal de Itaobim. Achei engraçado. Nessa reunião discutiram vários problemas vividos por

SR. PREFEITO,
V. Exa. dirige Minas Gerais através de um dos 722 municípios de nosso Estado.

**NÃO FAÇA POR MENOS:
MOSTRE SEU TRABALHO**

A BATANGUERA EDITORA E GRÁFICA LTDA está aparelhada para assessorá-lo em sua política de comunicação.

Folhetos Turísticos (isibrilóts ou não)	Elaboração e execução de Plano Geral de Comunicação
Jornais ou revistas	Criação de jingles para rádios e serviços de alta falante
Cartazes e folhetos	
Impressos em Geral	

DISPONHA. ESTAMOS AQUI AS SUAS ORDENS!

batanguera
editora e gráfica ltda
Rua Jacuí 591 - FLORESTA
Fone: 444-3266
Belo Horizonte

3

Fonte: Jornal Geraes

Figura 15 – Continuação da entrevista com o pecuarista Tiná

A REALIDADE DO JEQUITINHONHA



GERAES: O Alto Jequitinhonha está atingido por reflorestamento com eucalipto. Esse reflorestamento pode chegar até Itaobim, destruindo toda a possibilidade de um celeiro agrícola entre Itaobim e Itinga. O que você acha disto?

TINÁ: É plantar prá desmatar de novo, ou como diz o caipira: "É emborcar a cuia prá desemborcar de novo". Eu acho que devia haver um estudo técnico nesta região e procurar ver as possibilidades de plantar café, que dá mais divisas à Nação e contrata mais mão de obra, evitando assim o êxodo rural. E isto acompanhado de um reflorestamento à base de leguminosas. Nós temos por exemplo uma leguminosa chamada Sete Cascas, uns conhecem por "Bajão". É uma árvore de uma precocidade de desenvolvimento extraordinário, fertiliza a terra, alimenta o gado e fornece madeira excelente.

GERAES: E a atuação dos deputados que recebem aqui, a maior parte de sua votação?

TINÁ: Dos deputados, na realidade tenho visto quase nada. Ouço falar que discutem muito na Câmara etc. e tal, mas deve ficar só nisto, porque até agora não se fez nada. Mas de certa forma tem havido certa negligência por parte dos prefeitos do vale, no sentido de não reivindicar, de não exigir, de não impor, ficam como o doente que não geme, sente a dor e fica calado. A maior parte dos dirigentes preocupam-se com futilidades em vez de reivindicar uma coisa que beneficie a coletividade.

A maior parte dos prefeitos do vale, nem sequer faz um governo planejado. De tudo isso vem decadência e sofrimento, enquanto um pequeno grupo cresce, o resto do povo sofre.

O que está faltando é uma maior união das classes de um modo geral, pois uma andorinha só não faz verão. Acho que os pecuaristas do vale devam se unir e reivindicar através da

FAEMG, os prefeitos através dos deputados, os lavradores por seus sindicatos, pela FETAEMG, numa exigência maciça. Está havendo falta de união dos pecuaristas e dos trabalhadores do campo. É um povo que já habitou a região. Então, fica como o doente que não quer nem tomar o remédio, pois está sabendo que vai morrer. Então esse povo empobrecendo sem sentir, e não acredito em Nação rica de povo pobre. Não acredito. Do jeito que está, é dar murro em ponta de faca. Não continuaremos, como já disse e repito, subdesenvolvidos. Estamos cochilando, enquanto o mundo está evoluindo vertiginosamente. E o vale do Jequitinhonha está completamente MARGINALIZADO. Esta é a verdade.

EMATER-MG-ITAOBIM PROMOVE DIA DE CAMPO SOBRE SILAGEM

Atenção bovinocultores do Vale do Jequitinhonha.

A EMATER-MG sob coordenação do Escritório Local de Itaobim, promoverá no dia 11 de Maio de 1978, às 14 horas um DIA DE CAMPO Regional sobre Silagem. O acontecimento terá como local as fazendas Resúndas Olhos D'água do Sr. José Pales Caroso, município de Itaobim.

Na oportunidade os bovinocultores, receberão orientações sobre: formação e manejo de forrageiras para corte, produção e utilização de silagem, construção de silo e aspectos econômicos da silagem. Além disso terão oportunidade de ver entre outras coisas: capineiras bem formadas, silos e cocheiras bem construídos, e aspectos de localização dessas benfeitorias.

Nossa região caracteriza-se por sérios problemas climáticos, por outro lado o leite representa muito em termos econômicos para os produtores e para a região. Não se pode pensar em vacas leiteiras, sem alimentação para o período seco. Vamos prevenir e ganhar dinheiro com nossa bovinocultura, produzindo silagem.

Contamos com suas presenças.

Engº Agrº Gabriel Campos de Souza
Supervisor Local EMATER-MG-ITAOBIM

GUARANI ESPORTE CLUBE de ITAOBIM. BI - CAMPEÃO DO VALE.

Em 1978, o GUARANI repete a mesma façanha de 1974, vencendo novo campeonato no vale.

Participavam do torneio: o Guarani, 3 equipes de Pedra Azul e 2 de Taiboeiras. Na finalíssima, o GUARANI derrotou o DERPA de Pedra Azul pelo placar de 6 x 0.

Da esquerda para a direita - De pé: Nilo, Paulo Moreira, Dilcinho, Adalton, Marão e Jaimeinho.

Agachados: Pampam, Magela, Nelinho, Osmarito, Rulter (ex-jogador do BORDEAUX da França) e Henrique.

FEIRA DOS ARTESÃOS
UNIVERSIDADE CATÓLICA
BELO HORIZONTE.
DIAS
12, 13 e 14/5/78



Fonte: Jornal Geraes

Uma informação fundamental para compreensão do significado político do Tiná ter dado uma entrevista ao Geraes é que, segundo um relato do Tadeu Martins em seu livro, o

Tiná foi um dos prefeitos cassados no Vale do Jequitinhonha, após o golpe de 1964, conforme consta no livro “TINÁ, político, músico e fazendeiro, prefeito de Itaobim, cassado em 1964.” (Soares, 2020, p. 83).

Baseado nessa informação supracitada, pode-se inferir o não alinhamento do pecuarista com a ditadura empresarial-militar. Além disso, o tom de crítica do mesmo ao governo no decorrer da entrevista reforça tal inferência. Segundo Servilha (2012), essa entrevista foi a primeira a publicizar uma expressão que ficou muito conhecida na região ao fazer menção jocosa à falta de assistência dos órgãos do estado na região, expressão que Wilson José Trindade usou para demonstrar a ineficiência da Codevale: “Aqui no Vale do Jequitinhonha, a Codevale nem acode nem vale”. Na entrevista, Tiná fala sobre questões importantes para região naquele momento, coisas como o problema do êxodo rural, a falta de assistência nas áreas creditícias, problemas na educação, na saúde, a questão da fome para o homem do campo na região e a favelização produzida pelo êxodo (em certos casos, nas próprias cidades da região).

Algumas expressões utilizadas pelo entrevistado causam um certo estranhamento, principalmente ao chamar o golpe de 1964 de revolução, porém o mesmo definitivamente não estava alinhado com o golpe. Como falado anteriormente, ele teve seu cargo de prefeito cassado após o golpe. A expressão “homem do campo”, termo utilizado pelo entrevistado, também é um termo que, segundo Medeiros (1995), não se trata de uma expressão neutra, mas uma expressão cunhada para diluir relações de trabalho e exploração existentes ao substituir expressões como trabalhador do campo ou trabalhadores rurais.

Apesar do estranhamento numa primeira leitura da entrevista, pode-se entender o uso dessas expressões como uma falta de familiaridade do Tiná com tais conceitos, que são muito debatidos e problematizados em âmbito acadêmico, porém, na maioria das vezes, esses debates não chegam ao espaço vivido dos trabalhadores, principalmente pensando na década de 1970.

Ainda sobre o significado político dessa entrevista, pode-se perceber que uma estratégia adotada pelo Geraes foi a de tentar se legitimar enquanto jornal regional e, no bojo dessa estratégia, escutar vozes diversas era um caminho adotado. Tal estratégia, em alguma medida, tirava o jornal de uma posição abertamente militante, a exemplos de jornais de sindicatos e partidos, e dava um verniz de um jornal de esquerda, mas não tão à esquerda ao ponto de inviabilizar sua existência em meio à ditadura. A entrevista do pecuarista toca em pontos centrais para os movimentos sociais de classe trabalhadora da época, coisas como

liberdade de organização, volta da democracia e problemas centrais para os trabalhadores rurais, como falta de condições mínimas de permanência no campo e conseqüentemente o flagelo do êxodo rural. Tais pontos abordados na entrevista evidentemente incomodavam a ditadura.

Entretanto, um apontamento interessante que a documentação primária revela a esta pesquisa, e que coaduna perfeitamente com os apontamentos trazidos na entrevista do Tiná nas páginas do Geraes, é que, de forma confidencial, a leitura sobre o êxodo rural e a favelização de áreas da região como consequência desse processo, eram leituras também feitas e reconhecidas pelo serviço de inteligência da ditadura, como pode ser apreciado no excerto retirado do diagnóstico logo abaixo.

Figura 16 – Excerto Dossiê SNI – Levantamento do Vale do Jequitinhonha – ago/1974

2) Migrações internas

a) A busca por melhores padrões de vida provoca acentuada evasão da população, economicamente ativa, para outras regiões de MINAS e mesmo para outros Estados. Jovens do sexo masculino, ao completarem os dezesseis anos, abandonam as cidades em busca de melhores possibilidades de trabalho em outras áreas. Pela ausência de condições de fixação dessa camada da população, permanecem nas cidades apenas os incapazes e normalmente o elemento do sexo feminino. Em virtude desse processo migratório outro fato negativo ocorre, qual seja o retorno ao meio de elementos que não se ajustaram à nova vida; os que retornam normalmente não se conformam com esse recuo e passam a ser problemas maiores para a comunidade.

b) Outro movimento da população é caracterizado pela evasão do meio rural para as sedes municipais, onde, de um modo geral, não é encon-

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

- 5 -

trado qualquer trabalho e nem melhores condições de vida. Assim, numerosas famílias se fixam nas cidades, onde é comum a existência de favelas, com graves problemas para as autoridades.

Como falado anteriormente ao longo desse texto, é seguro afirmar que a ditadura empresarial-militar tinha uma leitura razoavelmente correta sobre a realidade da classe trabalhadora da região. As evidências encontradas nos documentos primários produzidos pelo serviço de inteligência da ditadura dão margem segura para tal afirmação, primeiro ao demonstrar ter conhecimento da centralidade do problema da concentração fundiária da região, como demonstrado anteriormente e, nesse último excerto, evidenciando que o governo tinha conhecimento do processo de êxodo e consequente processo de favelização das condições de vivência desses trabalhadores.

Segundo Carlos (2018), o espaço faz uma denúncia da vida, mostrando à sociedade seus conflitos e contradições, logo, a produção de espaços eivados de sofrimento, como a violência do êxodo rural e a favelização no processo de re-territorialização desses migrantes, é evidentemente uma demonstração do que se pode chamar de produção capitalista do espaço, no qual os âmbitos políticos e econômicos se chocam com a realização da vida humana.

Em sua proposta de dar destacado espaço na página do Geraes, fomentar e dar visibilidade a organizações populares do Vale do Jequitinhonha, as associações de trabalhadores da região são instâncias importantes que tiveram destaque. Essas tiveram tanto um papel de produzir resultados de curto prazo, como atuação na tentativa de melhora nas condições de trabalho e remuneração de trabalhadores, quanto no médio e longo prazo na produção de uma cultura política de organização social e produção de consciência coletiva. Num país que vivia sobre a negação da participação popular sobre a égide de uma ditadura, o fomento a esse tipo de organização era e ainda é extremamente significativo. Como pode ser visto nessa reportagem com relatos de trabalhadores publicada pelo jornal Geraes, a produção de um sentimento coletivo teve papel fundamental entre os artesãos da região através da associação.

Figura 17 – Reportagem com relatos de trabalhadores

A REALIDADE DO JEQUITINHONHA

**ASSOCIAÇÃO DOS ARTESÃOS
UNIÃO PARA MELHORAR
AS CONDIÇÕES DE VIDA**

Ela viu sempre a luta do pessoal. Tenta gente trabalhando a madeira, o barro, o couro, o vime, e ninguém valorizando. Acrescentando a esse trabalho, a dura labuta de plantar sem ter terra, às vezes vendo a seca tudo destruir, e convivendo continuamente com as dificuldades que existem na pobreza do campo: morando às vezes no tempo, casas de barro batido, mais buracos que peneira, filhos sem escola, sem médicos ou remédios, alimentação precária ou inexistente e aquela sempre presente falta de união para tentar resolver os problemas que são comuns. Cada artesão trabalhava em sua casa e quase não tinha contato, assim um não conhecia o outro e as possibilidades de trocas de idéias, ajudas, eram mínimas.

Adaltiva via assim toda a luta do artesão e, trabalhando no posto cultural do MOBRAL, em atividades como alfabetização, teatro, artesanato, passou a se interessar cotidianamente pelo problema do artesão.

De conversa em conversa os artesãos começaram a se agrupar e reunir regularmente. Os estagiários do Campus propuseram tomar parte nas reuniões, conversar e orientar o pessoal. Eles concordaram. Aos poucos o grupo foi crescendo. Fizeram a 1ª feira, a 2ª e depois da 3ª, feita na Universidade Católica, o entusiasmo foi tomando conta do artesão. Chamou a atenção daqueles que não tinham esperança na coisa. Chegou a formar um grupo muito grande e todo mundo já tinha vontade de ser artesão.

A partir daí, surgiu no meio do grupo a idéia de formar a associação que hoje existe. Os artesões sentiram necessidade de se associarem, pois dava mais segurança. A Associação era uma coisa certa, concreta, com estatutos e registros. Grupo não tinha condição. Em fevereiro do ano passado, depois de várias reuniões, saiu o Estatuto. Tudo feito com as opiniões dos próprios artesãos e com a colaboração e apoio do pessoal da Universidade Católica e da Diocese de Araçuaí.

No sentido de esclarecer o leitor sobre a situação atual dos problemas que os artesãos enfrentam, a atuação da CODEVALE e a vida na associação, apresentamos a entrevista que se segue, realizada em Araçuaí, após uma reunião, onde presenciamos a alegria dos artesãos em estar juntos, expressar sua opinião, discordar, abraçar, sorrir, brincar, respeitando a vontade da maioria, levando para frente as reivindicações e propostas mais significativas para desenvolver e consolidar a Associação, um progresso na vida do Vale.

GERAES: Como o artesão entra pra associação?

LUIS: A pessoa tem que passar por um treinamento, para conhecer o estatuto, conscientizar e ficar ciente da-

quilo que ela vai tomar parte. Nós não queremos que a pessoa saia da roça e ache que deve ser associado e vai chegando e dando o nome não. Além do trabalho nós pregamos pra eles uma união assim: Considerar o outro, não apenas ser sócio.

ADALTIVA: Por que a finalidade do treinamento na 1ª reunião é mais conhecer o outro, saber nome, saber onde mora, o que faz, como é que vende, onde arranja material; já no 2º dia é mais uma conscientização do que é a associação, o que vai fazer, como é que vão lutar pra fazer as coisas. No último dia, já vai estudar o estatuto, porque ali ele vai saber das obrigações deles, o que pode ter direito. E agora os artesãos são mais amigos, lutam mesmo pra defender eles próprios, com união. Se surge um caso de material que não pode comprar, agora a associação reúne, discute que forma eles vão comprar aquele material pra ajudar o outro. Já estão conscientizados demais, porque no princípio eles não se conheciam. Quando falam que tem reunião, todos querem participar, dar opinião, porque é muito aberta esta reunião e todo mundo tem direito de falar, discordar. Eu acho muito importante isso, porque eles vão sentindo que também tem algo importante pra dar pra associação.

ÉCIO ESTEVES: Gosto muito da associação, porque nós conhecemos novos amigos, uma coisa muito boa aqui pra nós. Nós temos contato com o pessoal do Campus, temos contato com essas moças da Universidade Católica. São pessoas que trouxe para nós uma coisa que em nosso meio era muito difícil. Nos abraçam e é uma coisa louca, isso traz satisfação imensa. E mais, nós já conhecemos pessoas de Berilo, que nós não conhecíamos e o contato trouxe muito mesmo na parte de trabalho. E o pessoal compra, eu já vendi até pra Áustria. **PRÁ ÁUSTRIA!**

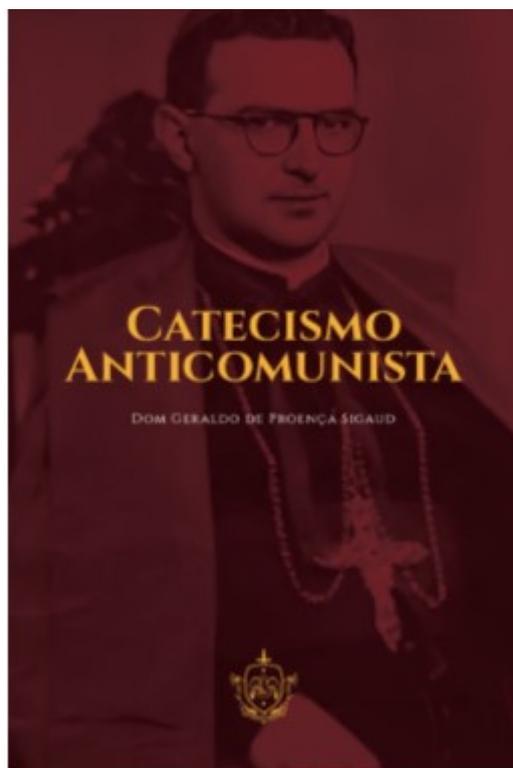
Fonte: Jornal Geraes

Na reportagem acima, pode-se perceber a atuação de duas instâncias da sociedade que atuaram na região para ajudar na organização da classe trabalhadora: a Universidade Católica (PUC-MG), da qual alguns dos editores do Geraes também eram estudantes, e de parte da Igreja Católica.

O Vale do Jequitinhonha teve uma territorialização da Igreja Católica muito peculiar no Alto do Jequitinhonha, mais precisamente em Diamantina. Essa cidade esteve sob domínio de um dos bispos mais influentes do conservadorismo católico do país, conhecido por sua

posição ferrenhamente reacionária e anticomunista, o Dom Geraldo de Proença Sigaud, mais conhecido como Dom Sigaud. O bispo em questão foi tão emblemático que no século XXI, com a ascensão do bolsonarismo, editoras conservadoras estão recuperando o seu legado e republicando suas obras, a fim de reacender o sentimento anticomunista das décadas de 1960 e 1970. Dentre as famosas obras do bispo está este livro de título estarrecedor que podemos ver abaixo.

Figura 18 – Capa do livro do Bispo Dom Sigaud



Fonte: Google imagens

Essa figura histórica do conservadorismo, que marcou a história da Igreja em parte do Vale do Jequitinhonha, também foi citada nos arquivos confidenciais da ditadura sobre a região, já citados em argumentações anteriores neste trabalho. Os documentos primários demonstram algo que no imaginário de quem estuda a região não é necessariamente uma novidade, ou seja, não é uma novidade para ninguém que uma liderança religiosa com estas características agradava a ditadura, porém ao encontrar registros de elogios da ditadura ao bispo em documentos confidenciais, o nível de compreensão é elevado para outro patamar de realidade e evidência factual. Uma coisa são inferências, outra coisa são inferências que se comprovam com documentos, como pode ser conferido no excerto abaixo.

Figura 19 – Excerto Dossiê SNI – Levantamento do Vale do Jequitinhonha – ago/1974

4) A área é carente de um líder capaz de realmente defender seus interesses e propugnar junto aos órgãos do Governo por medidas solucionadoras de seus problemas. A mais efetiva liderança presente está afeta ao Ar-

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

- 14 15

cebispo de DIAMANTINA, D. GERALDO PROENÇA SIGAUD, que, como líder religioso, homem culto e inteligente exerce grande influência no VALE. Cabe salientar, no entanto, que essa liderança sofre, por vezes, restrição na medida em que seu prestígio, junto aos poderes públicos, carreia para a região de DIAMANTINA os principais benefícios destinados ao VALE.

Fonte: SIAN (Sistema de Informações do Arquivo Nacional)

Essa liderança exercia um papel importante e estratégico, uma vez que Diamantina é sede de um grande seminário, o Seminário Provincial Sagrado Coração de Jesus, que é uma instituição centenária de formação de religiosos. Nessa perspectiva, pensando no tipo de liderança presente na região, é possível conjecturar o viés conservador da formação dos religiosos no período.

Ainda sobre a territorialização peculiar da Igreja Católica no Vale do Jequitinhonha, se no Alto Jequitinhonha tivemos essa significativa marca do conservadorismo, no Médio e Baixo Jequitinhonha percebe-se uma Igreja com lideranças muito mais voltadas para teorias sociais, ligadas a comunidades eclesiais de base, o que reverberou em grande influência e auxílio de lideranças religiosas na organização de movimentos populares, associações e sindicatos.

Tal afirmação se sustenta tanto em reportagem do Jornal Geraes, que mostra muito apoio da Igreja aos movimentos populares da região, assim como também em documentos primários do SNI da ditadura que relatam a atuação do que eles chamam de “militantes

subversivos na Igreja”. Nessa lista, pode-se encontrar religiosos da região de Araçuaí (MG), que era uma sede da Diocese de Araçuaí que fica entre o Médio e Baixo Jequitinhonha e também muitos religiosos da região de Teófilo Otoni, que, apesar de não estar dentro do Vale do Jequitinhonha, é uma cidade polo com influência sobre a região. Os excertos abaixo demonstram o trecho do documento.

Figura 20 - Excertos Dossiê SNI – Atuação de militantes e ex militantes (...) – set/1981

3 3 2 9 0 8 1

CONFIDENCIAL




MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES

INFORME Nº 09 34 /81-SI/SR/DPF/MG

DATA : 18 SET 81.

ASSUNTO : RELAÇÃO DE MILITANTES E EX-MILITANTES DA ÁREA DE MINAS GERAIS, COM ATIVIDADES SUBVERSIVAS.

REFERÊNCIA : TELEX NR 2904/116/ABH/81, de 09 Set 81.

ORIGEM : SI/SR/DPF/MG.

AVALIAÇÃO : A-2.

ÁREA : . . .

DIFUSÃO ANTERIOR: . . .

DIFUSÃO : SNI/ABH.

ANEXOS : 16 (dezesseis) folhas xerocopiadas.

55100
De
Prot
70

1. Conforme solicitação efetuada através do telex da referência, este Serviço de Informações, remete em anexo, cópia xerox dos elementos Militantes e ex-Militantes subversivos que atuam nos diversos Movimentos e Entidades Religiosas da área de Minas Gerais.-.-.

5. Irmã ANA MARIA BATISTA - Sem dados de qualificação. Coordenadora da reunião de Comunidades Eclesiais de Base em Araçuaí/MG, realizada no período de 1 a 3 de MAIO/81.

6. Irmã ANGÉLICA PEREIRA DE ALMEIDA - Sem dados de qualificação. Responsável pela comunicação oral ou escrita em Uberaba/MG. Supervisiona os trabalhos de confecção e impressão de dois jornais, Sagarana e Exceção, editados por alunos das Faculdades Integradas São Tomás de Aquino.

7. ANTÔNIO MANEDE FERNANDES -Pe. -FIL: José de Sacramento Fernandes e Rita da Anunciação Martins, DLN 17.02.41 Logradouro/Portugal. Pároco da Igreja Nossa Senhora de Fátima de T. Otoni. Veio para o Brasil, procedente de Angola de onde foi expulso por crise de agitação pública. É membro atuante da Comissão Pastoral da Terra de T. Otoni e adjacências; orientador e um dos criadores de CEBS - Comunidades Eclesiais de Base - na sua área de atuação. É também, um dos orientadores dos movimentos populares existentes na cidade. Líder dos moradores da "Favela do Boiadeiro", estando em constantes atritos com a administração municipal e com proprietários de terras locais. Em suas atividades litúrgicas, seu comportamento tem sido idêntico ao dos demais clérigos da ala progressista, ou seja, o de criticar o Governo e fomentar a união e luta para solução dos problemas do homem do campo. É considerado um dos grandes agitadores locais, estando sempre presente em todos os movimentos contestatórios levados a efeito em T. Otoni e programados pela diocese ou pelos líderes estudantis da cidade.

8. DOM ARNALDO RIBEIRO -FIL: Gastão Sovero Ribeiro e Flórentina Ferraz Ribeiro, DLN 07.01.30 Belo Horizonte/MG. Bispo Auxiliar. Fez parte da mesa no Congresso Sobre Habitação do Favelado de

CONFIDENCIAL

Continua..

532981
CONFIDENCIAL

70. SILVANO NÓBILIS -Pe. -Sem dados de qualificação. Atua em movimentos de Comunidades Eclesiais de Base, em Araçuaí/MG.

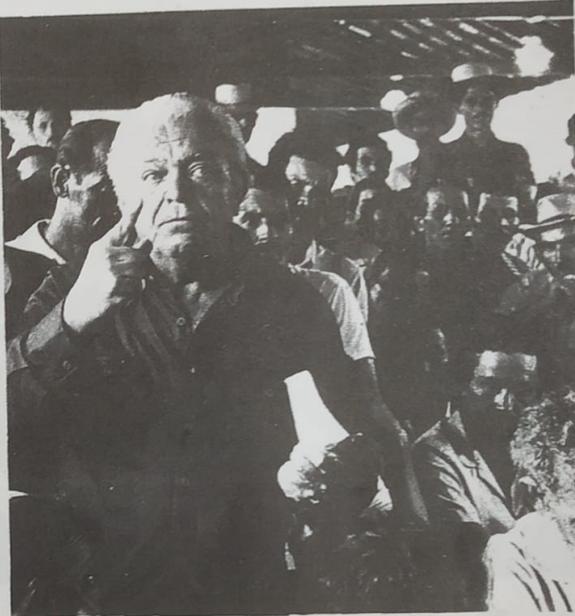
71. DOM SILVESTRE LUIZ SCANDIAN - Sem dados de qualificação. Atua em movimentos de Comunidades Eclesiais de Base.

72. DOM JOSÉ SÁLVADOR - Sem dados de qualificação. Pe. 77

A classe-que-vive-do-trabalho do Vale do Jequitinhonha, mais precisamente, os trabalhadores rurais, camponeses e muitas vezes artesãos e camponeses com sua dupla atividade eram representados no Jornal Geraes. Ao contrário do que é histórico entre os jornais empresariais do Brasil, no Geraes percebe-se um compromisso de classe com os de “baixo”. Entre as diversas reportagens, pode-se perceber uma bastante emblemática: a que trata da organização do sindicato dos trabalhadores rurais de Turmalina, a qual deu visibilidade à mobilização para proposta de criação do sindicato, dando ênfase na organização dos trabalhadores.

Figura 21 – Reportagem sobre organização sindical dos trabalhadores rurais

TRABALHADORES DE TURMALINA SE ORGANIZAM

Assembléia dos trabalhadores de turmalina.

Cansados de ficar sob a tutela do sindicato patronal, que tem feito vistas grossas quanto às péssimas condições de vida no campo, agora agravadas com o aparecimento das empresas ditas reflorestadoras, cerca de 800 trabalhadores rurais de Turmalina, reuniram-se em assembléia geral para discutir e encaminhar a proposta de fundação do seu sindicato. A idéia de fundação do sindicato, contou com o apoio de praticamente toda a zona rural e com o comprometimento do prefeito da cidade em apresentar à câmara, um projeto de desapropriação do lote em frente ao novo mercado, para doação à futura sede do sindicato, que será construída em regime de mutirão.

No decorrer da reunião, depois das primeiras conversações com relação a elaboração do estatuto, os trabalhadores discutiram a realização das eleições para a diretoria do sindicato. Destacaram como pontos básicos para o trabalho a ser desenvolvido pela diretoria:

- Conscientizar a classe rural do direito de se organizar livremente, buscando assim um poder reivindicatório que atenda aos interesses da classe;
- Desenvolver um trabalho junto às diversas comunidades, no sentido de criar meios de resistência dos camponeses contra a apropriação e domínio do campo pelas grandes empresas reflorestadoras e justificando, citou-se o exemplo das 57 famílias do Mato Grande, ameaçadas de expulsão de suas terras pelo grileiro “Nêgo Véio”, intermediário da empresa estrangeira Suzano Fefer, produtora de celulose entre outros produtos.
- Fim da exploração diária a que estão submetidos os trabalhadores rurais da Florestal Acesita e,
- Salientou-se a importância da união de todos pela defesa de seus direitos.

Intervindo nas discussões, o médico e político Hugo Lopes, pediu votos de confiança a todos, dizendo que aquela não era a maneira correta de agir, que deixassem que ele, amigo de todos, procuraria ajudá-los. Dessa maneira, ele tentava desorganizar os trabalhadores e continuar sozinho tomando as decisões nos assuntos de interesse do povo do município.

Isto causou um enorme espanto entre os trabalhadores, que continuaram firmes em seus propósitos, marcando nova assembléia geral para o dia 13 de maio na igreja local, com a presença do presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Itaobim e do padre José Lávia.

OLIVEIRA & PORTELA
DISTRIBUIDORES DE BEBIDAS LTDA
COMÉRCIO ATACADISTA



Bebidas, refrigerantes, cereais, produtos alimentícios e mercadorias em geral.
Representantes da internacional cerveja e refrigerantes SKOL.
Preços excelentes.
Entrega a domicílio e com rapidez. Estoque sempre renovado.
Av. Rio Bahia, 139 – Fone: 153
ITAOBIM – MG

Segundo Medeiros (1995), a imprensa comunista teve como foco mostrar as condições de vida no campo, geralmente marcada por exploração e opressão. O papel que a imprensa comunista desempenhava no que concerne ao campo tinha uma função importante no processo de modificação da imagem pública do campo e do trabalhador rural. Pensando no Jornal Geraes, seria leviano e incorreto colocá-lo como um Jornal Comunista stricto sensu. Porém, não se pode negar um viés de esquerda do Geraes, com posições e formas de abordar determinados temas que podem dialogar bastante com jornais mais abertamente militantes. Não se pode perder de vista também que alguns dos editores fundadores dos Geraes tinham militância em organizações comunistas clandestinas, o que talvez possa reforçar a conjectura de uma influência na forma de abordar determinados temas.

Na reportagem acima, fica evidente o aspecto que se pode denominar de luta de classes. A mobilização em prol da organização de um sindicato dos trabalhadores rurais em Turmalina/MG significava, do ponto de vista político, não só um salto de qualidade na organização dos trabalhadores e seu conseqüente fortalecimento enquanto classe, mas também uma ruptura com os sindicatos patronais da região, o que teve um apoio massivo de toda zona rural. Segundo consta no próprio jornal, a organização dos trabalhadores produziu de imediato uma promessa do prefeito da época de organizar através da Câmara Municipal a desapropriação de um espaço em frente ao Mercado Municipal para construção de uma sede do sindicato.

Em 2016, participando de um trabalho de campo ligado à uma disciplina cursada na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), houve a oportunidade de visitar a sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turmalina, onde foi possível confirmar a conquista dos trabalhadores. O sindicato está exatamente em um espaço anexo ao Mercado Municipal, o que atesta que a mobilização dos trabalhadores materializou essa conquista que perdura até o tempo presente.

No final da reportagem, pode-se perceber que uma assembleia foi marcada após a reunião que aparece na reportagem e a reunião foi realizada na Igreja Católica local com a participação do Padre José Lávnia. O referido padre era um religioso de origem italiana, que era engajado nas comunidades eclesiais de base e pastoral da terra. Em documento primário, inédito até então, pode-se confirmar, com maior riqueza de evidências, a tese de que havia uma diferença significativa entre as lideranças religiosas da região de Diamantina e de boa parte do Médio e Baixo Jequitinhonha. No documento encontrado, o SNI da ditadura empresarial-militar relata com detalhes que o Padre José Lávnia se destacava por suas

declarações contestatórias ao governo. Segundo o documento, o padre chegou a declarar publicamente que o domínio comunista no Brasil traria benefícios para os trabalhadores, como pode ser conferido com maior detalhamento na íntegra no documento abaixo.

Figura 22 – Excerto documento SNI sobre atuação de religiosos em Turmalina – MG – out/1985

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
GABINETE DO MINISTRO

CONFIDENCIAL

BRASÍLIA, DF, de 20 NOV 1985 de 19

INFORME N.º **0897** S/102-A3-CIE

DATA: 10 Out 85

1. ASSUNTO: ATUAÇÃO DE RELIGIOSOS EM TURMALINA/MG - 4.6.3.

2. ORIGEM: 4a DE

3. AVALIAÇÃO: A-2

4. DIFUSÃO: AC/SRE - CI/DPF

5. DIFUSÃO ANTERIOR: CIE - I EX

6. REFERÊNCIA:

7. ANEXO:

Retransmissão do Informe nº 491/85/E2/T-14/4aDE, datado na origem em 03 Out 85:

*1. O padre italiano JOSE LAYIA foi durante certo período, pároco de MINAS NOVAS/MG e TURMALINA/MG. Era engajado na Pastoral da Terra, destacando-se por declarações contestatórias ao Governo. Chegou a declarar publicamente que "o domínio comunista no BRASIL traria grande benefício às leis trabalhistas e muitas outras coisas a bem do trabalhador".

Recebia regularmente doações financeiras da ITÁLIA, oriundas de organizações religiosas. Em 1984 retornou a ITÁLIA,

2. Em 17 Ago 85, o Padre JOSE LAYIA esteve visitando o Município de TURMALINA, notadamente o Distrito de YEREDINHA. Veio acompanhado do Padre PLÍNIO (que declarou ser professor universitário, redator de jornal e apresentador de rádio e TV na ITÁLIA) e mais doze jovens (professores e estudantes), todos italianos. Na oportunidade declararam que ficariam naquela região por 30 dias, aproximadamente. O Padre PLÍNIO realizou diversas filmagens na zona rural da região.

3. Coincidentemente, o atual pároco de TURMALINA, Padre SILVÂNIO NOBILE passou a visitar semanalmente as Comunidades Eclesiais de Base do município fazendo pregações político-ideológicas acompanhadas de projeções de slides. As exibições são sobre greves e tumultos, focalizando mais a ação policial, oportunidade em que o Padre SILVÂNIO NOBILE tece comentários sobre a Polícia Militar, apontando-a como espancadora de trabalhadores, estudantes e mesmo de padres.

TODA PESSOA QUE TOCAR
NUNCA DESTE DOCUMENTO
FICARÁ RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO
DE SEU SIGILO (RSAS)

CONFIDENCIAL

Fonte: SIAN (Sistema de Informações do Arquivo Nacional)

Para além do que o documento revela em sua redação, que realmente havia uma preocupação da ditadura com os religiosos progressistas no Vale do Jequitinhonha, quando se

verifica a atuação do padre relatada na reportagem do Geraes, mais os relatos nesse documento, chega-se à conclusão que realmente existiam alas da Igreja no Jequitinhonha que tinham compromisso com a classe trabalhadora e atuavam para promover a organização da mesma. Também fica evidente que a ditadura monitorava as tentativas de organização social no Vale e que o Jornal Geraes definitivamente tinha uma leitura correta da realidade política regional, alinhando-se e dando visibilidade a movimentos e atores sociais chaves para a classe trabalhadora.

Na próxima edição, o Geraes trouxe uma pequena entrevista do Padre José Láva e fez uma cobertura da reunião do sindicato marcada para ser realizada na Igreja. A capa da próxima edição do jornal deu ênfase à luta dos trabalhadores e à questão da terra na região. No editorial, o Geraes deu foco às eleições que aconteceriam alguns meses depois, como pode ser conferido abaixo.

Figura 23 – Edição – Junho/Julho de 1978 – Ano I, nº 2



Fonte: Jornal Geraes

Editorial – Junho/Julho de 1978 – Ano I, nº 2:

Neste ano, serão realizadas em todo o País, eleições para senadores e deputados. É portanto, um ano político, onde mais uma vez os habitantes do Vale do Jequitinhonha serão envolvidos por uma propaganda eleitoral. Os “caçadores de voto” aparecerão com promessas e mais promessas, procurando mais uma vez, iludir e ludibriar a população.

Este procedimento político, tem trazido graves consequências para o Vale, tendo como principais responsáveis, direto ou indiretamente, os cabos eleitorais desses candidatos.

É muito comum conversarmos com pessoas na região e, quando perguntamos se eles gostam do Francelino, Murilo Badaró e outros aí, nos respondem: “Ah, gostamos sim. São pessoas que sempre quando os procuramos, tem nos recebido com boa vontade etc. e tal... “Então voltamos a perguntar: “mas eles têm feito alguma coisa pela cidade, pela região?” E logo vem a resposta: “Bem, eles fizeram algumas coisas. Ajudaram na construção de uma ponte, nos acompanhou quando estivemos com o Governador e, sempre tem demonstrado interesse, quando os procuramos”.

Na verdade, resta uma coisa de tudo isso ou seja, as pessoas que normalmente fazem estas declarações, são aquelas que têm em suas mãos, o domínio político das cidades ou que receberam algum favor e, em troca, procuram “pagar a dívida”.

Esquecem no entanto estas pessoas que, quando um “político” ajuda na construção de uma ponte, coisa rara por sinal é antes de mais nada uma obrigação e não um favor, pois foram eleitos para servir à comunidade.

Outro ponto, é a falsa esperança que os políticos tem levado para a região. “Nós temos esperanças no novo Governador”, afirma algumas pessoas. Mas nós quem? Aqueles que detém o poder político, pois para o povo, essa afirmação é falsa e enganosa. Aqueles que das tribunas abrem seus sorrisos em nome do povo, nada fazem por ele.

Com isso, tomamos o nosso posicionamento político, lembrando aos habitantes do Vale que somente eles, através de seu sindicato, das comunidades de base e outras formas de organização independente terão condições de lutar por uma vida melhor. Que pensem nisto desde já, não transferindo sua força, para políticos que não têm nenhum interesse em lutar pelo povo.

O editorial transcrito acima traz uma crítica à política e informa como as eleições regionais se desenham e mantêm figuras da política local em espaços de poder sem necessariamente haver uma participação popular real. O Geraes, em meio às críticas, demonstra que só a participação popular através de sindicatos e comunidade de base pode trazer transformações reais, o que deixa evidente a perspectiva de protagonismo da classe trabalhadora.

Ao ver a descrição do editorial, sem uma reflexão mais próxima da totalidade do que ocorria no Brasil naquele momento histórico, é possível imaginar um ar de normalidade eleitoral naquele momento histórico, mas é importante ressaltar que as eleições necessariamente serviam quase como um verniz de democracia liberal para mascarar a ditadura empresarial-militar.

Segundo Motta (2021), concessões ao liberalismo político tiveram um papel importante durante a ditadura, o de manter uma certa coerência para não contraditar a

construção discursiva de que 1964 salvou a democracia de uma ditadura comunista. Para tanto, manter casas legislativas, partidos políticos e judiciário com relativo funcionamento dava uma maquiagem de uma estrutura clássica liberal de divisão de poderes.

Segundo relato do autor, apesar de o mesmo não usar a expressão ditadura empresarial-militar, a ditadura tinha que responder e dar satisfação a essa direita liberal que foi o bloco político que ajudou a levar e sustentar a ditadura, o que efetivamente tinha uma mão dupla. Se por um lado, ajudava a legitimar a ditadura como uma não ditadura, por outro, obrigava militares a conceder sacos de poder a setores liberais e conseqüentemente às suas pautas.

Para entender esse quadro paradoxal de uma ditadura militar que matou e torturou e, ao mesmo tempo, manteve alguns canais institucionais abertos, devemos levar em conta as tradições do país, em cuja cultura política é forte a tendência a negociações e acomodações, que têm como base a inclinação à flexibilização e a motivação de excluir setores populares do jogo político. (Motta, 2021, p. 100)

Ainda segundo Motta (2021), reconhecer a manutenção de algum verniz liberal no governo pós 1964 não pode ser confundido e utilizado para negar seu caráter ditatorial, uma vez que partidos políticos e o judiciário sofreram diversas intervenções e o sistema legal foi modificado para atender aos militares e a seus aliados.

Sendo assim, as eleições citadas no editorial do Geraes, por definição, não podem ser entendidas nos marcos de uma democracia com império do sufrágio universal, mas sim com uma concessão da ditadura que servia tanto para tirar o regime de uma posição de ditadura escancarada, como também como uma válvula para aliviar pressões políticas e acomodar os diversos grupos políticos que ajudaram a sustentá-la.

Como expressado na parte final do editorial do Geraes, para dar importância à participação popular e sua organização como motor de transformação social, a partir dessa edição, o Geraes trouxe um espaço no qual eles passaram a publicar diversas mensagens dos leitores do jornal com críticas, sugestões e comentários.

Figura 24 – Mensagens dos leitores

O LEITOR ESCREVE

Senti uma imensa alegria quando pela primeira vez tive a oportunidade de conhecer e ler o jornal GERAES. (. . .)

Aqui no Vale do Jequitinhonha, localizado a 11 km da BR 116 e a 16 km do Rio Jequitinhonha, existe um distrito chamado "Santana do Araçuaí", município de Itinga. Fundado mais ou menos em 1879, com o nome de "Fazenda Velha". (. . .)

Naquela época havia doença, hoje continua havendo doença. Naquela época não havia estradas, hoje continua sem estradas. Naquela época não havia política, hoje existem os políticos. Havia muita água, hoje desapareceu. Havia correio outrora, hoje só recordações. (. . .)

Existe uma escola de 1º grau que só funciona até a 6ª série, motivo: não há salas. (. . .)

Energia não existe, pois como professor aqui, venho sofrendo muitas dificuldades a noite, como também os alunos. A luz em salas é a gás ou querosene. Os alunos são vítimas de diversas doenças, a principal: xistosomose. Não há remédios, não há médico, não existe nada. Analisando bem, o gado bovino é bem tratado, como ser humano, pois aqui é todo vacinado, fiscalizado, etc. Caso os proprietários não cumpram com os deveres determinados, são multados. Pergunto: E OS SERES HUMANOS? AS CRIANÇAS? (. . .)

Os dirigentes ocupam gestão municipal de 4 ou 5 vezes mas nada fazem. (. . .) Uma reportagem poderá alertar as autoridades, pois caso contrário dentro de dez anos desaparecerá da região este infeliz distrito que tem aproximadamente mil habitantes.

Milton Ozola de Matos

SANTANA DO ARAÇUAÍ

Prezados Srs. do jornal GERAES

A situação dos garimpeiros do Vale, principalmente de Araçuaí, é assim: não tem condições para sindicalizar, pois os donos das lavras cedem as mesmas quando eles bem querem, e é da seguinte maneira: a 25% e até a 30%, para o garimpeiro tapar todas as "cutas" rigorosamente. (. . .), mas não existe fiscalização por parte dos órgãos competentes. Outro assunto; existe por parte do INCRA tamanhas confusões: (. . .), impostos cobrados duas ou mais vezes do mesmo imóvel no mesmo ano. (. . .) E quando a gente da roça vai ao representante municipal da Unidade Móvel de Cadastramento aqui, ainda recebe mau tratamento como se a gente fosse o culpado. Peço publicar no GERAES.

O.C. Vieira :: ARAÇUAÍ

Sr. diretor

Também sou habitante do Vale do Jequitinhonha e só através do Nº 0 de GERAES tomei conhecimento da situação realmente calamitosa de nosso vale. Vocês estão de parabéns, pois empreenderam uma luta maravilhosa.

O GERAES poderá ser um alerta para aqueles que esqueceram que o Vale do Jequitinhonha existe; que nele habita gente, gente esta, que apesar da situação em que vive ainda deseja viver, lutar e vencer.

(.) Continuem!

Maria Izabel Ribeiro CARAÍ

(.) A noite aqui na pracinha foi o maior barato, todo mundo com o GERAES. O GERAES aqui tá mais que farinha prá baiano:

- Gosta de farinha?
- Gosto.
- E do GERAES?
- VICHE: (.)

Solange Mendes - ITAOBIM

Prezado Senhor

Registramos o lançamento do número 0 de Jornal GERAES, elaborado por V. Sa e equipe.

Louvamos a iniciativa, formulando votos pelo êxito do empreendimento.

Atenciosamente,

Gilberto Goulart Pessoa
Diretor Geral da CODEVALE

Sr. diretor

Lendo o nosso jornal GERAES Nº 0 eu gostei muito, é de gente como vocês que precisamos para dizer a verdade. (. . . .)

José Martins Santana - ARAÇUAÍ

Parabenizo a equipe de redação do GERAES pelos trabalhos publicados na edição Zero, causa de elogio por parte da maioria dos Pedrazulenses.

Paulo David - PEDRA AZUL

Fonte: Jornal Geraes

Para além do conteúdo trazido pela participação dos leitores, fica evidente o caráter regional do jornal, no qual pode-se perceber o alcance do mesmo nas diversas altitudes do Jequitinhonha, assim como também o entendimento dos trabalhadores ao enxergar no jornal uma forma de representar seus anseios, como o professor que traz suas queixas de condições de trabalho, o garimpeiro que chega a falar em sindicato, mesmo que para reclamar a falta de condições para sindicalizar, e uma leitora do município de Itaobim que, de maneira breve, relata o sucesso do Geraes na pracinha da cidade.

Segundo Servilha (2012), a carta da leitora Solange Mendes, a que fala do sucesso do Jornal na pracinha da cidade de Itaobim, apresenta a receptividade do Geraes por parte da população do Vale do Jequitinhonha, a qual a cada edição se capilarizou com o aumento do número de leitores, tornando-se:

(...) um formador de opinião, um articulador de entidades, um divulgador de fatos, um promotor de coletividades. Torna-se, para muitos, um porta-voz do povo do Vale do Jequitinhonha. (Servilha, 2012, p. 161).

Nessa edição do Jornal, foi realizada uma reportagem na qual os editores, buscando conhecer melhor a realidade do Vale do Jequitinhonha, viajaram por diversas cidades, chegando caminhar até 20 km a pé para chegar em determinados lugares, tamanha a precariedade do transporte. A reportagem teve foco central na realidade dos trabalhadores rurais. Eles trouxeram três matérias centrais, que são: “A questão da terra”, “Assembléia dos trabalhadores rurais” e “A vida dos posseiros”. As referidas matérias trouxeram tanto a percepção dos mesmos sobre a realidade vivenciada, como também falas dos trabalhadores ao Jornal.

Figura 25 – Reportagem sobre a realidade dos trabalhadores rurais

A REALIDADE DO JEQUITINHONHA

VIAJANDO PELO VALE

BUSCANDO CONHECER MELHOR A REALIDADE DO VALE, GEORGE ABNER, CLÊNIO E AUGUSTO ANTUNES "GUTY". TODOS DO GERAES, FAZEM UMA CAMINHADA PELA REGIÃO, MAIS ESPECIFICAMENTE O ALTO DO JEQUITINHONHA. VISITAMOS AS CIDADES DE COUTO MAGALHÃES, TURMALINA, CAPELINHA, MINAS NOVAS, CHAPADA DO NORTE, BERILO, FRANCISCO BADARÓ E, CHEGAMOS ATÉ VIRGEM DA LAPA E ARAÇUAÍ, QUE SE LOCALIZAM NO MÉDIO JEQUITINHONHA.

PARA VISITAR A FAZENDA ALAGADIÇO, ONDE EXISTE UM MODERNO HOSPITAL, VIAJAMOS 20 Km A PÉ, COMO TAMBÉM DE BERILO A FRANCISCO BADARÓ, DISTANTE 15 Km, PELA DIFICULDADE DE TRANSPORTE NA REGIÃO.

NA CIDADE DE BERILO PASSAMOS O PRIMEIRO APERTO: O PREFEITO DA CIDADE NÃO ACEITA A NOSSA PRESENÇA NUMA FESTA DE ANIVERSÁRIO, ONDE ÉRAMOS CONVIDADOS E NA OPORTUNIDADE CONVERSARIAMOS COM A MÉDICA DA CIDADE SOBRE OS PROBLEMAS DE SAÚDE. "VOCÊS NÃO SABEM O QUE É UM GRAVADOR". DISSE O PREFEITO AOS CONVIDADOS. "SÓ EU SEI O PERIGO QUE É UM GRAVADOR. ALÉM DISSO, ESTAMOS EM PLENA DEMOCRACIA E NÃO TEMOS NADA PRA FALAR".

POR OUTRO LADO, SENTIMOS TAMBÉM DE PERTO, A AMIZADE DO POVO QUANDO POR EXEMPLO VISITAMOS AS COMUNIDADES RURAIS, ENTRE ELAS, BARREIRO E ROÇA-GRANDE E TAMBÉM QUANDO ENCONTRAMOS COM OS TRABALHADORES RURAIS NA FEIRA DE TURMALINA.

PARTE DO TRABALHO REALIZADO, ESTÁ SENDO PUBLICADO NESSE NÚMERO (PG. 6 a 9) E O RESTANTE SAIRÁ NO PRÓXIMO NÚMERO DO GERAES

A QUESTÃO DA TERRA-

No Alto do Jequitinhonha, não existem grandes propriedades. Quase todas as terras são devolutas e cada trabalhador tem seu pedacinho de terra. A vida é de subsistência, isto é, o que se produz é para comer e, toda a renda dos municípios vem do fundo de participação. No curral, umas vaquinhas para o leite da criança, e só. Entretanto estes pobres trabalhadores viviam tranquilos em suas grotas, terras que lhes pertenciam.

Hoje, o que essas companhias fizeram na região, a principal delas é a Florestal Acesita, tendo como cúmplices a Ruralminas, Codevale, delegados, prefeitos e o próprio governo estadual e federal, é um crime contra esse povo. Todos os meios foram empregados para enganar e roubar os trabalhadores e, quando alguém protestava, a força falava mais alto.

Enquanto as companhias destroem milhares de árvores, o pobre trabalhador é obrigado a retirar licença para cortar até caibros para construção de sua própria casa. Se alguém quer fazer uma lavourinha e tem que roçar o lugar, lá vai novamente tirar licença na Polícia Florestal, às vezes andando vários quilômetros a pé ou pagando condução, pois normalmente os escritórios da Florestal ficam distantes das roças, isto é, a sede fica na cidade.

Certo dia, aparecem por lá as companhias de reflorestamento. Chegavam para desenvolver a região e tirar de suas terras, os moradores que viviam há dez, vinte, trinta anos ali.

A Florestal Acesita hoje é a dona do Alto Jequitinhonha. Para ter uma idéia, todas as chapadas de Couto Magalhães, Turmalina, Capelinha, Itamarandiba, Minas Novas e outros municípios, só existe uma coisa: EUCALIPTO. São milhares de alqueires de terra.

É difícil colocar aqui, tudo o que aconteceu e acontece, em relação à questão da terra na região, mas, o que procuramos, é levar à maioria da população do Vale, uma denúncia que ninguém se preocupou em fazer e, alertar os habitantes de outros municípios, onde estas companhias ainda não entraram com suas picadas, que estejam preparados para enfrentá-las. Que não deixem enganar, como foram enganados e roubados aqueles que já sofreram e estão sofrendo a invasão criminosa dessas companhias.

Entre algumas peculiaridades descritas, como por exemplo, a expulsão dos editores do Geraes de uma festa por um prefeito que se sentia incomodado com a presença dos mesmos no espaço portando um gravador, e, ainda, a fala controversa do prefeito que em meio a ditadura empresarial-militar brada ao expulsar os membros do Geraes afirmando que “estamos em plena democracia e não temos nada para falar”, é possível verificar a perspectiva autoritária dos que ocupavam espaços de poder político no período.

Para além dessas peculiaridades que trazem evidências do panorama político do período, o Jornal trouxe questões centrais da realidade do Vale do Jequitinhonha que realmente trazem impactos objetivos e reais para a classe trabalhadora da região, como a questão da terra.

O Jornal trouxe nessa reportagem um problema que assolou o Vale do Jequitinhonha na década de 1970 e teve profundo impacto na vida dos trabalhadores rurais da região. Como já descrito em páginas anteriores, o monocultivo de eucalipto destruiu espaços de vivências de muitas famílias do Vale do Jequitinhonha, nos quais terras com valor de uso que eram fundamentais para a subsistência de famílias da região foram apropriadas por empresas capitalistas com total anuência e incentivo do governo estadual e federal. Na realidade, como já dito alhures, não foi algo aleatório ou inocente, foi um projeto pensado para esse naco da região de toponímia Vale do Jequitinhonha.

O Jornal traz a denúncia, tomando partido em benefício dos trabalhadores, demonstrando o poder assimétrico, no qual o braço armado do poder do Estado, no caso a polícia florestal, fechava os olhos para o desmatamento de milhares de hectares do Cerrado por parte das empresas monocultoras e punia brutalmente pequenos camponeses da região por pequenas retiradas de madeira.

Guardadas as devidas proporções e diversidade dos momentos históricos em questão, tal situação remete ao fato denunciado por Marx, enquanto editor da Gazeta Renana, no artigo a respeito dos “Debates sobre a lei referente ao furto de madeira”. Esse artigo demonstra como o estabelecimento da propriedade privada acaba por afetar e criminalizar práticas comuns, essenciais a modos de vida dos trabalhadores, que por muito tempo foram realizadas sem interferências. (Marx, 2017b).

Ao falar da criminalização da coleta de gravetos, Marx tenta demonstrar que a representação do graveto seco, já sem vida, caído das árvores representa, por si só, um antagonismo entre riqueza e pobreza. Se por um lado, os trabalhadores despossuídos não tinham a possibilidade de ficar com o que de menos nobre havia nas árvores, os que gozavam

da propriedade privada ficavam com o que de melhor a natureza pode oferecer. (Marx, 2017b).

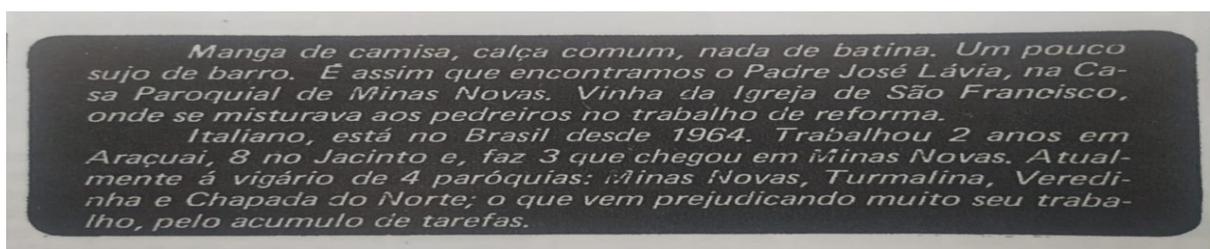
A própria natureza representa nos gravetos e galhos secos, quebrados, separados da vida orgânica, em contraste com as árvores e os troncos firmemente enraizados, cheios de seiva, assimilando ar, luz, água e terra na forma que lhes é própria e em sua vida individual, como que o antagonismo de pobreza e riqueza. É uma representação física de pobreza e riqueza. (Marx, 2017b, p. s/n)

Em alguma medida, é esse o espírito do processo que ocorreu no Vale do Jequitinhonha, como bem podemos ver no Geraes no que concerne aos impactos das empresas de monocultivo de eucalipto. Se por um lado, as empresas se refestelaram no uso da terra, apropriando-se dos recursos naturais, eliminando o cerrado de vastas áreas dos planaltos da região, os camponeses eram oprimidos pelo braço armado do Estado por cortar alguma madeira para manutenção do seu modo de vida, como para confeccionar a estrutura das casas ou fazer pequenos desmates pra produção de plantações (roças) para subsistência.

Uma questão interessante que se pode perceber no último parágrafo do excerto acima é a estratégia aberta do Geraes quando fala ao público sobre os objetivos da denúncia e o posicionamento significativo em favor dos trabalhadores. O Jornal convoca os trabalhadores dos outros municípios, onde as empresas estão chegando, a estarem “preparados para enfrentá-las”, adjetivando a chegada desses empreendimentos desenvolvimentistas ligados à ditadura empresarial-militar e ao governo de Estado nas terras dos trabalhadores da região de “invasão criminosa”.

Nessa mesma edição o Padre José Lávaia, que como demonstrado nos documentos primários do SNI, era tido pela ditadura como um padre que contestava o governo, apoiava as leis trabalhistas e o comunismo, deu uma entrevista ao Geraes fazendo comentários sobre a questão da terra no Vale do Jequitinhonha, as companhias reflorestadoras e a situação dos trabalhadores da região.

Figura 26 – Início entrevista Padre José Lávaia



Fonte: Jornal Geraes

Segundo os relatos do Padre José Lávaia no Geraes, quando ele chegou na região, em 1975, estava se iniciando o processo da chegada das companhias, especialmente na parte da diocese de Araçuaí, que era de responsabilidade do mesmo. Dentre as principais companhias, o Padre cita a Suzano, o Projeto Carvalho e outras menores, mas com destaque para a Acesita, que era uma grande siderúrgica estatal produtora de aço que utilizava o eucalipto para produção de carvão para sustentar a siderurgia na região de Minas Geraes denominada de Vale do Aço. O eucalipto da região era fundamentalmente utilizado para produção de energia para movimentar siderúrgicas. Até onde se sabe, a madeira nativa desmatada para implementação dos empreendimentos tiveram o mesmo fim.

Apesar da privatização de várias estatais na década de 1990, dentre elas a Acesita, a exploração da região continua ainda no tempo presente. Em trabalho de campo realizado na região das chapadas no alto Jequitinhonha, num trabalho de campo promovido em disciplina cursada na UFVJM, foi possível contemplar e tirar fotos dos gigantescos fornos em meio a milhares de hectares de plantação de eucalipto, como pode ser visto abaixo.

Figura 27 – Fornos para produção de carvão – Alto Jequitinhonha



Fonte: arquivo pessoal

Ainda sobre os relatos do Padre José Lávnia no Geraes, verifica-se na descrição do religioso uma estratégia, oportunista e desumana, utilizada pelas empresas para tomada de terras na região. Segundo o Padre, devido a uma forte seca, muitos trabalhadores foram obrigados a se deslocar para trabalhos em São Paulo, uma vez que o trabalho no campo na região estava extremamente difícil. Tal situação, segundo o religioso, produziu diversos impactos, desde o abandono da terra para buscar trabalhos em outras regiões, até uma situação que é regionalmente conhecida como as “viúvas de maridos vivos”, que são famílias lideradas por mulheres, cujos maridos se mudaram para trabalhar e nunca mais voltaram. Segundo o Padre, sem um estudo sociológico sobre os impactos dos empreendimentos na região, o que se viu foi uma situação de “exploração, roubalheira, causando assim graves prejuízos aos posseiros, aos legais possuidores da terra.”.

No meio dessa situação, entre grandes empresas capitalistas e posseiros surgiram os espertos intermediários, figuras com algum poder aquisitivo e com apetite de oportunidade de negócios fáceis, o Homem Vivo, segundo relata o padre. Os intermediários se aproveitavam das famílias com pouca instrução, viúvas de marido vivo ou mesmo de homens do campo que temiam perder tudo por não ter escritura das terras, compravam as mesmas por preços irrisórios e posteriormente as vendiam 10 ou 20 vezes mais caras para as companhias.

Um relato do padre chama a atenção e afirma a tese de que a Igreja foi fundamental no processo de organização social da classe trabalhadora do Vale do Jequitinhonha em meio a ditadura. Ele relata que, nos dois anos anteriores, alertou os trabalhadores em todas as reuniões nas roças e capelas da região sobre o risco que corriam de perder suas terras. O padre também relata ser contra as companhias na região e fala em reforma agrária para melhoria das condições de vida, apontando o latifúndio como problema, principalmente latifúndio de grandes companhias.

Como relatado em páginas anteriores, havia sido marcado na Igreja uma reunião para fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turmalina no dia 13 de maio. Nessa edição, o Jornal Geraes cobriu a reunião denominando-a de “libertação dos escravos”. A expressão parece um pouco sensacionalista, mas conhecendo o histórico escravocrata do Brasil e sabendo que os direitos dos trabalhadores da região eram discutidos e decididos em sindicatos patronais antes da criação do sindicato dos trabalhadores, a expressão toma contornos significativos da realidade.

O excerto abaixo demonstra a participação popular e o relato da Dona Patrocínia de cerca de 60 anos de idade, demonstrando o entendimento da população sobre o sindicato.

Partindo de uma forma, ainda que rudimentar, de luta de classes, ela se entende como pobre e o sindicato como sindicato dos pobres, que ele vai ficar “do nosso lado”, nas palavras dela, como consta no recorte abaixo.

Figura 28 – Relato de trabalhadora



No início da reunião, fala como convidado o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Itaobim, que transmite a palavra para o representante da FETAEMG, am Almenara. Entre os trabalhadores alguém fala: “Estamos com a boca fechada, mas queremos falar também”.

Para muitos, é difícil imaginar pessoas de sessenta, setenta anos, participando de uma luta, buscando uma vida melhor, não entregando os pontos no ditado popular mas, existe uma razão: o sindicato é uma esperança para todos. Quem nos afirma isso é Dona Patrocínia, mais ou menos 60 anos, esposa do seu Manezim da Lapa: “Bom, eu penso assim, que esse é o Sindicato dos pobres, de nós né, então ele vai ficar do nosso lado”.

Trabalhadores de Turmalina na Feira.

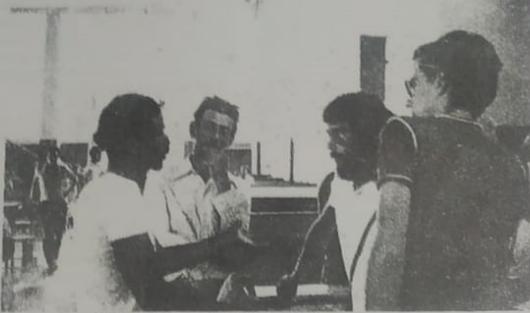
Fonte: Jornal Geraes

O relato da dona Patrocínia é a expressão mais fiel do que Thompson (1987) define como se constitui uma classe. Para o referido autor, a classe acontece a partir do resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), a partir da construção e articulação de identidades e interesses em comum e em oposição a outros homens de interesses geralmente divergentes dos seus. A condição de pobreza e exploração de dona Patrocínia e dos demais trabalhadores rurais do Jequitinhonha, tendo na sua força de trabalho sua única garantia de sobrevivência e reprodução social, são elementos unificadores, produtores de uma identidade entre esses trabalhadores do Vale do Jequitinhonha em torno de uma mesma luta contra os exploradores da região. Sejam posseiros, meeiros, artesãos, diaristas, ou mesmo todas as atividades ao mesmo tempo, fazem parte de uma classe-que-vive-do-trabalho, tendo no trabalho o elemento ontológico central de produção e reprodução da vida e seu espaço social.

Nessa assembleia dos trabalhadores rurais, que ocorreu na Igreja no dia 13 de maio, ficou firmado que a fundação do sindicato seria efetivada no dia 08 de julho desse mesmo ano de 1978. Nesse mesmo dia da reunião, aproveitando a aglomeração de trabalhadores rurais presentes na luta pela construção do sindicato, o Jornal Geraes conversou com alguns posseiros da região, dando espaço para os mesmos relatarem suas vivências e lutas como trabalhadores e membros das comunidades rurais da região.

Figura 29 – Reportagem sobre a vida dos posseiros

A VIDA DOS POSSEIROS



Vicente Nica, Adssio, George e Cláudio

APÓS A REUNIÃO, ALGUNS TRABALHADORES E LÍDERES DE COMUNIDADE FALARAM AO GERAES. PARTICIPARAM AINDA DA ENTREVISTA, ROBERTO, VOLUNTÁRIO NA REGIÃO E NORALDINO, FILHO DE UM TRABALHADOR:

VICENTE NICA: Tenho passado diversas dificuldades aqui em nosso município e ainda a gente vê o que está acontecendo em outras diversas comunidades. Como estão sofrendo privações, perdas, aqueles coitados que muitas vezes a gente vê passando fome, frio, nudez. Faz até pena a gente olhar as casas de pessoas que eu tenho visto aí. A pessoa analisando bem, fica até um pouco perturbado. Que eu tenho visto pessoas dormindo em restos de sacos de estopa que o povo carrega carvão, passando fome, aquelas crianças, cotidinhas, tão raquitas, que faz até pena a gente olhar. Este lugar dá o nome de FICANÇO, no FANADO.

TRABALHANDO UM DIA POR 20, COMPRANDO AÍ UM QUILO DE CAFÉ POR 50 OU 60 CRUZEIROS

Muitos tão lá sofrendo, procura, meu amigo, procura o FUNRURAL... "Ah, mas eu não pago sindicato e aqui só tem direito no FUNRURAL é quem paga sindicato". Então muitas vezes a gente leva ao conhecimento deles... "Meu amigo, o FUNRURAL é de todo trabalhador rural", mas isso ainda tá difícil para que o povo entenda direitinho. Também aqui em outra comunidade por nome DEGREDO, eu fui lá, tenho visto as condições do povo naquele lugar. Ali tem pessoas passando fome, pessoas chupadas de barbeiro, que faz até pena. Outro coitado, tem outras dificuldades, trabalhando um dia por 20,00, comprando aí um quilo de café por 50,00 ou 60,00 cruzeiros. O coitado muitas vezes tem oito, dez filhos, porque cês bem sabe, os pobres, sempre as casas deles são cheias de pessoas trabalhadoras, porque os que mais têm condições, são os que menos criam família. A nação e a população nossa aumenta, mais é mais desse povo fraco. O problema é esse, meus amigos, que a gente vê aí.

Os coitados colhem alguma coisa lá pra roça, num tem preço. Quando trás na cidade, vende é do preço que o pessoal da cidade quiser, e depois compra na mão deles, no preço que eles quiserem também vender. Então precisa

dum remédio, tem que puxar pelo dinheiro. Se vai ao posto de saúde, a receita vai para a farmácia, num tem nem bridadeira, isso é na hora, eu falo e posso provar.

"O MEU POVO SOFRE PORQUE LHE FALTA O CONHECIMENTO"

Mas antes eu também me sinto perturbado com muitas outras coisas, porque eu sou um posseiro, e muito luto pra que num perca ao menos esse direitinho de posse. Porque inclusive aqui dentro da cidade, eu nunca achei um homem que me ajudasse a defender os meus direitos, a não ser um padre que veio aqui nesse município, que se não, até criação dentro das minhas roças, tinha comido tudo. Então quer dizer, que era pra eu ficar ali também passando fome e desocupar essa propriedade, a qual eu formei com o poder dos meus braços que Deus me deu?

O povo até parece que já acostumou com isso, porque quando a gente fala com eles numa melhora, eles duvida, eles nem crê. Estamos lutando aqui com as maiores dificuldades, ao menos pra ver se nós consegue um sindicato do trabalhador rural. Tá dando trabalho, porque o povo já chegou a um nível, que tem cisma de tudo. Tudo que aparece pra eles é isso, é aquilo, é outra coisa e os coitados fica lá pelo mato, sem saber o que faz, sem nenhuma decisão e além disso, amedrontados. Então prezados ouvinte, tudo isso existe no meio de nós, mas fazer o que, né? Os pobre é assim mesmo, os pobre é sempre deixado. Mas diz a Bíblia, um trecho que o profeta diz: "O meu povo sofre, é destruído, que lhe falta um conhecimento". E é verdade meus amigos, os coitado não tem conhecimento, os coitados não tem escola.

"Fazer o que né, seja o que Deus quiser", eles só fala assim, mas eu num admito não, dizendo assim: Seja o que Deus quiser. Mas Deus não quer que nós seja desta maneira. Então isso nós vemos de esta maneira. Então isso nós vemos o egoísmo, a falta de amor que há entre nós nos dias de hoje. Porque a pessoa fa-

lar que é bom, isso é o que mais vê falar, "eu sou bom, eu faço bem, eu tenho muita fé"; mais enquanto não cuida do seu semelhante.

Então meus prezados, eu sou um pobre coitado, às vezes é por isso que eu falo assim, porque a minha situação, meus amigos, já foi precária e ainda é, mas hoje está melhor porque eu cheguei a um nível de conhecer ao menos algumas coisas. Eu mesmo, meus prezados, posso comprovar que já carpi lavoura comendo sómente berdegua fervida. Chegou a ponto de uma criança de minha casa, sentir um vertigem de fome e cair, a hora que viu a comida. Sentiu o cheiro da comida e caiu.

ISAÍAS: Então eu vou citar algumas coisas sobre o problema da ACESITA, creio que seja um pouco assim, invasão de terra. Como lá tem vizinhos meus, que vendeu alguma parte de chapada, pensando assim, que tava vendendo só as partes da chapada. Hoje em dia eles tá desapropriados. Pessoas que tinham aí sessenta, oitenta alqueires de terra, vendeu por 500,00 e eles, os compradores, ainda abusaram assim: Que aqueles quinhentos era modo eles se enforcarem. Então continuando, essas pessoas pegou eles, pôs dentro do carro, levou a cidade, pra eles pudê assinar no documento. O marido assinou, mulher também assinou, achando que tava vendendo só aquela parte de chapada, depois chegou o moço da companhia lá com o mapa do terreno, dizendo que tinha comprado todo o terreno deles. Inclusive teve deles lá, que o mapa atingiu a morada deles.

ELES CHEGARAM INVADINDO TUDO

Um pouco na parte de saúde, isso é uma situação muito incrível na nossa comunidade. Que tem pessoas lá que vai eles mesmo procurando barbeiro na casa e encontra oito, dez caixas de fósforos cheias de barbeiro. Então as pessoas daquela casa, se a gente olhar nas feições deles, já sabe que eles tá muito sem sangue. Esses dias, eu com o Padre Zé Lévia, andamos lá na casa de uma senhora leprosa. Então aquela mulher também morreu

numa situação inacreditável. Ela sofria lepra, então ficou muito desprezada. Depois que ela morreu, eles sepultaram ela o seguinte: Acharam ela, já tava com algo seguinte: Acharam ela, já tava com algo seguinte dia que ela tinha morrido, cavaram um dia que ela tinha morrido, cavaram uma sepultura no meio do terreiro da casa dela e jogaram ela lá dentro, conforme se tivesse jogado qualquer uma outra coisa.

— Que pessoas fizeram isso?

Isto era autorizado pelo padre de lá. Era um pessoal lá vizinho dela. Então o padre falou que ela não podia ser sepultada assim, conforme sepulta qualquer outra pessoa, porque a doença dela era incurável.

— Tem muitos casos de lepra lá na sua comunidade?

Lá na minha comunidade só existia essa. Agora tem comunidade vizinha que tem pessoas que sofre de lepra, mas o Padre tá dando remédio e qualquer pessoa pode juntar, que não tem problema de contaminar.

— Voltando um pouco ao problema da terra, quem é que agia como intermediário da Acesita lá na Ponte do Fumil ou perto da comunidade? Pra quem o trabalhador passava a procuração?

Passava pra essas próprias pessoas que iam lá comprar. Existe aqui em Turmalina, algumas pessoas dessas, nome eu não vou citar. Então eles vinha lá e dizia que o terreno era comprado por um bom preço, que aquilo eles não ia usar, então eles ia naquela propaganda e vendia baratinho. E hoje a ACESITA tá lá. Começou trabalhar, tá com 8 dias que eles tá trabalhando lá e deixou tudo em pó. Aquelas pessoas que tava pensando que ainda tinha mais uns anos pra eles ficar, está vendo que vai sair logo, porque chegaram invadindo tudo, abrindo picadas em volta da chapada, e tá deixando eles com aquela pequena propriedade.

ROBERTO: Eu acho uma coisa muito séria aqui, é que algumas companhias, não pagam diretamente e continuamente aos empregados. Senhor Vicente e eu fomos em Belo Horizonte para reclamar o pagamento de alguns trabalhadores, muitos, não sei quantos foram, acho que uma turma toda não recebeu o pagamento de alguns meses. Se nós não fossemos lá pra reclamar, eles não receberiam nada. Isto foi com a Carvalho Projeto!

— Quando se procura as autoridades locais, o que eles falam, Vicente?

O pessoal aqui, meu amigo, eles não procuram autoridades pra esses negócio da Companhia não. Eu já peleei com eles, mas é como se sabe, tem um dizer dos antigos que "uma andorinha só não pode fazer verão", e tenho chamado a atenção deles para que eles reuna e faça um abaixo-assinado, que eu estou pronto a levar ao Ministério do Trabalho, em Belo Horizonte, pra ver os direitos deles e chamar atenção da companhia. Mas os coitados não fazem isso não, o pessoal daqui são assim, tímidos, costumou com injustiças, costumou com passar fome, com nudez, com frio e com o sofrimento.



Isaías e Sebastião, Ponte do Fumil

8

Fonte: Jornal Geraes

Ao trazer os posseiros nas páginas do Geraes, pode-se perceber o tom de revolta e denúncia dos entrevistados. Lendo os relatos, pode-se captar diversas nuances. A primeira é

realmente o abandono estarrecedor e situação de degradação da condição material de vida dos trabalhadores, como demonstra este relato do posseiro e liderança rural Vicente Nica:

Como estão sofrendo privações, perturbações, aqueles coitados que muitas vezes a gente vê passando fome, frio, nudez. Faz até pena a gente olhar as casas de pessoas que eu tenho visto aí. A pessoa analisando bem, fica até um pouco perturbado. Que eu tenho visto pessoas dormindo em restos de sacos de estopa que o povo carrega carvão, passando fome, aquelas crianças, coitadinhas tão raquíticas, que faz até pena a gente olhar. Este lugar dá o nome de PIKANÇO, no FANADO. (Geraes, 1978, p. 8).

Tal exposição de realidades duríssimas, como as trazidas em entrevistas e reportagens do Geraes, foram extremamente criticadas, principalmente pela ditadura empresarial-militar, como visto em documentos expostos anteriormente. É condição sine qua non, ou seja, condição essencial, o conhecimento da realidade objetiva tal qual como ela se apresenta para se pensar em qualquer ação de mudança ou transformação social. O ato de expor, dar espaço, voz para os trabalhadores contarem sua realidade chocante, que a sociedade adoraria escamotear é uma forma de denúncia, uma denúncia que incomoda, traz do submundo da realidade as masmorras sociais produzidas pela divisão social do trabalho que a sociedade capitalista prefere invisibilizar.

A abordagem do Geraes não reforça o estigma do Vale do Jequitinhonha como região miserável, como se a produção de realidades sociais sofridas tivesse centralidade em discursos. Inclusive, é possível criticar essa visão, que em muitos casos pode ser definida como romantizada, quase como se a sociedade focasse no pensamento e discurso positivo para os problemas sumirem. A realidade é que no Vale do Jequitinhonha existia um grau de pauperização inaceitável, degradante e que o Geraes decidiu expor, partindo não dos diagnósticos estatais, mas da voz dos trabalhadores.

Não é incomum encontrar críticas no sentido de que a exposição de condições sociais de vulnerabilidade no Vale do Jequitinhonha reforça estigmas e invisibiliza saberes. É fato que há saberes nas comunidades do Vale do Jequitinhonha, muitos deles preservados como estratégia de sobrevivência à exposição da população a condições materiais extremamente difíceis. Um exemplo interessante seria a questão da saúde. Numa comunidade geograficamente afastada de qualquer centro médico, farmácias, sem acesso a antibióticos, vermífugos e outras técnicas produzidas e massificadas pela humanidade, recorrer a saberes tradicionais era o único socorro possível existente. Entende-se como avanços civilizatórios o processo de melhoria de acesso a técnicas sofisticadas da medicina, são avanços que,

inclusive, podem ser percebidos na melhoria da expectativa de vida da população mundial nos últimos 50 anos. Diante da privação e relativo isolamento, as comunidades preservaram e produziram saberes, que são estratégias de sobrevivência. A figura de benzedeiros, raizeiras, uso de chás de plantas medicinais, formas de cultivo de alimentos sem agrotóxicos, conhecimento profundo da fauna e flora e diversos outros tipos de saberes fizeram e fazem parte das comunidades rurais do Jequitinhonha.

Servilha (2012) aponta tanto o isolamento como a homogeneidade do Vale do Jequitinhonha como mitos. Todavia, no que se refere ao isolamento, é possível refletir sobre como esse discurso serviu para reforçar a ideia de redenção do Jequitinhonha, com a implantação de projetos desenvolvimentistas capitalistas de cima pra baixo na região. Servilha (2012) já traz essa reflexão de forma muito rica, mas apontar o isolamento do Jequitinhonha como um mito é uma expressão tão forte que não coaduna com a realidade concreta. Como relatado anteriormente, os jovens do Geraes tinham que viajar 24 horas em estradas de terra para poder chegar na capital mineira, que inegavelmente era o grande polo administrativo, educacional, industrial e de saúde do Estado de Minas naquele período. Isso por definição já demonstra um relativo isolamento. No tempo presente, século XXI, com a maioria das estradas asfaltadas, a ausência de centros médicos especializados na maior parte do Vale é uma realidade e parte significativa dos pacientes de maior complexidade são enviados para Diamantina, Teófilo Otoni ou Belo Horizonte. Se, no tempo presente, depara-se com essa situação, é possível inferir com segurança que na década de 1960 e 1970, com estradas de chão batido, era efetivamente pior e configurava, no mínimo, um isolamento relativo, o que parece inviabilizar a adjetivação do isolamento do Vale como um mito.

Reconhecer a existência e importância dos saberes tradicionais é fundamental. Eles existem, foram e são estratégia de resistência e sobrevivência, porém é importante um olhar atento para evitar uma visão romântica e não invisibilizar problemas. Com certeza, saberes tradicionais efetivamente salvaram vidas e trouxeram conforto para comunidades rurais na total ausência do Estado e centros mais especializados em saúde pública, porém não se pode escamotear a situação de penúria dos trabalhadores rurais do Jequitinhonha expostos ao total abandono. Se por um lado, o Estado utilizou do estigma de região miserável para facilitar a apropriação de terras da região por empreendimentos totalmente exógenos à realidade local, invisibilizando a população com propostas construídas sem nenhum respeito a realidade dos trabalhadores, por outro lado, também não se pode fechar os olhos para condições extremamente degradadas que uma boa parcela da população do vale vivia.

Uma das falas de um posseiro por nome Isaias demonstra a situação extremamente precária de vida da população de comunidades rurais da região, principalmente no que concerne à saúde.

Um pouco na parte da saúde, isso é uma situação muito incrível na nossa comunidade. Que tem pessoas lá que vai eles mesmo procurando barbeiro na casa e encontra oito, dez caixas de fósforo cheias de barbeiro. Então as pessoas daquela casa, se a gente olhar nas feição deles, já sabe que eles tá muito sem sangue. Esses dias, eu com o padre Zé Lávía, andamos lá na casa de uma senhora leprosa. Então aquela mulher também morreu numa situação inacreditável. (...) Acharam ela, já tava com alguns dia que tinha morrido, cavaram a sepultura no meio do terreiro da casa dela e jogaram ela lá dentro, conforme se tivesse jogado qualquer uma outra coisa. (Geraes, 1978, p. 8).

Partindo das falas do trabalhador trazida pelo Jornal, fica difícil relativizar o grau de pauperização a qual parcela expressiva dos trabalhadores rurais do Jequitinhonha estava exposta. O diagnóstico que figuras ligadas ao Estado faziam da região não estava necessariamente errado em vários aspectos. A centralidade do problema vindo do Estado ao pensar o Vale do Jequitinhonha estava principalmente no projeto que eles decidiram implementar. Os documentos do SNI expostos anteriormente demonstram que eles tinham conhecimento de que havia uma população rural exposta a séculos de abandono, sem acesso à saúde, à terra, expostos a desmandos de fazendeiros locais, mas a resposta dada ao problema não foi ampliar o acesso à terra, melhorar a assistência médica e proteção aos trabalhadores, mas sim promover uma verdadeira acumulação por espoliação na qual terras de uso comum e familiar para subsistência foram colocadas à disposição do capital por intermédio de grandes empresas de monocultivo de eucalipto (Harvey, 2014).

Na entrevista com os posseiros, é possível captar falas muito significativas que trazem bem a realidade dos trabalhadores rurais da região. A fala do posseiro Isaias no excerto anterior, por exemplo, reitera e fortalece ainda mais o argumento de que a Igreja Católica teve papel importante e presença forte junto aos trabalhadores do Vale do Jequitinhonha e sua organização social. O padre, no caso o padre José Lávía, é citado por outro posseiro como figura importante no apoio da defesa de seus direitos de posse da terra. Nas palavras do posseiro Vicente Nica:

(...) porque eu sou posseiro, e muito luto prá que eu num perca ao menos esse direitinho de posse. Porque inclusive aqui dentro da cidade, eu nunca achei um homem que me ajudasse a defender os meus direitos, a não ser um padre que veio aqui nesse município, que se não, até criação dentro das minas roça tinha comigo tudo. (Geraes, 1978, p. 8).

Outro trecho do relato dos posseiros trazido no Geraes que causa significativo espanto é a profunda exploração dos trabalhadores, por meio de reduzida remuneração. Segundo relata o Vicente Nica, trabalhava-se a 20 cruzeiros por dia, para não poder ter acesso a nem um quilo de café, uma vez que o café custava em média três vezes mais que um dia de serviço, ficando entre 50 e 60 cruzeiros.

A situação de flagelo dos trabalhadores do Jequitinhonha, que efetivamente faz parte de um processo histórico maior de séculos de escravidão e produção de um capitalismo dependente, não foi um caso isolado no Brasil. É possível perceber degradações em maior ou menor grau a depender da região, mas os trabalhadores rurais, camponeses e todos aqueles que no geral tem seu modo de vida mais afastado do urbano sempre enfrentaram situações mais adversas. A história mostra que a vida urbana necessariamente não foi muito receptiva com trabalhadores que resolveram fazer uma migração, o que claramente pode ser percebido na produção de espaços favelizados às margens dos grandes centros do país.

Ainda nas falas dos posseiros, o Isaías com sua fala simples de camponês, traz elementos extremamente ricos para que compreender a perversidade e voracidade do capital por sobre o modo de vida e garantia de reprodução social de muitos trabalhadores rurais do Vale do Jequitinhonha. Segundo as denúncias que o posseiro Isaías traz nas páginas do Geraes:

(...) sobre o problema da ACESITA, creio que seja um pouco assim, invasão de terra. Como lá tem vizinhos meus, que vendeu alguma parte da chapada, pensando assim, que tava vendendo só as partes da chapada. Hoje em dia eles tá desapropriados. Pessoas que tinha aí sessenta, oitenta alqueires de terra, vendeu por 500,00 e eles, os compradores ainda abusaram assim: Que aqueles quinhentos era modo eles se enforcarem. Então continuando, essas pessoas pegou eles, pôs dentro do carro, levou a cidade, pra eles pudê assinar no documento. O marido assinou, a mulher também assinou, achando que tava vendendo só aquela parte da chapada, depois chegou o moço da companhia lá com o mapa do terreno, dizendo que tinha comprado todo terreno deles. Inclusive teve deles lá, que o mapa atingiu a morada deles. ELES CHEGARAM INVADINDO TUDO. (Geraes, 1978, p. 8).

Segundo Andrade Farina e Teodoro Martins (2021), processos de desterritorialização de trabalhadores rurais dessa forma promoveu novos processos de reterritorialização em outros espaços. Trabalhadores acostumados a produzirem e terem sua reprodução social na sua própria terra, ao serem brutalmente expropriados desta, acabaram empurrados a procurarem outros meios de subsistência, que no caso do Vale do Jequitinhonha, culminou na dinâmica da imigração temporária.

Ainda segundo Andrade Farina e Teodoro Martins (2021), é importante ressaltar que para além dessa perda material das terras que consequentemente dificultou e até inviabilizou o modo de vida e a subsistência desses trabalhadores, esse processo de espoliação desarticulou de forma perversa toda uma cultura e costumes desses trabalhadores, um processo de profunda agressão a suas identidades. Na prática, muitos desses trabalhadores saíram de um modo de vida de camponês tradicional, muito ligado a práticas informais de trabalho como o trabalho por mutirão, meeiro e agrego, para se transformar em boia-fria, longe de suas famílias, no setor sucroalcooleiro no estado de São Paulo. A década de 1970 marcou o Vale do Jequitinhonha com a migração de camponeses para o corte de cana, o que significa que mais de 30% dos camponeses, principalmente os mais jovens, foram ser força de trabalho agrícola em outras regiões.

O corte de cana no estado de São Paulo foi a principal atividade exercida pelos migrantes do Vale do Jequitinhonha. Mas a partir do final da década de 1980, com a implementação delineada de uma política mais privatista e neoliberal, os investimentos públicos no setor sucroalcooleiro passaram a ser diminutos e o mercado passou a ser regulado de forma mais livre, abrindo espaço para o capital financeiro intensificar a produção, por meio da mecanização. (Andrade Farina; Teodoro Martins, 2021, p. 390-391).

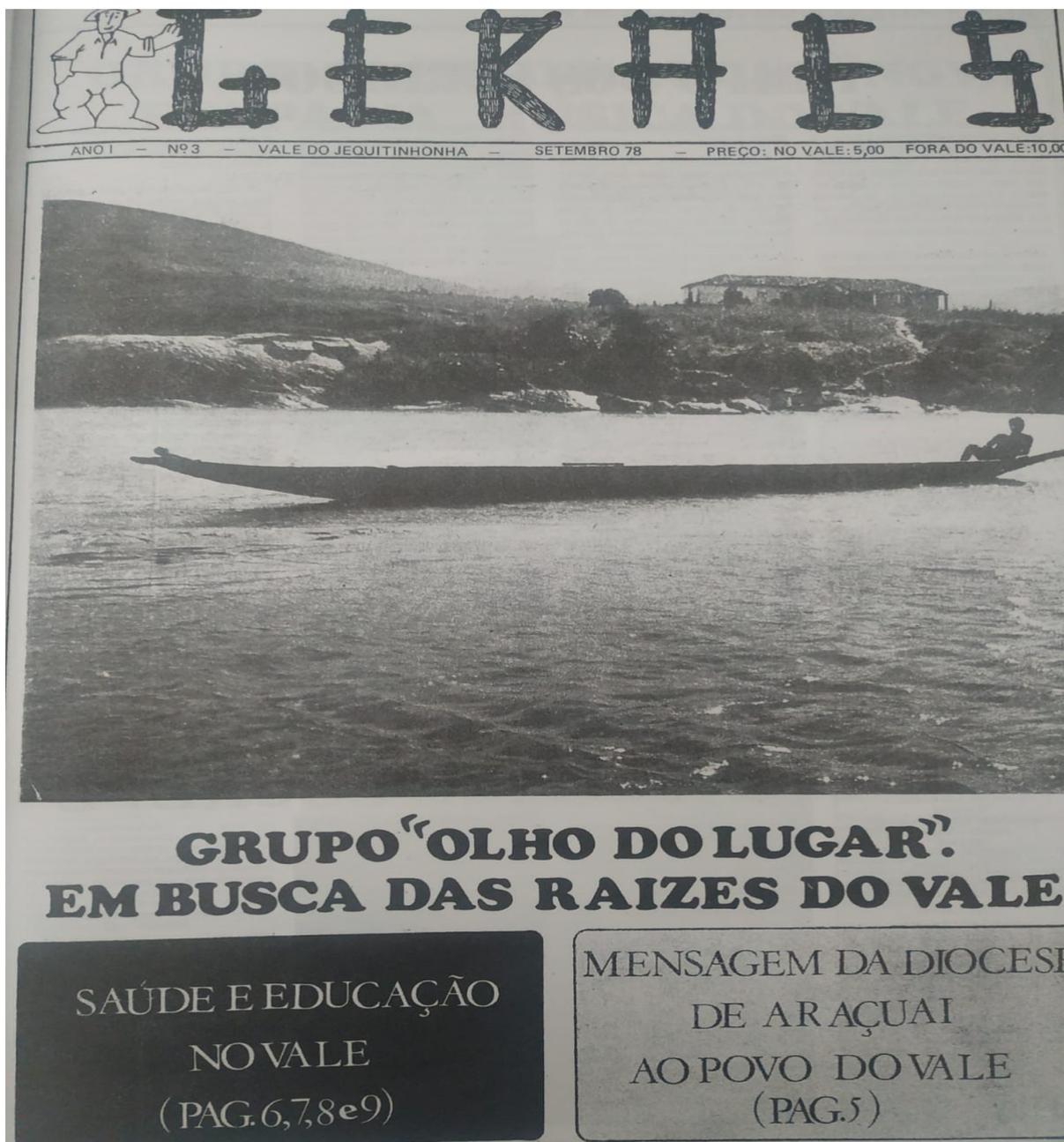
A expressão popular de que “cabe como uma luva” para demonstrar que determinada coisa se encaixa bem, talvez seja a melhor expressão para se referir à aderência do conceito de acumulação por espoliação de Harvey (2014) para definir esse processo que ocorreu no Vale do Jequitinhonha. Ele desnuda a perversidade de duplo impacto promovida na região. Se por um lado, o capital avançou por sobre terras de uso comum e de agricultura familiar, destruindo modos de vida e viabilizando as terras para fins capitalistas stricto sensu, por outro lado, o capital avançou em outra ponta por sobre a força de trabalho dos camponeses, produzindo um exército de mão de obra reserva, barata e com característica rural para ser utilizada em outras regiões. Esse trabalhador sazonal do corte de cana, que era migrante, vulnerável e que exercia jornadas extenuantes, que em muitos casos pode ser classificado como trabalho escravo contemporâneo, foi a principal fonte de mão de obra do setor sucroalcooleiro no país na década de 1970. (Andrade Farina; Teodoro Martins, 2021).

Mais próximo ao tempo presente, no início do século XXI, o setor sucroalcooleiro ainda esteve envolvido na exploração de trabalhadores, que podemos caracterizar como trabalho escravo contemporâneo. Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), quase 50% dos trabalhadores resgatados em situação de escravidão contemporânea nos anos de 2007,

2008 e 2009, no Brasil, eram oriundos do setor sucroalcooleiro. (Comissão Pastoral da Terra Nordeste II, 2010).

No Jornal Geraes de número 03 de 1978, que podemos ver a capa logo abaixo, percebe-se que é dada continuidade ao propósito de dar visibilidade aos problemas do Vale. Sempre partindo da realidade mais próxima dos trabalhadores, o jornal deu prosseguimento a série de reportagens feitas a partir de viagens pela região, como visto na edição anterior.

Figura 30 - Edição Setembro de 1978 – Ano I, nº 3



Fonte: Jornal Geraes

Edição Setembro de 1978 – Ano I, nº 3: sem editorial

O foco nessa reportagem da série produzida a partir das viagens, foi a questão da saúde e da educação. Os editores do Jornal visitaram diversas unidades de saúde da região e ouviram a comunidade que era usuária dessa estrutura do sistema de saúde da região.

Após a derrota da ditadura empresarial-militar, com a promulgação da constituição cidadã de 1988, o país teve um avanço civilizatório no trato da saúde no país. A criação do Sistema Único de Saúde (SUS) representa uma das grandes conquistas do povo brasileiro. Tal conquista se amparou no Artigo 196 da constituição que diz:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (Brasil, 1988).

A partir daí a saúde deixa de ser um serviço público muito norteado pelo sentido da caridade, perspectiva que se espalhou pelo Brasil na figura das famosas e historicamente importantes Santas Casas de Misericórdia e passa a ser direito do cidadão e dever do Estado brasileiro. Tal mudança levou o povo brasileiro a outro patamar de cidadania no que se refere ao acesso à saúde.

Essa descrição significativamente positiva sobre a Constituição de 1988 e a criação do SUS não deve ser lida a partir de uma romantização do sistema. É público e notório que o Sistema Público de Saúde do Brasil tem sérias deficiências e muitas vezes está aquém das necessidades reais do povo. Porém, é um exercício de honestidade intelectual reconhecer que mesmo com todos os problemas, nos marcos perversos do capitalismo dependente, o que o Brasil construiu em termos de saúde pública, a partir de 1988, não pode ser menosprezado, uma vez que é inquestionável a significativa elevação do acesso do povo brasileiro a uma saúde pública e na maioria das vezes de qualidade, o que pode ser percebido na diminuição da mortalidade infantil, erradicação de doenças por vacinação em massa e aumento da expectativa de vida dos brasileiros nos últimos 30 anos.

Ao analisar as descrições que o Jornal Geraes faz sobre a saúde da população do Vale do Jequitinhonha, no período da ditadura, ainda sem o advento do SUS, salta aos olhos o quanto a sociedade avançou nesse aspecto e, por isso, essa reflexão sobre a Constituição de 1988 e a saúde se fez necessária.

O relato que o Geraes traz acerca da saúde na região traz diversos elementos para compreensão da gravidade dessa questão, enquanto uma totalidade de elementos da vida cotidiana que não se refere apenas a hospitais e médicos. O Jornal destaca que doenças como lepra, doença de chagas, tétano, contaminação por xistosomose e tuberculose eram muito prevalentes na região, o que para além da gravidade dessas doenças naquele momento histórico, a ausência de médicos e outros profissionais de saúde na região produzia uma situação de abandono e morte lenta da população. O Jornal deixa claro que muitos dos problemas de saúde da população não poderiam ser resolvidos apenas com tratamento, o foco de muitos problemas estava na condição de miséria a qual os trabalhadores estavam submetidos.

No tocante à saúde, poucas são as diferenças entre o Médio e o Alto Jequitinhonha. A doença de chagas e a lepra estão presentes no Médio Jequitinhonha, porém em menor proporção que no alto. O maior número de casos de Lepra é registrado no município de Rio do Prado, onde não há médicos. As doenças mais comuns no Médio Jequitinhonha são: XISTOSSOMOSE e TUBERCULOSE, decorrentes evidentemente das péssimas condições de vida do povo. Estas doenças não seriam combatidas simplesmente com uso de MANSIL e STREPTOMICINA, pois depois de superados, os doentes passariam a conviver com a miséria do dia a dia, o que ocasionaria a recontaminação. (Abner *et al.*,2011, s/p).

Essa situação descrita pelo Jornal Geraes era de conhecimento do governo federal, que como se sabe, estava sob domínio da ditadura empresarial-militar que se instalou a partir de 1964. No mesmo documento ao qual se fez referência anteriormente para demonstrar o conhecimento que a ditadura tinha sobre os problemas fundiários do Vale, também consta uma descrição sobre a realidade das endemias do Jequitinhonha. O documento não deixa dúvidas que pelo menos a partir de 1974, data do documento, já havia pleno conhecimento sobre a realidade complexa da saúde no Vale. A reportagem do Geraes é de 1978, fazendo esse contraste temporal, fica evidenciado o conhecimento do governo sobre a situação degradante a qual a população estava exposta e que por incompetência ou descaso, ou até mesmo as duas coisas, a ditadura nada fez para produzir melhorias reais para a população do Vale no que se refere à saúde.

Figura 31 - Excerto Dossiê SNI – Levantamento do Vale do Jequitinhonha - – ago/1974

5) Endemias

Como resultado do baixo padrão sanitário ocorrem na área diversas endemias de difícil combate e controle, e entre elas se destacam: Tuberculose, Esquistossomose, Doença de Chagas e Lepra.

a) A tuberculose constitui-se num dos mais sérios problemas da área e de difícil solução, em virtude do baixo padrão alimentar e da ausência de medidas eficazes no combate à doença. Segundo informações de alguns prefeitos, existem municípios que chegam a ter 40% das crianças, em idade escolar, infectadas, índice este altamente constrangedor.

b) A ausência de saneamento básico, na área, transforma a maioria dos cursos d'água em focos de transmissão da Esquistossomose. Algumas cidades são banhadas por rios, cujas águas são contaminadas, e com os quais a população, desde a infância, mantém-se em íntimo contacto. Não será exagero afirmar que, em determinadas áreas, a população, como um todo, foi ou está infectada por essa doença.

CONFIDENCIAL

Fonte: SIAN (Sistema de Informações do Arquivo Nacional)

No momento histórico da redação do documento acima, o cenário econômico brasileiro era extremamente favorável, o Brasil vivia o que ficou conhecido como “Milagre Brasileiro”, época em que o crescimento do PIB do Brasil ultrapassou os dois dígitos.

Segundo o próprio Ministro da Fazenda do período da ditadura, Antônio Delfim Netto, o PIB Brasileiro cresceu em torno de 14% ao ano no governo Emílio Médici. Os dados demonstram que o PIB brasileiro cresceu 88% em seis anos e as exportações chegaram a quadruplicar no período (Tramarim, 2007).

Diante de tão significativo crescimento, não seria devaneio pensar que por definição a vida dos trabalhadores deveria melhorar também de forma significativa, contudo, a partir de dados do índice de GINI, medida estatística que analisa a concentração de renda, salta aos olhos o fato que entre 1960 e 1970 a concentração de renda no país aumentou. Se na década

de 1960, o índice de GINI pontuava 0,55, já na década de 1970, ele passou para 0,60, o que evidencia uma tendência de aumento na concentração de renda (Barone; Bastos; Mattos, 2015).

Para além dos números, estatísticas e índices, a realidade da população do Vale do Jequitinhonha descrita no Jornal Geraes e corroborada pelo documento confidencial do Serviço Nacional de Informação (SNI) não deixa dúvidas que a riqueza produzida no dito “Milagre Brasileiro”, definitivamente, não chegou ao Vale, dado o total abandono dos trabalhadores da região materializado na ausência de direitos básicos, como por exemplo, o direito à saúde, educação e saneamento básico.

Um relato trazido pelo Geraes, que foi coletado a partir de conversas com pacientes e acompanhantes em hospitais da região, demonstra a naturalização do abandono da saúde na região dentro de hospitais e unidades de saúde, que são mais conhecidos como postos de saúde, como se pode ver na descrição da dona Anita Neves, que acompanhava sua mãe no hospital do município de Rubim:

“De noite, se um doente passar mal ele morre. Não fica médico aqui não. Nem enfermeira. O hospital não tem cozinha, se um doente não tiver condição de caminhar prá ir na rua comer, e num aparecer uma alma boa prá trazer comida prá ele, ele morre de fome.” A cozinha parou de funcionar tem 3 anos. . (Abner *et al.*, 2011, s/p).

O Jornal fez um levantamento a partir do trabalho de campo realizado em diversas cidades do Vale do Jequitinhonha para entender a realidade do acesso à saúde por parte dos trabalhadores da região. Os números apresentados demonstram que não era incomum apenas um médico para atender cidades inteiras e a ausência de hospitais em boa parte delas.

Tabela 1 – Acesso à saúde dos trabalhadores do Vale do Jequitinhonha

CIDADE	MÉDICOS	UNID.SANIT.	HOSPITAL
Turmalina	1	1	-
Capelinha	2	1	1
Minas Novas	2	1	1
Chapada do Norte	1	1	-
Berilo	1	1	-
Francisco Badaró	1	1	-
Virgem da Lapa	1	1	-

Medina	3	1	1
Itaobim	1	1	-
Padre Paraíso	1	1	1
Almenara	6	1	1
Rubim	2	1	1
Pedra Azul	3	1	1

Fonte: (Abner *et al.*, 2011, s/p)

Essa situação de profundo abandono da saúde da região não era algo que o governo federal tinha desconhecimento. O documento confidencial do SNI, já citado neste texto várias vezes, também traz uma descrição muito problemática sobre a situação da saúde no Vale, como pode ser conferido no excerto abaixo, o que demonstra uma total ausência de sensibilidade do Governo com a situação das camadas populares da região, uma vez que pouco ou nada foi feito entre a confecção do documento do SNI, em 1974, e a denúncia feita pelo Jornal Geraes, em 1978.

Figura 32 - Excertos Dossiê SNI – Levantamento do Vale do Jequitinhonha – ago/1974

2) Organização Hospitalar e Para-Hospitalar

a) A rede hospitalar da região é mínima. Algumas poucas cidades possuem hospitais, quase sempre deficientes em número de médicos e enfermeiros, com poucos leitos e precário equipamento. Segundo dados oficiais de 1965, para uma população de 715.823 habitantes havia 952 leitos, ou seja, um leito para cada 752 habitantes. Deve ser ressaltado que em 35 cidades não havia disponibilidade de leitos.

b) São encontradas em algumas localidades as chamadas Unidades Sanitárias e os Postos de Saúde, quase sempre mal equipados e sem pessoal especializado disponível. Esses órgãos são subordinados ao CENTRO EXECUTIVO REGIONAL DE SAÚDE, com sede em DIAMANTINA, que os apoia inadequadamente, em decorrência, particularmente, de sua localização. É muito mais fácil, de determinados municípios atingir-se BELO HORIZONTE do que aquela cidade.

d) Outro grande problema sanitário é o reduzido número de médicos, dentistas, farmacêuticos e enfermeiros disponíveis. Segundo dados de 1965 havia apenas 1 médico para cada 12.783 habitantes, média das mais baixas do País.

Fonte: SIAN (Sistema de Informações do Arquivo Nacional)

Para além de denunciar o abandono da saúde na região, o Jornal Geraes, no mesmo trabalho de campo, fez uma reportagem tentando entender a situação precária da educação na região e fez denúncias bastante contundentes, inclusive citando um texto de Darcy Ribeiro extraído da revista “Encontro Com a Civilização Brasileira”. No texto, há fortes críticas ao programa de alfabetização do governo, o Mobral, trazendo o exemplo de Cuba no seu trato com a educação, o que, aparenta ser uma postagem corajosa dado ao momento político.

Na reportagem, o Geraes expressa bem a defasagem de acesso à educação na região, mostrando que estudar era um privilégio para os ricos, principalmente para quem desejava ir além da 8ª série.

Fizemos um levantamento das cidades por onde passamos e, as condições são as piores possíveis. Como a maioria dos habitantes se localiza na zona rural, eles tem duas alternativas: estudar nas escolas rurais, onde normalmente o aluno não consegue ir além do terceiro ano, devido à falta de professoras, salas, desistência devido as péssimas condições para estudar ou, buscar o Mobral andando às vezes vários quilômetros a pé. (...) se alguma pessoa deseja continuar estudando após a 8ª série, isto pra quem mora na cidade, só tem uma saída, que é morar em capelinha. Estudar em Diamantina ou Araçuaí, que fica nos extremos da região, é privilégio só dos ricos. (Abner *et al.*, 2011, s/p).

Na reportagem, o Jornal tenta dar voz aos trabalhadores da educação e o maior espaço da reportagem é de falas desses trabalhadores. Uma coisa que chama bastante atenção é a total falta de formação da maioria dos professores e o relato de condições bem degradadas dos alunos, muitas vezes doentes e com alimentação deficitária. Como o exemplo do relato da professora Luciana abaixo.

LUCIANA CASADA, 37 ANOS, MORADORA EM ROÇA GRANDE. ESTUDOU ATÉ O 3º ANO PRIMÁRIO: La pra mim são todas as dificuldades. Doença, frequência menos água pois o Rio Araçuaí passa pertinho. Eles não vão a aula, eu acho que é problema da fraqueza, que eles não estão bem sadio não. Às vezes tem alguma coisa pra comer e assim já não tem dinheiro pra tratar da saúde, nem nada né. O governo precisa ajudar mais né, ajudar a sustentar o fraco, que está tudo fraco. (Abner *et al.*, 2011, s/p).

Por definição, a condição material dos estudantes relatadas pelos professores já propiciava uma situação de impossibilidade ou bastante dificuldade para ser ter uma aprendizagem satisfatória. Tal situação escancara o projeto de total descompromisso com as camadas populares por parte da ditadura, uma vez que o governo tinha pleno conhecimento sobre a situação deplorável da educação no Vale do Jequitinhonha.

Os documentos primários do SNI evidenciam essa falta de compromisso da ditadura com as camadas populares, uma vez que eles conheciam o problema. No início da década de 1970, o país vivia o chamado “Milagre Brasileiro”, momento de pujança econômica, porém os benefícios dessa produção de riqueza não chegaram para a classe trabalhadora do Jequitinhonha.

O excerto abaixo, extraído do documento confidencial do SNI sobre o Vale, tem o diagnóstico da maioria das denúncias que o Geraes vai trazer posteriormente e quando se compara o jornal ao documento, as evidências saltam aos olhos para o descaso do governo. Talvez chamar de descaso o trato que a ditadura tem para com as camadas populares pode ser uma adjetivação insuficiente e até branda. Talvez o mais correto a se dizer é que o projeto de país pensado pela ditadura empresarial-militar efetivamente não contemplava verdadeiramente essa parte da população. A subalternidade da classe trabalhadora e barateamento de mão de obra extremamente pauperizada foi uma marca da ditadura.

Figura 33 - Excerto Dossiê SNI – Levantamento do Vale do Jequitinhonha – ago/1974

c. Situação Cultural

- 1) O baixo nível cultural das populações do VALE é a causa principal dos graves problemas que lhe dizem respeito.
- 2) Nem mesmo o ensino primário pode ser considerado como satisfatório na região em estudo. As deficiências começam na ausência de habilitação da maioria dos professores, e se juntam à falta de prédios e equipamentos adequados. Numa área onde a totalidade das professoras são leigas, o giz, às vezes, é o pedaço de carvão e os alunos sentam-se ao chão, não resta dúvida, há muita coisa a se fazer no campo da educação. De acordo com o censo escolar de 1964, a taxa de escolaridade era de 51%, uma das mais baixas do País. A evasão das escolas nas primeiras séries, motivada pela repetência e pelas condições sociais da maioria das famílias constitui-se num verdadeiro desafio. A frequência às aulas tem na merenda escolar o seu grande atrativo. Esta merenda tem sido insuficiente e o processo de sua distribuição pela CNAE nem sempre é o mais adequado, criando alguns óbices para as Prefeituras e prejuízos

CONFIDENCIAL

No tempo presente, é comum de se ver figuras saudosas da ditadura, evidenciando o grande sucesso econômico do período, quase como “vivandeiras de quartel”⁴, que ficaram viúvas da ditadura, pessoas que desconsideram totalmente o desastre social produzido pelo aumento da concentração de renda e conseqüente pauperização da classe trabalhadora. Partindo da premissa dessas pessoas adjetivadas como “vivandeiras de quartel”, não se pode dizer que a economia da ditadura empresarial foi um sucesso, como bem ressalta o historiador Rodrigo Patto Sá Motta. O legado do período foi negativo para o país.

O LEGADO ECONÔMICO PARA O PERÍODO pós-autoritário foi negativo, principalmente a hiperinflação, o descontrole das contas públicas, a dívida externa impagável e a permanente falta de reservas cambiais. Seriam necessários quase vinte anos de padecimentos e uma sequência de pacotes e planos econômicos para que tais problemas fossem finalmente equacionados. Dessa maneira, o salto industrial e a modernização tecnológica e de infraestrutura cobraram elevado preço à sociedade brasileira. Importante ressaltar que o crescimento acelerado, tão propagandeado como um feito da ditadura, poderia ter sido alcançado sem um regime ditatorial. (Motta, 2021, p. 243)

Segundo Motta (2021), de forma objetiva, o modelo econômico da ditadura foi nada mais do que uma continuação do modelo desenvolvimentista já vigente no país, com o diferencial de que após o golpe se tornou mais autoritário e socialmente excludente, o que objetivamente significou beneficiamento das camadas de renda mais alta, relativo aumento de consumo das chamadas classes médias com alguma política pública, principalmente financiamento habitacional, mas definitivamente os mais pobres não foram beneficiados e ainda tiveram achatamento de seus salários.

Talvez não seria intelectualmente desonesto colocar todas as mazelas vividas no Vale do Jequitinhonha e aqui descritas na conta da ditadura, mas a partir das evidências trazidas tanto por documentos primários e jornais produzidos localmente, quanto pelos reflexos da ditadura a nível nacional, que hoje se conhece com riqueza de detalhes, pode-se afirmar que o golpe de 1964 aprofundou e ampliou de forma significativa os problemas sociais do Brasil, de modo que o Vale do Jequitinhonha também foi afetado negativamente nesse processo.

Nessa mesma edição, em que o Jornal Geraes trouxe esse debate sobre educação, há uma evidência que Servilha (2012) já havia falado em seu trabalho, que existia uma relação de troca entre diversos jornais da imprensa alternativa ou nanica, como alguns preferem chamar. Essa reportagem sobre a educação do Vale contou com uma ilustração do famoso cartunista Henfil, mais conhecido como o cartunista do jornal Pasquim. A charge apresentada

⁴ Termo cunhado pelo marechal Castelo Branco, para se referir aos civis que batiam às portas dos quartéis pedindo implantação da ditadura

no Geraes, para os padrões e momento político da época, foi extremamente provocativa e de forte crítica social, demonstrando a insegurança alimentar das famílias do período, como pode ser visto abaixo.

Figura 34 – Charge sobre insegurança alimentar

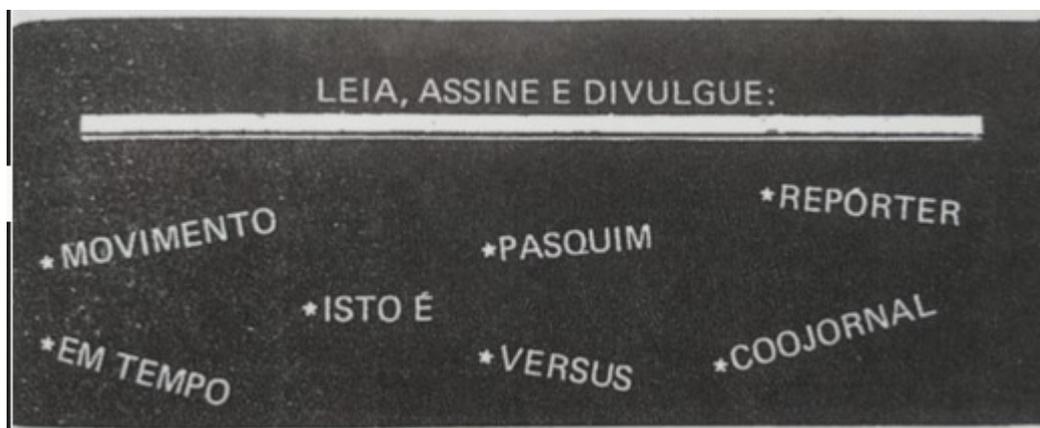


Fonte: Jornal Geraes

Ainda nessa edição, há um outro ponto que evidencia a relação de troca ou até mesmo de contato entre alguns desses jornais alternativos. Fica claro o apoio do Geraes a vários deles, como se pode perceber nessa propaganda abaixo que traz o nome de diversos desses jornais alternativos do período da ditadura, com uma mensagem de incentivo à leitura dos mesmos. Tal evidência mereceria uma pesquisa para compreender a relação entre eles, entretanto

fugiria muito dos limites do foco e prazos deste trabalho, o que torna inviável tal aprofundamento.

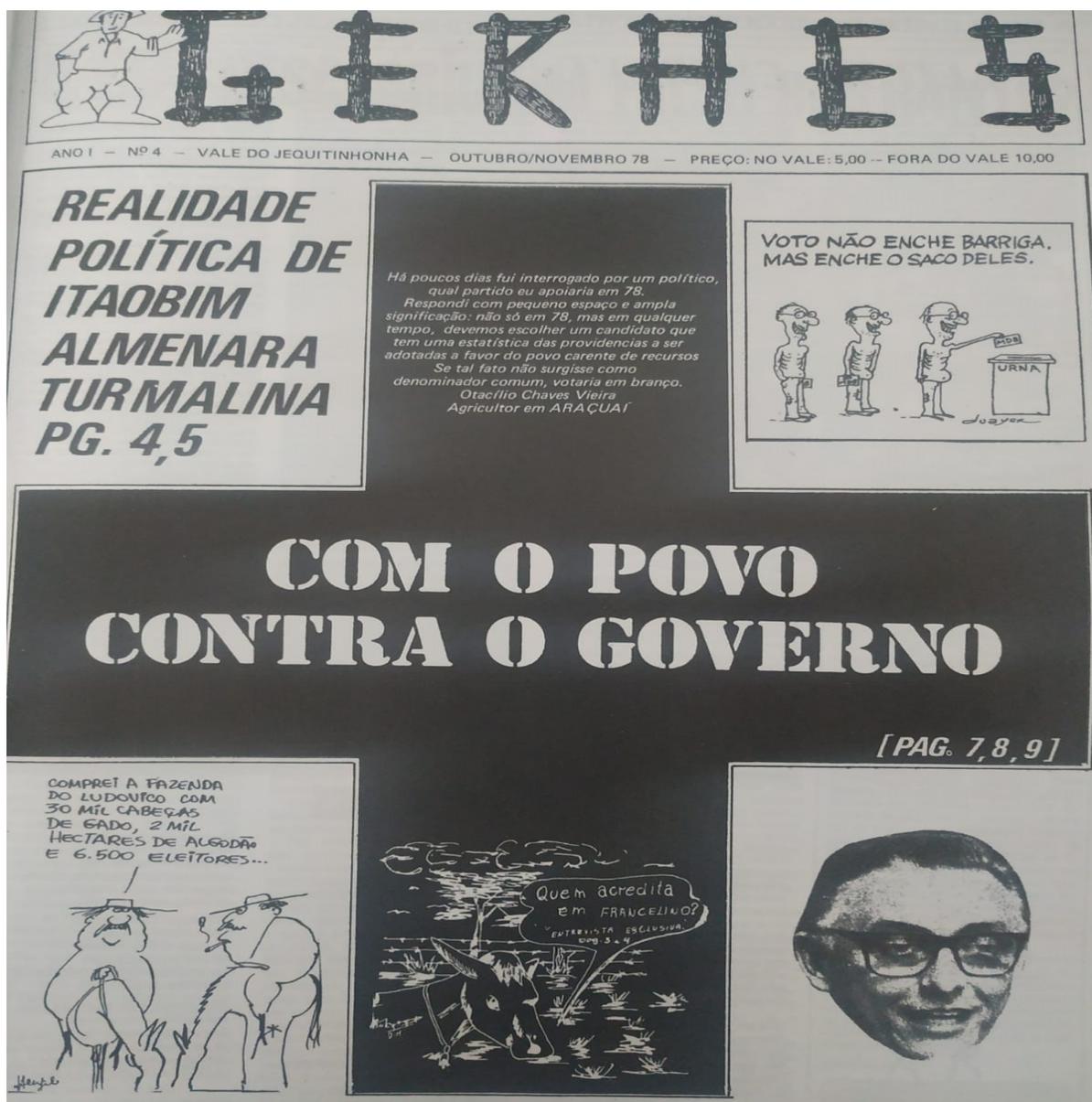
Figura 35 – Incentivo à leitura de jornais



Fonte: Jornal Geraes

O Jornal Geraes de Nº 4, dentre os jornais analisados até aqui, talvez seja uma das edições mais críticas e contundentes contra o sistema implantado pela ditadura. Como pode ser visto na imagem abaixo, a capa do Jornal traz charges, fazendo crítica ao voto de cabresto que foi cultural no interior no Vale por muito tempo e também uma crítica contundente ao então deputado Francelino Pereira, que era um partidário da ditadura, muito popular, bem votado no Vale do Jequitinhonha e que havia sido anunciado como futuro governador de Minas de forma indireta pelos militares.

Figura 36 - Edição Outubro/Novembro de 1978 – Ano I, nº 4



Fonte: Jornal Geraes

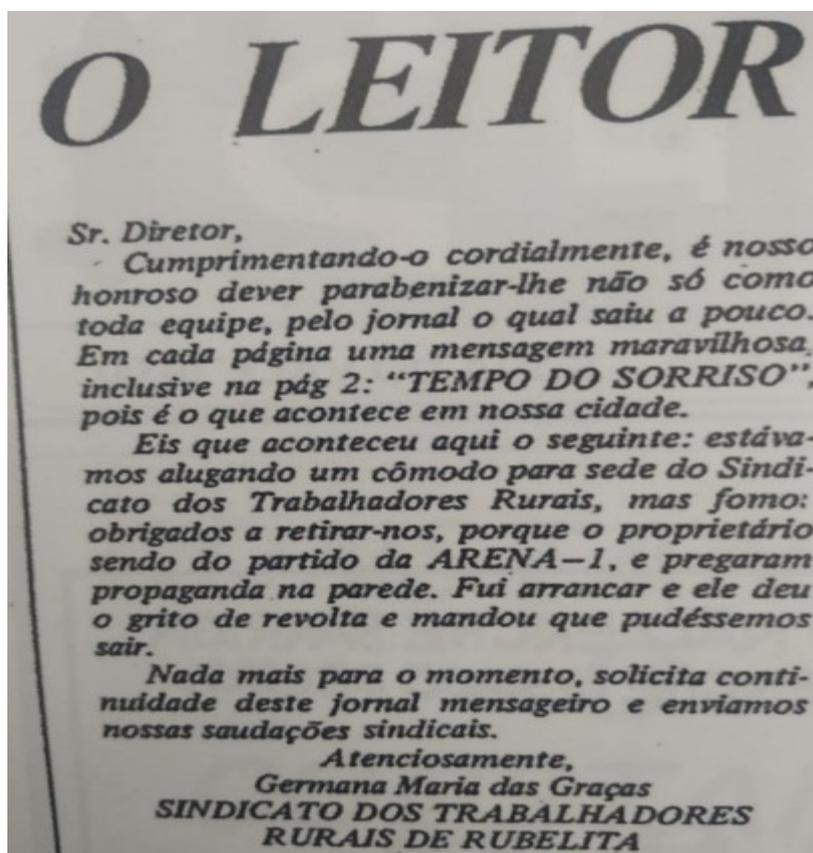
Edição Outubro/Novembro de 1978 – Ano I, nº 4: sem editorial

Na contra capa dessa edição, o Jornal Geraes continua trazendo um espaço para os leitores mandarem suas cartas e publicarem suas opiniões e denúncias. Dentre as diversas mensagens ali trazidas que também abrangem denúncias de trabalhadores com melhor formação, a de uma dentista recém-formada chama a atenção. Ela, que não vinha de família tradicional da região, teve todos os seus pedidos de financiamento para abertura de clínica na região negados, enquanto o de diversos outros profissionais na mesma situação, mas que

provinham de famílias abastadas da região, tiveram seu financiamento prontamente atendidos. Também pode ser visto entre as mensagens no espaço para os leitores uma mensagem do Frei Chico, que foi uma importante liderança religiosa que poderia ser classificada como alguém próximo ao que se convencionou chamar de Teologia da Libertação. O mesmo foi um grande fomentador e um dos organizadores de um movimento ligado à cultura popular do Vale do Jequitinhonha. Nessa mensagem no espaço dos leitores, ele denuncia a viagem de 25 horas entre Araçuaí e Belo Horizonte, na qual ele juntamente com o coral Trovadores do Vale perderam uma apresentação que estava marcada devido ao atraso da viagem.

Dentre outras mensagens dos leitores, uma que expressa bem a situação política do país e a luta vivida pelos trabalhadores do Vale é a mensagem de uma sindicalista do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE RUBELITA, chamada Germana Maria das Graças. Ela descreve que o sindicato perdeu um espaço para sua sede por perseguição de um partidário da Aliança Renovadora Nacional (Arena), o partido da ditadura, que era proprietário do imóvel. Para além do conflito relatado, o excerto evidencia a relação de grande estima que a sindicalista expressa pelo jornal na mensagem.

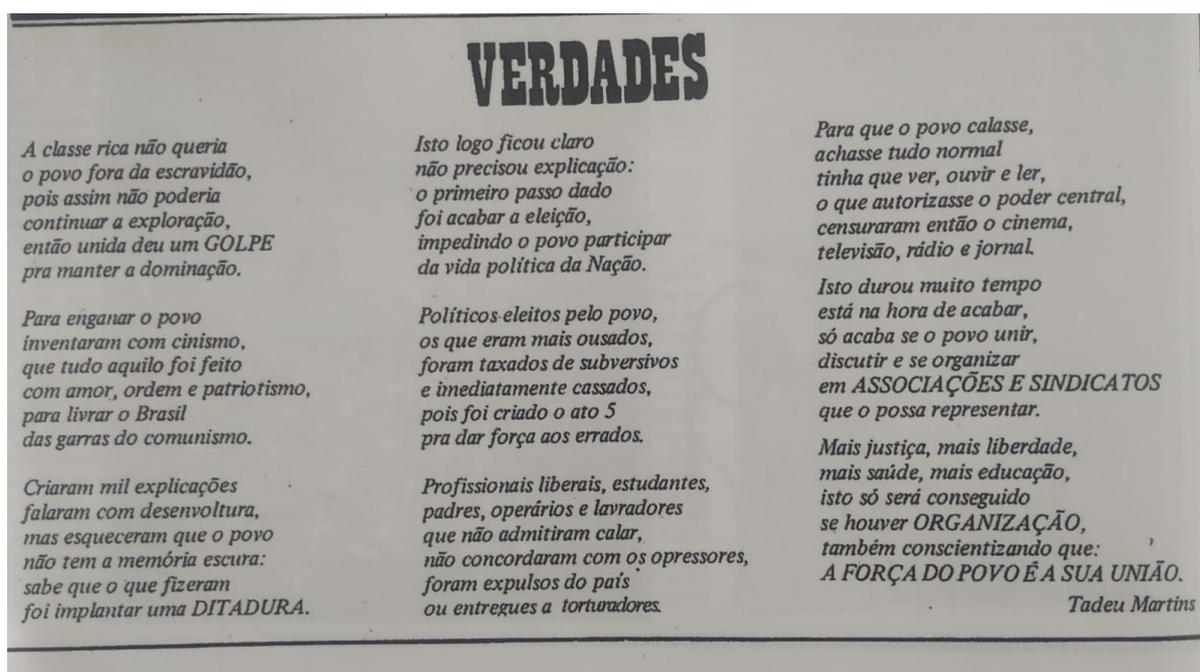
Figura 37 – Mensagem de leitora do Jornal Geraes



Segundo Schwarcz & Starling (2018), a partir do Ato Institucional de Número 3, o AI-3, a ditadura estabelece oficialmente o bipartidarismo no Brasil, no caso a Arena e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). As autoras comentam como ficou conhecido essa relação bipartidária no Brasil, um era o partido que falava “sim, senhor” aos militares, o outro era o partido que falava apenas “sim”, principalmente a partir do AI-5, momento em que o MDB foi devastado pela ditadura, no qual de um total de 139 parlamentares, 60 foram cassados.

Nessa mesma página, logo abaixo da mensagem dos leitores, o Tadeu Martins, um dos editores do Jornal, traz um poema com o título “VERDADES”, com o objetivo de fazer uma crítica contundente à classe rica do país e à ditadura, usando palavras em caixa alta como GOLPE e DITADURA para se referir ao governo implantado pelos militares. Como se pode ver na íntegra na imagem abaixo.

Figura 38 – Poema do Tadeu Martins



Fonte: Jornal Geraes

Esse poema demarca a implantação da ditadura como golpe, como diz um velho ditado do interior de Minas “dando nome aos bois”, indo na direção contrária à ideia de revolução que os militares tentaram apresentar para sociedade e ainda denominou o governo implantado como ditadura. Isso, nos anos de 1978, era uma tomada de posição muito significativa e até corajosa. Por muito menos, jornalistas, intelectuais e artistas foram censurados. No poema, a

oposição à ditadura ficou clara e direta. Talvez a novidade mais significativa foi que o poema começa demarcando que o golpe militar foi uma articulação das elites para manter a exploração. Nesse período, não se usava a expressão ditadura empresarial-militar, mas o poema do Tadeu Martins leva o raciocínio do leitor para esse sentido, conseguindo colocar o golpe numa perspectiva classista e não apenas numa relação política de poder deslocada da realidade material do país. O poema também faz uma significativa denúncia da implantação da eleição indireta, que exclui o povo da participação política, e também da implantação do AI-5, lembrando que todos aqueles que se levantaram contra os opressores foram exilados e até torturados.

Sem dúvidas, a tortura e as mortes de militantes, trabalhadores, estudantes e tantos outros que se opuseram à ditadura tem o dedo dos militares. Eles perpetraram as barbáries que hoje temos conhecimento. Mas não se pode perder de vista o papel dos financiadores e apoiadores, o cerne do motivo ao qual a ditadura foi adjetivada como empresarial-militar.

Segundo Schwarcz & Starling (2018), a partir do final da década de 1960, o sistema repressivo dos militares tornou-se significativamente mais robusto e com um grau de sofisticação não antes visto, com a criação da Operação Bandeirante (Oban), órgão que era composto pelas três forças armadas, polícia militar e civil. A Oban era especialista em coletar informações, fazer interrogatórios e operações de combate a “subversão”. Esse modelo posteriormente serviu de inspiração também para a criação do Centro de Operação de Defesa Interna (Codi). Segundo as referidas autoras, uma parte do empresariado paulista e executivos de corporações multinacionais financiaram esse sistema, nomes de empresas como Ford, Volkswagen, Ultragas e do banqueiro Gastão Vidigal, dono do Banco Mercantil de São Paulo aparecem como financiadores, num sistema de contribuições à estrutura repressiva da ditadura.

Finalizando o poema, o Tadeu Martins faz uma exaltação às organizações populares como associações e sindicatos, coloca a organização social e a conscientização popular como as únicas saídas para modificar a situação que perdurava no país, em outras palavras, pode-se interpretar que ele quis dizer “só a organização popular pode derrubar a ditadura”.

Numa primeira reflexão, não há uma explicação concreta ou evidência em documentos para tal poema não ter causado problemas mais severos para o autor e o referido jornal, mas em conjecturas iniciais, podem ser ventiladas duas situações pontuais da conjuntura política que podem explicar. A primeira é a aproximação das eleições do final de 1978, que era a real preocupação da ditadura e como o Jornal Geraes tinha relativo prestígio no Vale do

Jequitinhonha, deixaram passar para evitar eventuais desgastes próximo às eleições. O outro ponto é que realmente também pode ter passado despercebido de eventuais repressores, uma vez que havia um relativo isolamento do Vale e, apesar de existir evidências de alguma circulação do Geraes em Belo Horizonte, o grosso de sua circulação era dentro do Vale do Jequitinhonha.

Passada essas primeiras reflexões, é possível perceber que essa mesma edição do Jornal fornece evidências para compreender o patamar ao qual o Jornal Geraes chegou nos idos de 1978. O Geraes se envolve em um embate direto com o então futuro Governador de Minas, escolhido pelos militares, o Francelino Pereira. As evidências nos levam à reflexão de que com uma ditadura já com perda de legitimidade pelo aprofundamento das desigualdades sociais e aprofundamento de crise econômica, o mais provável é que realmente deixaram passar o “desaforo” do Jornal para com o Governo, o que não quer dizer que nesse momento a militância e a censura haviam acabado. Para efeitos de entendimento da temperatura política, é bom lembrar que mesmo três anos depois, o Brasil ainda tinha episódios emblemáticos como o Atentado do Riocentro de 1981 e o SNI se manteria a todo vapor fiscalizando a vida nacional até ser desativado pelo governo Collor em 1990.

Na reportagem abaixo, o Geraes faz uma breve biografia de quem seria Francelino Pereira e fala de sua grande popularidade e eleições significativas para deputado sempre com votação expressiva no Vale do Jequitinhonha.

Figura 39 – Biografia Francelino Pereira

A REALIDADE DO JEQUITINHONHA

O VALE DESCOBRIU UM FALSO BRILHANTE?

Angical do Piauí, cidade a 140 Km de Teresina, 6.000 habitantes, cerca de 2500 eleitores.

Nessa cidade, no dia 02 de julho de 1921, o vaqueiro e lavrador Venancio Pereira dos Santos e sua esposa Maria Ana de Souza comemoravam o nascimento de seu 8º filho: Francelino Pereira dos Santos. O caçula França iniciou seus estudos primários numa escola rural de Amarantes. Em 1933, mudou-se para Teresina onde continuou seus estudos no Liceu Piauiense, daí saiu em 1943 indo para Belo Horizonte.

Esta viagem até a longínqua capital das Minas Gerais durou um mês e o jovem Francelino teve que utilizar os mais variados meios de transportes: cavalos, ônibus, vapor e trem.

Na Universidade Federal de Minas Gerais, em 1948, ele concluiu o curso de Direito. No tempo de faculdade, Francelino foi presidente do Centro Acadêmico Afonso Pena e redator do noticiário político da Rádio Inconfidência.

Em 1952, já casado com a mineira Latife Haddad, foi eleito vereador de Belo Horizonte pela UDN e durante o seu mandato foi o mais feroz crítico do então governador Juscelino Kubitschek.

A "grande chance" de Francelino, surgiu com a vitória de Magalhães Pinto para governador do Estado; ele que fora responsável pelo setor de correspondência e manifestos populares durante a campanha, foi nomeado chefe do gabinete do Secretário do Interior e Justiça. A partir daí, "o moço obediente e bem comportado", foi chefe de assuntos municipais do Palácio da Liberdade e diretor do Departamento de Administração Geral do Governo de Minas Gerais.

Em 1962, Francelino candidatou-se a deputado e aí iniciou-se o seu contato com o Vale do Jequitinhonha, provavelmente através do deputado Oscar Correia, da UDN, que era majoritário em muitos municípios do Vale.

Utilizando o sorriso, o bom papo, os apertos de mão, os pequenos favores aos chefes políticos e as promessas que fazia nos inflamados comícios, ele logo "caiu na graça" dos líderes políticos da região. Foi eleito deputado federal por 4 legislaturas consecutivas (de 1963 a 1979), tendo sempre a Vale como sua mais sólida base eleitoral.

Francelino, que até 1974 era apenas um obscuro componente da bancada mineira, galgou rapidamente os degraus da "politicagem", sendo nomeado em setembro de 1975 presidente do Diretório Nacional da ARENA, tendo que se afastar das suas bases eleitorais.

Porém, mais uma vez ele seria recompensado pela sua "obediência": no dia 26 de abril de 1978, o presidente Geisel anunciou que o próximo governador de Minas Gerais seria Francelino Pereira.

Neste dia, uma onda de esperança invadiu todo o Vale: de Diamantina ao Salto da Divisa foi uma festa única, fogos, Whisky, champagne e discursos anunciavam a "salvação do Vale".

Na cidade de Medina, o prefeito

Flávio Azevedo além da festa, decretou 3 dias de feriado. O prefeito de Almenara, Djalma Fazendeiro, apesar de dizer que desconhece algo que Francelino já tenha obtido como deputado, para a cidade, festejou também. Em Pedra Azul porém, uma voz mostrou publicamente a sua insatisfação: o coronel Homolino de Almeida, ex-pessedista, adepto a candidatura de Murilo Bararó, declarou ao "Jornal do Brasil" (5/5/78) que não gostou da indicação, pois o futuro governador é um politiquero e foi imposto pela ditadura e finalizou: "Não aprecio as ditaduras".

Desde sua criação, o GERAES, procurou ouvir o futuro governador, mas todas as tentativas foram em vão. Até que através do Dr Antonio Murta, da CODEVALE, ficou marcada para 29 de setembro às 16 horas a tão esperada entrevista.

Chegamos ao comitê da ARENA no horário marcado mas tivemos que esperar algumas horas.

Um incidente ocorreu no Comitê nos mostrou como Francelino quer "vender bem" a sua imagem: ele estava sendo homenageado por uma equipe de representantes de ligas esportivas de Sabará, Curvelo, Monlevade e outras cidades, quando entre calorosos abraços e apertos de mãos, saltou um botão do seu paletó. Aí, os seus assessores se mobilizaram procurando agulha e linha, até que decidiram telefonar para sua casa pedindo um novo paletó. Às 20 horas, ainda aguardando o paletó, Francelino nos recebeu, avisando-nos que seria impossível a entrevista naquele dia, mas prontificou-se a receber-nos em sua casa às 9 horas do dia 1º de outubro. Lá também tivemos que esperar algumas horas, o bate papo só se iniciou ao meio-dia. Francelino, que no dia anterior havia visitado Araçuaí, Almenara e Capeli-

na, nos confessou que está assustado e muito preocupado com o Vale do Jequitinhonha, pelo fato de ser visto ali como a esperança, a salvação do Vale.

O povo está esperando que ele resolva todos os problemas do Vale e isto o deixa amedrontado.

Quando notou que estávamos com um gravador e que este ia ser ligado, o herói dos políticos do Vale tremeu. Pediu que não ligássemos o gravador e querendo justificar o medo, tentou nos enganar alegando que com um gravador na mão qualquer criança pode ser jornalista: "É só formular as perguntas, entregar para um menino e mandá-lo gravar as respostas do entrevistado. Isto não é jornalismo".

Sentindo que fora infeliz em sua justificativa e como continuávamos insistindo para que a entrevista fosse gravada, ele mudou o jogo: "é a primeira vez que me procurem para falar sobre o Vale do Jequitinhonha. Tenho certeza que esta entrevista vai ser lida, analisada lá, linha por linha; vai ser um documento no Vale."

Porque o medo de falar para o povo de uma região que desde 1963 é o seu mais forte reduto eleitoral?

Porque até hoje ele sempre enganou o povo do Vale, através do blá-blá-blá dos comícios ou por intermédio das famílias tradicionais que mantêm a dominação política da região, como os Cunha Peixoto em Salta da Divisa, os os Tanure em Araçuaí, os Mendes, Ruas e Figueiredo em Pedra Azul, os Azevedo em Medina e muitas outras que o apoiam no Vale.

Ali diante de nós, ele percebeu que ia ser questionado por alguém do Vale pela primeira vez na sua vida e isto claro que não o agrada, era melhor pensar muito antes de falar para não "dar com os burros n'água". Então fez sua pro-

posta: entregáramos depois para ele as perguntas, ele as responderia por escrito e entregaria as respostas no dia 6, quando poderíamos então gravar um bate-papo com ele comentando as suas respostas.

Livre da "ameaça do gravador", o homem ficou mais eloquente e começou a falar do Vale, mostrando que realmente conhece a região. "Posso dizer que conheço o Vale mais que vocês, do 52 municípios só nunca fui em Comercinho e Francisco Badaró. Os outros já estive em todos, viajando às vezes de Jeep ou a cavalo."

Para reforçar seu conhecimento do Vale, sempre que falava de uma cidade ou vila citava nomes de pessoas daquele lugar ou fazia alguma observação importante, como foi o caso de Padre Paraíso, que ele disse ser uma cidade formada por pedristas e forasteiros. Falou-nos de Santana do Araçuaí, município de Itinga e da sua tentativa de emancipação, mencionando o nome de Alfrio, um dos chefes políticos de lá. Quando falou de Itinga, esboçou um sorriso e usou um dito popular do Vale: "Vai ser feio na Itinga". Francelino disse ter ficado chocado com a pobreza que viu em Chapada do Norte, segundo ele uma das mais pobres cidades da região.

Sabendo da pobreza e do isolamento do Vale, quais seriam os planos do seu governo para a região? Perguntamos e ele adiantou: "Os planos do meu governo só serão elaborados após as eleições de 15 de novembro, quando entrarei em contato com os técnicos e com as lideranças políticas".

(Continua na Pág. 4)

LEIA E ASSINE O "GERAES"

Fonte: Jornal Geraes

A abordagem do Jornal com a figura do futuro Governador de Minas foi o que poderíamos descrever como bastante ácida. A começar pelo título, que coloca Francelino Pereira como o que se pode denominar de um político falsário, que não cumpre suas

promessas com a região. O decorrer do texto não foi mais brando nas críticas, como percebe-se no excerto abaixo.

Utilizando o sorriso, o bom papo, os apertos de mão, os pequenos favores aos chefes políticos e as promessas que fazia nos inflamados comícios, ele logo “caiu na graça” dos líderes políticos da região. Foi eleito deputado Federal por 4 legislatura consecutivas (de 1963 a 1979), tendo o Vale como sua mais sólida base eleitoral. (...) galgou rapidamente os degraus da politicagem, sendo nomeado em setembro de 1975 presidente do diretório nacional da ARENA (...) Porém, mais uma vez ele seria recompensado pela sua obediência : no dia 26 de abril de 1978, o presidente Geisel anunciou que o próximo governador de Minas Gerais seria Francelino Pereira. (Abner et al., 2011, s/p).

Segundo consta na matéria, o Geraes tentou diversas vezes fazer uma entrevista com Francelino Pereira até conseguir ser recebido no comitê do ARENA para falar com o mesmo. O encontro foi marcado para as 16 horas do dia 29 de setembro, mas só foram recebidos pelo político às 20 horas, momento no qual o futuro governador disse não poder dar entrevista ao Geraes, mas convidou-os a ir em sua residência, marcando para as 09 horas do dia primeiro de outubro.

No dia primeiro, por volta de meio dia, o Geraes foi recebido na casa do futuro governador. No meio do bate papo, o político relatou estar muito assustado com as expectativas do povo do Jequitinhonha referente à atuação dele como governador, porém ao perceber que os entrevistadores do Geraes tinham um gravador e que o ligaria para gravar a entrevista, o político recuou e disse que “isso não é jornalismo”, se referindo ao uso de gravador em entrevista. Daí pra frente a entrevista desandou e não ocorreu como deveria.

O Geraes relatou na matéria que a ligação do político com o Vale sempre foi com as famílias tradicionais, que mantêm relativo domínio político da região, sempre num ambiente mais controlado de comícios, mas que naquela entrevista ele, pela primeira vez, sentiu que ia ser questionado por alguém que realmente tinha vivência na região. O político não concedeu a entrevista e depois pediu para mandar as perguntas por escrito, perguntas que posteriormente foram enviadas e nunca respondidas.

Algumas questões importantes podem ser extraídas desse episódio. O primeiro ponto é que, em algum momento, que talvez nem os próprios editores do Geraes sabem responder, eles se tornaram, mesmo que incômodos, figuras com algum prestígio. Não é trivial conseguir ser recebido na casa de um governador, em meio ao período da ditadura, e principalmente em se tratando de um jornal nanico visto como de oposição. A reportagem cita o auxílio de um funcionário chamado Dr. Antônio Murta, da CODEVALE, no processo de intermediação

desse encontro. Independente de intermediações, o fato de um jornal alternativo de esquerda ser recebido na residência do governador para uma entrevista só faz evidenciar que o Geraes ocupou um espaço político importante no Vale do Jequitinhonha e que o que eles escreviam tinha algum impacto regional.

Segundo consta na reportagem na página 4, Francelino Pereira, no meio da conversa e de posse de um exemplar do Geraes de nº 3, folheia as matérias e lê em voz alta principalmente as matérias referente à saúde pública, relatando que o Geraes seria mais importante que os relatórios oficiais do Vale, mas já na saída ele usa a expressão “este jornal é meio pesado”, que vai no sentido do que se viu em documentos da ditadura anteriormente, que, segundo o próprio político, ele ouviu do intermediador da entrevista.

Dentre as diversas questões entregues para serem respondidas como uma entrevista escrita para o futuro governador, pode-se perceber algumas trivialidades da política regional, questões de estrutura, como a expansão da telefonia para o Vale, nada profundamente polêmico. Talvez entre as dez questões feitas, apenas uma seja realmente mais dura, no caso a pergunta número 08, que trata do impacto dos projetos de reflorestamento na região e as graves consequências sociais dos mesmos por sobre a população regional. No mais, o problema relacionado à entrevista residia menos no conteúdo da entrevista e mais na ausência de cultura política democrática no país, em que políticos alinhados à ditadura não estavam acostumados a serem minimamente questionados. A Antropóloga e Historiadora Lilia Moritz Schwarcz, num livro chamado *SOBRE O AUTORITARISMO BRASILEIROS*, traz alguns elementos interessantes para reflexão sobre essa cultura autoritária da política brasileira, trazendo contribuições, principalmente ao demonstrar essa lógica dos latifúndios que persiste na cultura política. Segundo a autora:

Não é possível passar impunemente pelo fato de termos sido uma colônia de exploração e de nosso território ter sido majoritariamente dividido em grandes propriedades monocultoras, que concentravam no senhor da terra o poder de mando e de violência, bem como o monopólio econômico e político. Por sinal, a despeito de o Brasil ser, cada vez mais, um país urbano, aqui persiste teimosamente uma mentalidade e lógica dos latifúndios, cujo os senhores viraram os coronéis da Primeira República, parte dos quais ainda se encastelam em seus estados, como caciques políticos e eleitorais. (Schwarcz, 2019, p. 23).

O Jornal Geraes, nessa edição de nº 4, discutida até aqui, estabelece um divisor de águas no posicionamento político. Se nas primeiras edições, podia-se notar uma certa cautela nas palavras ao fazer críticas mais diretas à ditadura, mesmo que sua posição a favor dos trabalhadores da região por definição já fosse vista com uma afronta por parte da ditadura, até

essa quarta edição não se via palavras como Golpe e Ditadura nas páginas. A escrita ia no posicionamento oposicionista ao regime, mas de forma não explícita com adjetivações diretas. A reportagem abaixo, que fala da situação política de Turmalina, coloca o evento político ocorrido em março de 1964 como Golpe militar, mas deixa claro que foi uma manobra da classe rica tanto de Turmalina quanto do Brasil para impor um regime político de baixa participação popular.

Figura 40 – Reportagem sobre situação política de Turmalina

SITUAÇÃO POLÍTICA DE TURMALINA

A partir do golpe militar de março de 64, a classe rica de Turmalina, como de resto a do Brasil passou a impor descaradamente candidatos situacionistas como única alternativa no processo eleitoral. Assim é que logo se aproximam as eleições, senhores redondos de tanta mordomia e corrupção se afastam de suas atividades rotineiras, de suas carreiras, farmácias e consultórios para dedicarem tempo integral a negociatas mais sutis. São as raposas velhas, coronéis decadentes, lojistas e latifundiários que se impõem à população oprimida e explorada por eles próprios, vomitando cântaros de demagogia barata que ajudem a eleger protegidos do “biônico” mineiro e de outras falsas lideranças, que no parlamento vão representar a continuidade do regime de expropriação capitalista, que interfere e agride a vivência do povo simples, sempre manobrado por interesses escusos e antidemocráticos.

Era de se esperar que a longa noite Turmalinense seguisse gerando filhotes de mentalidade alienada, indiferentes ao sofrimento de seus irmãos abandonados, sem capacidade de resistir ao constante atropelamento da autoritária minoria local. No entanto é com alegria que constatamos o avanço das reivindicações do povo. Devagar ainda mas com organização o pessoal marginalizado pelo dito progresso da cidade, as grandes massas assalariadas das companhias de reflorestamento e principalmente as comunidades rurais vão tomando

conhecimento da necessidade de se unirem pela defesa de seus direitos e pela melhoria de suas condições de vida, sofrendo inclusive pressões do prefeito arenista que tem feito vistas grossas aos seus ansiosos de participação e mudança. Assim tem sido no “caso do sindicato” onde, negando a verdadeira condição de trabalhador rural aos membros da diretoria como prova a lei e bloqueando o acesso de novos trabalhadores ao sindicato, tenta impedir o trabalho de organização do povo explorado de Turmalina. Enquanto isto grileiros e testas de ferro deitam e rolam na impunidade e com sua conveniência.

É neste contexto que se aproximam as eleições de 15 de novembro que também para os trabalhadores de Turmalina significa uma oportunidade de protesto. Com o partido do governista minado por divisões internas, entre os arqui-conservadores badarosistas e os pseudo-renovadores machadistas, o povo tomou consciência de que é hora de exigir um programa político claro onde problemas graves como a falta d’água no Carrasco, a provável dificuldade de acesso ao recém-inaugurado hospital, a falta de escolinhas rurais, a inexpressividade dos vereadores e o problema da terra, sejam discutidos e superados livremente.

Ainda mais numa cidade poluída e sitiada por fedorentas florestas de eucaliptus.

(Augusto Antunes)

O Jornal denuncia o regime de expropriação capitalista que tem se beneficiado das falsas lideranças que não representam a população, mas interesses contrários a população oprimida. Para além da denúncia, a reportagem demonstra um certo otimismo com as organizações populares, principalmente sindicatos da região que têm conscientizado a população frente aos problemas, mesmo com tentativa de repressão destes por parte da elite local. As reportagens do Geraes e o tom utilizado não deixam dúvidas da tomada de posição e antagonismo à ditadura, assim como posição bem demarcada sempre ao lado da classe trabalhadora da região.

Em outra reportagem na mesma edição, o jornal traz outra evidência que só reforça o que foi visto ao longo desse texto: o papel fundamental da Igreja Católica na organização e conscientização da classe trabalhadora da região. Em estudos retrospectivos, a conjunção condicional “se” não existe, uma vez que a história é o que ela é e não o que poderia ter sido. Entretanto, usando uma liberdade quase a-histórica, é tentador refletir o que seria dos trabalhadores, principalmente os rurais do Vale do Jequitinhonha, sem a atuação de uma Diocese significativamente bem próxima daquilo que convencionou-se denominar de Teologia da Libertação. Pode-se pensar que haveria uma população profundamente mais explorada e numa correlação de força significativamente mais difícil pra lutar por direitos. Por questões de objetivos desta pesquisa e também de tempo exíguo, não será possível aprofundar sobre o que é essa teologia e como ela atua, mas, apenas para efeito de pontuação, esta fala do teólogo Leonardo Boff expressa bem a relação que a mesma faz entre a fé e o socorro aos pobres:

O punctum stantis et cadentis da Teologia da Libertação é o pobre concreto, suas opressões, a degradação de suas vidas e os padecimentos sem conta que sofre. Sem o pobre e o oprimido não há Teologia da Libertação. Toda opressão clama por uma libertação. Por isso, onde há opressão concreta e real que toca a pele e faz sofrer o corpo e o espírito aí tem sentido lutar pela libertação. Herdeiros de um oprimido e de um executado na cruz, Jesus, os cristãos encontram em sua fé mil razões por estarem do lado dos oprimidos e junto com eles buscar a libertação. Por isso a marca registrada da Teologia da Libertação é agora e será até o juízo final: a opção pelos pobres contra sua pobreza e a favor de sua vida e liberdade. (Boff, 2011, p. s/p).

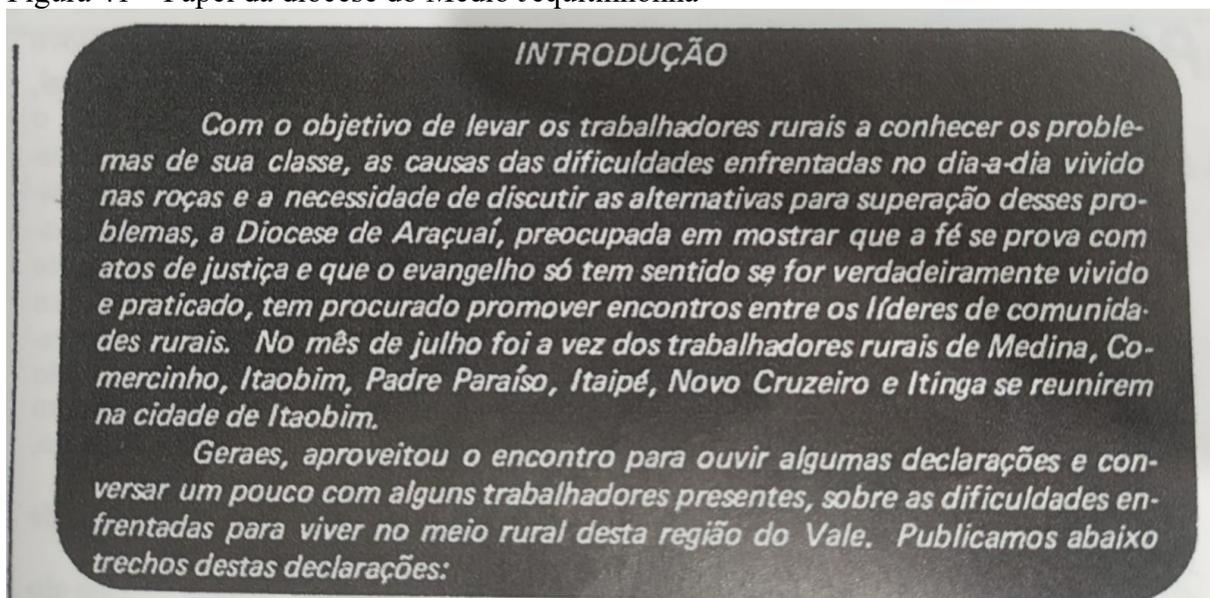
Esse teólogo citado foi punido por alas mais conservadoras da igreja, por fazer essa opção pelos pobres. Para os conservadores do passado e os do tempo presente, optar pelos pobres, a partir da teologia da libertação, é uma espécie de infiltração do comunismo na igreja, o que é assustador para qualquer um que se guie minimamente pela razão, uma vez que de qualquer ângulo que se olhe, principalmente pensando no movimento comunista de

meados do século XX, que era majoritariamente inspirado pelo regime soviético, não guardava a menor simpatia ou similaridade com nada ligado a fé expressa pela Igreja Católica. Talvez, o que se pode encontrar de relação entre Teologia da Libertação e comunismo seja uma utopia em direção à solidariedade. Na teologia da libertação, essa utopia se move pela fé na marcha rumo ao paraíso divino, já no comunismo, essa utopia se move pela razão e esperança na libertação da exploração do homem pelo homem, construção de outro mundo terreno possível.

Apesar de carecer de estudos objetivos e aprofundados para fazer uma afirmação cabal, a tese da derrocada da Igreja Católica no Século XXI na América Latina e principalmente no Brasil, com a ascensão avassaladora dos neopentecostais, talvez esteja ligada justamente à repressão que houve à Teologia da Libertação. A história deixa vestígios em que é possível inferir que, se a Igreja Católica abandonou as periferias e não ocupou mais os espaços a partir dos trabalhos de base, das Comunidades Eclesiais de Base, esse espaço foi e continua sendo ocupado pelos neopentecostais.

No Geraes, ao falar das comunidades rurais do Vale, na introdução da reportagem reforça mais uma vez o papel da diocese do Médio Jequitinhonha na defesa e organização da classe trabalhadora rural.

Figura 41 – Papel da diocese do Médio Jequitinhonha

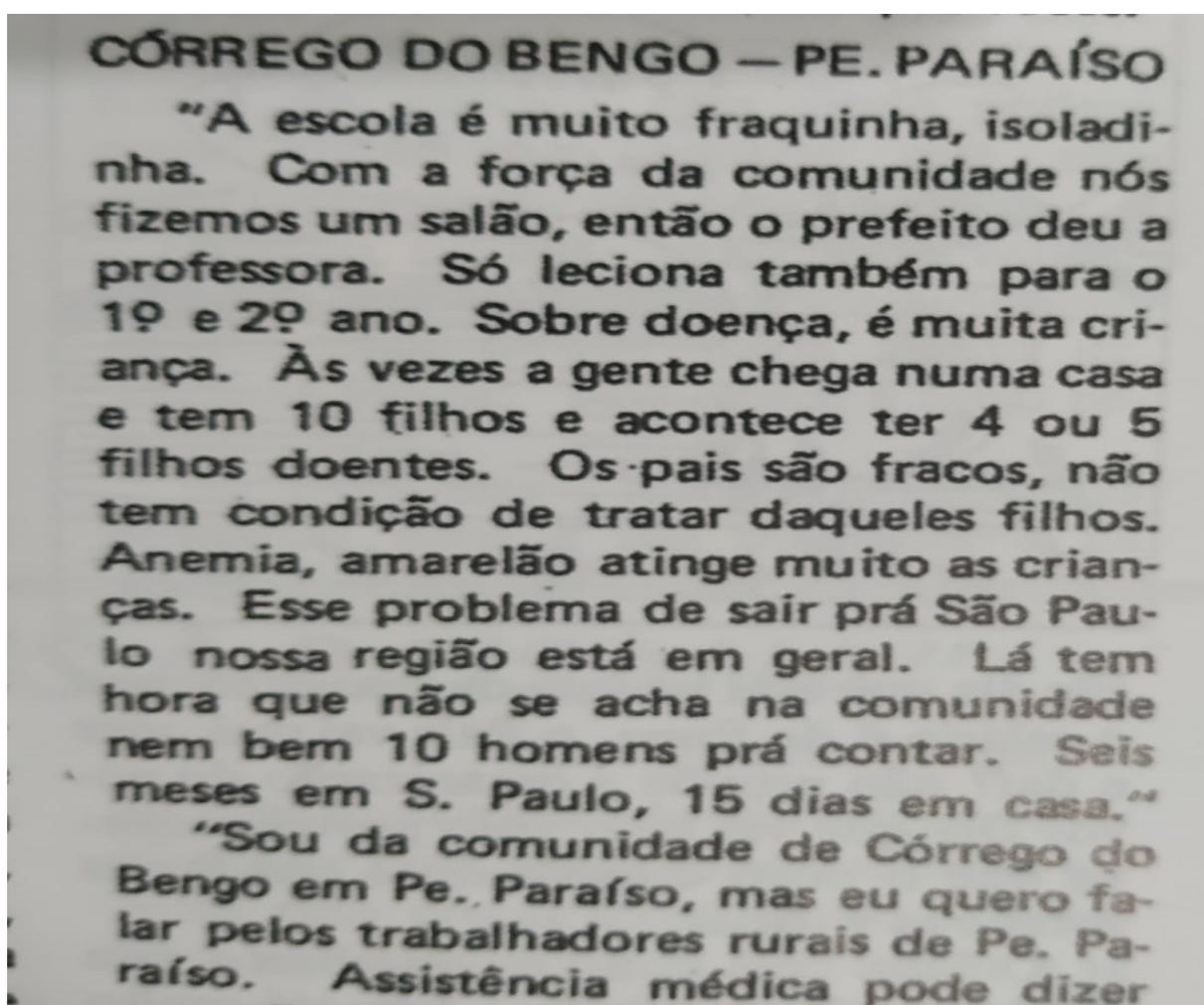


Fonte: Jornal Geraes

Nesse encontro promovido pela Diocese de Araçuaí com as lideranças rurais da região, o Jornal Geraes esteve presente para ouvir os trabalhadores e usar suas páginas como um espaço de voz e representação desses trabalhadores.

As reivindicações e queixas dos trabalhadores sempre giram em torno do que foi apresentado ao longo desta pesquisa - educação, saúde, questões fundiárias e condições de trabalho. É perceptível que esses quatro grandes temas, que estão interligados, eram centrais e partilhados pela maioria dos trabalhadores dos diversos cantos do Jequitinhonha, o que se enquadra perfeitamente na conceituação que Thompson (1987) faz de como acontece uma classe, ou seja, quando alguns homens, a partir de suas experiências comuns, acabam por articular uma identidade, partilhando os mesmos anseios. O excerto abaixo expressa bem alguns desses anseios da classe trabalhadora rural do Vale.

Figura 42 – Reivindicação de trabalhador do Vale do Jequitinhonha



Fonte: Jornal Geraes

Esse trabalhador, no excerto acima, traz um elemento muito significativo, que é a questão da migração masculina da região para São Paulo. Como já abordado anteriormente, o caráter duplamente perverso da exploração do capital no Vale do Jequitinhonha, retirava as

terras e inviabilizava a reprodução social das famílias de forma local, além de liberar mão de obra barata pra ser explorada pelo agronegócio em outras regiões.

Para além desse impacto econômico/estrutural do capital sobre o Jequitinhonha, essa perversidade se materializa em um desarranjo cultural na região que produziu a figura da mulher “viúva de marido vivo”.

E há também mulheres que ficam no Vale aguardando seus maridos e são representadas como “viúvas de marido vivo”; mulheres que ficam trabalhando na roça, no artesanato e na lavagem de roupa; mulheres que cantam a dura luta cotidiana na lavagem de roupas, na modelagem do barro, no trançar do tear. (Paes; Figueiredo; Nobre, p. 158).

Se por um lado, num primeiro olhar mais superficial, tende-se a inferir que esse perverso desarranjo cultural produzido pelo capital no Vale, produziria mulheres vitimizadas diante das vicissitudes impostas pelo reino da necessidade, que seja de sobreviver ou cuidar dos filhos, que geralmente eram em grande número, o que se percebe na cultura local é a produção de mulheres fortes com diversas estratégias de sobrevivência. Algumas dessas estratégias se tornaram tão marcantes que viraram símbolos da cultura do Vale do Jequitinhonha, a exemplo do artesanato em barro, que se tornou marca registrada da região, e do coral de lavadeiras, que, hoje, é tombado como patrimônio imaterial do Vale. É sempre interessante pontuar que a beleza dessas manifestações culturais de resistência não pode ser romantizada ao ponto de esconder a perversidade por trás da construção histórica que atravessa essas mulheres do Vale. Estas não iam para beira do Rio Jequitinhonha a passeio em uma tarde ociosa para comungar com suas amigas as belezas da paisagem bucólica do Rio, elas estavam ali trabalhando duro, lavando inúmeras trouxas de roupa suja em busca de parco sustento para suas famílias e geralmente sendo exploradas pela elite local.

Para efeito de curiosidade, em trabalho de campo pelo Vale, foi possível visitar a casa e o processo de produção do famoso artesanato em barro produzido por mulheres do Vale, como pode ser visto nas fotos abaixo. Na primeira foto, tem os artesanatos modelados e na segunda, o artesanato já pronto e pintado. Todo processo é 100% artesanal.

Figura 43 – Artesanatos modelados



Fonte: arquivo pessoal

Figura 44 – Artesanatos prontos



Fonte: arquivo pessoal

O Vale do Jequitinhonha revelado nesta pesquisa, nas páginas do Geraes, é um Vale de profundas desigualdades sociais e sofrimento humano, injustiças e exploração histórica de sua classe trabalhadora, similar ao que se vê na periferia do capitalismo latino-americano. Mas, sobretudo, o Vale é inquestionavelmente um Vale de belezas, saberes populares, um

Vale de muito cultura popular, religiosidade e resistência daquela cultura interiorana que a cultura capitalista do consumo ainda não conseguiu desagregar. Escolheu-se o difícil caminho do meio nesse entendimento. Por um lado, o Vale do Jequitinhonha é muito mais do que o estigma de pobreza e problemas sociais, mas definitivamente não dá para enxergá-lo a partir de um olhar romantizado, em que a região é apresentada como um paraíso perdido dos saberes tradicionais. O Vale é sobretudo um Vale das contradições.

CONCLUSÕES

Ao iniciar esta pesquisa, a preocupação e objetivo central era compreender como a classe trabalhadora do Vale do Jequitinhonha, majoritariamente de origem rural, era apresentada no Jornal Geraes. No entanto, ao encontrar os documentos primários do SNI produzidos durante a ditadura empresarial-militar, a pesquisa se ampliou não apenas do ponto de vista do debate, mas do ponto de vista da contribuição. Interpretar o Jornal e compreender como a ditadura enxergava tanto os trabalhadores como o Geraes durante o período deu à pesquisa pontos de diálogo no mínimo mais instigantes. Ora foi dada mais atenção à questão dos trabalhadores, ora mais atenção à conjuntura política e resistência do jornal diante da ditadura. Esta pesquisa teve esse caráter duplo.

O achado dos documentos do SNI por definição já representa um resultado significativo desta pesquisa. Trouxe à luz documentos importantes de um importante período da história do país, que setores mais conservadores tentam apagar ou reescrever. Esta pesquisa é finalizada justamente próximo à rememoração dos 60 anos do golpe militar no Brasil, o que só reforça a importância de colocar tais documentos para circulação e reflexão.

Algumas questões surpreendentes se revelaram na pesquisa, a exemplo do papel da Igreja Católica e de padres envolvidos na luta social, organização de associações, sindicatos rurais e, muitas vezes, proteção da classe trabalhadora rural no Vale do Jequitinhonha. Foi objetivamente fundamental o papel da Igreja Católica ligada à Teologia da Libertação na formação de sindicatos de trabalhadores rurais no Vale. Ademais, os documentos primários comprovaram em meio à pesquisa o incômodo da ditadura com os religiosos da região. Essa realmente foi uma descoberta significativa e que nem de longe estava no radar da pesquisa no momento inicial.

Em meio a uma cultura marxista mais tradicional nas academias e às vezes em movimentos políticos, é bem comum, ainda hoje, fechar os olhos para essa realidade que encontramos no Vale do Jequitinhonha, mas em larga medida ela é uma realidade brasileira, o que significa que definitivamente a Igreja Católica e os movimentos eclesiais de base tiveram um papel profundamente importante na história das lutas camponesas desse país, muitas vezes, ocupando o espaço que organizações tradicionais da chamada esquerda no geral buscam reivindicar.

Ficou demonstrado que a classe trabalhadora do Jequitinhonha, representada no Geraes, é sobretudo uma classe vítima da concentração fundiária histórica do país, que só teve esse problema ainda mais agravado por projetos desenvolvimentistas, dos quais a população local não fez parte, pelo menos não como beneficiária.

Em meio a esta pesquisa, ficou evidente como os processos espoliativos (Alentejano, 2022), expostos a partir do conceito de acumulação por espoliação (Harvey, 2014) se apresentaram como uma ferramenta efetivamente fidedigna e cirúrgica, para explicar o processo de tomada das terras dos trabalhadores rurais do Vale do Jequitinhonha para expansão do capital na região, materializados através da chegada das grandes empresas de monocultivo de eucalipto.

A tese inicial da pesquisa, de que o Geraes buscou representar a classe trabalhadora e dar voz a esses trabalhadores, se confirmou, entretanto, o grau de profundidade das matérias, nas quais buscava extrair da população e das lideranças de comunidades rurais a sua realidade nua e crua, muitas vezes surpreendeu na pesquisa. Por se tratar de um momento de ditadura, eram esperadas reportagens menos diretas. Principalmente o Jornal nº 4 do Ano I surpreendeu bastante pela subida do tom em relação à ditadura, críticas diretas ao capitalismo e sobretudo o feito de um jornal nanico, como o Geraes, de conseguir ser recebido para uma entrevista na casa do escolhido pela ditadura para ser Governador de Minas Gerais, no caso o governador Francelino Pereira.

O Materialismo Histórico, ou como Harvey (2005) prefere chamar, o Materialismo Histórico Geográfico se mostrou bastante eficaz como ferramenta de análise e compreensão da realidade com a qual a proposta desta pesquisa se comprometeu. Desde o início, o foco central na questão do trabalho, nos processos produtores de desigualdade, nos aspectos estabelecadores de uma unidade relativa de formação de uma classe, nas relações de poder com foco na divisão social e territorial do trabalho e a produção de consciência, como ferramenta de luta de uma classe, foram balizadores permeados nos debates trazidos.

O Vale do Jequitinhonha, apresentado e debatido nesta pesquisa, foi marcado por profundos avanços sociais desde a década de 1960/70 até os dias atuais. Os anos 2000, com o apogeu do governo do Partido do Trabalhadores (PT), marcaram a região com projetos que mudaram a cara do Vale. A eletrificação rural em praticamente 100% de toda região com o Luz pra Todos, o acesso de populações inteiras à chamada linha branca, eletrodomésticos, a troca do lombo do burro pela motinha, o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais (Programa Cisternas), o bolsa família, os institutos e

universidades federais, o SUS, o SAMU e as estradas mudaram a cara do Vale do Jequitinhonha nas últimas décadas.

Sabe-se que nem de longe os problemas do Vale do Jequitinhonha foram realmente resolvidos, mas também seria desonestidade intelectual não reconhecer os avanços, que muito mais que serem tributários a determinado governo ou partido, têm sua base atrelada às lutas históricas dos trabalhadores deste país, nas quais se incluem os trabalhadores do Vale.

O capitalismo dependente, a ausência de enfrentamento de problemas estruturais, como a concentração fundiária tanto urbana, quanto rural, e questões estruturais da economia, como a dívida pública que absorve boa parte da riqueza produzida no país, representam marcos de produção e reprodução de desigualdades. No século XXI, projetos minerários começaram a rondar o Vale do Jequitinhonha, prometendo a redenção da região. Já é possível ver estampado em Jornais como Folha de São Paulo, Estadão e até Globo o chamado Vale do Lítio. A descoberta de gigantescas reservas desse importante mineral para a produção de baterias de carros elétricos e eletrônicos do novo capitalismo verde, já mergulha o Vale num novo ciclo de exploração dessa divisão territorial do trabalho nos marcos do capitalismo dependente.

A pesquisa demonstrou que a luta no passado, com o Geraes, movimentos eclesiais de base e movimentos culturais foram fundamentais para resistência ao avanço do capital na região e sua desagregação socioespacial. Atualmente, a resistência contra os novos projetos desenvolvimentistas na região vem de diversos movimentos, seja de comunidades quilombolas, artistas, partidos políticos e também de setores da Universidade, como o Observatório dos Vales do Semiárido Mineiro da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). A luta pela manutenção de modos de vida voltados ao tradicional, com uso e ocupação de territórios por culturas, a solidariedade humana e as formas de enxergar a natureza que não como mero recurso a ser explorado, por definição, representam espaços de resistência ao capital. Quanto mais desses espaços permanecerem preservados, menos espaços disponíveis para reprodução do capital existirão.

Esse talvez seja o papel do Vale, um Vale da resistência, uma fronteira incômoda para aqueles que enxergam o mundo a partir do pensamento único, da lógica do capital. O Vale preserva a existência de uma utopia de que outras formas de viver e experienciar o mundo é possível.

Muitos acreditam que a cada território e modo de vida não capitalista espoliado e eliminado, mais a humanidade se aproxima da barbárie, principalmente numa conjuntura na

qual mudanças climáticas e eventos extremos são o plano de fundo da realidade social contemporânea. Talvez a barbárie tenha ficado para trás, talvez temer a barbárie atualmente signifique fazer uma análise a partir do retrovisor da história. Nessa perspectiva, talvez MESZÁROS (2003) esteja coberto pelo manto da razão, quando afirma que “barbárie se tivermos sorte”.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, Paulo. Contrarreforma agrária, violência e devastação no Brasil. *Trabalho Necessário*, v. 20, p. 01-30, 2022.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

ANDRADE FARINA, A. K.; TEODORO MARTINS, P. H. Exploração da mão de obra escrava rural na contemporaneidade: estudo de casos relacionados aos territórios do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais. *Pegada: A revista da geografia do trabalho*, 22(1), 373-404.

ANTUNES, Ricardo L.C. *Adiós al trabajo?: ensayo sobre las metamorfosis y la centralidad del mundo del trabajo*. Cortez Editora, São Paulo, 1995.

ANTUNES, Ricardo L.C. *O continente do labor*. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

ANTUNES, Ricardo L.C. *Os Sentidos do Trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2.ed., 10. reimpr. rev. e ampl. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

ARRUDA, A. *ESG: história de sua doutrina*. São Paulo: GRD; Brasília, DF: INL-MEC, 1980.

BADARÓ, Murilo. História da CODEVALE: dez anos de uma idéia-força (1964-1974). In: BADARÓ, Murilo. *Alma de Minas*. Brasília, Senado Federal/Centro Gráfico, 1984b. p. 203-238.

BARRONE, Ricardo Stazzacappa; BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; MATTOS, Fernando Augusto Mansor de. *A distribuição de renda durante o “milagre econômico” brasileiro: um balanço da controvérsia*. Texto para Discussão. IE/Unicamp, Campinas, n. 251, fev. 2015.

BARROS, José D'Assunção. Sobre o uso dos jornais como fontes históricas: uma síntese metodológica. *Revista Portuguesa de Historia*, v. 52, p. 397-419, 2021.

BARTRA, Armando. *Con los pies sobre la tierra: despojo y resistencia en los territorios*. Ciudad de México. UAM/Ithaca, 2015.

BRASIL. Arquivo Nacional. *Atividade de brasileiros no exterior* (George Abner). Disponível em:

http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/CCC/80004044/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_80004044_d0001de0001.pdf. Acesso em: jun. 2020.

BRASIL. Arquivo Nacional. *Atuação de militantes e ex-militantes de organizações subversivas, ligados a entidades religiosas*. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/OOO/81005329/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_OOO_81005329_d0001de0001.pdf. Acesso em: jun. 2020.

BRASIL. Arquivo Nacional. *Dossiê: atuação de religiosos em Turmalina/MG*. Disponível em:

http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/AAA/85053203/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_85053203_d0001de0001.pdf. Acesso em: jun. 2020.

BRASIL. Arquivo Nacional. *Dossiê: Jornal Geraes*. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/AAA/78114140/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_78114140_d0001de0001.pdf. Acesso em: jun. 2020.

BRASIL. Arquivo Nacional. *Dossiê: levantamento do Vale do Jequitinhonha*. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/AAA/74075297/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_74075297_d0001de0001.pdf. Acesso em: jun. 2020.

BRASIL. Lei no 4.341, de 13 de junho de 1964.

BRENNER, Robert. A Crise Emergente do Capitalismo Mundial: do Neoliberalismo Depressão?. *Xamã*, São Paulo, nº 3, out. 1999.

CALIXTO, J. S. *Reflorestamento, terra e trabalho: análise da ocupação fundiária e da força de trabalho no Alto Jequitinhonha, MG*. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2006.

CARLOS, Ana Fani A. *A Condição Espacial*. São Paulo: Contexto, 2018.

COMBLIN, Joseph Pe A. *A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Trad. de A. Veiga Fialho. v. 51. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1978.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA NORDESTE II. *A escravidão nos ciclos de cana-de-açúcar*. Recife, 2010. Disponível em: <https://www.cptne2.org.br/index.php/publicacoes/noticias/trabalhoescravo/2500-a-escravidao-nos-ciclos-de-cana-de-acucar>. Acesso em: 19 out. 2021.

EAGLETON, Terry. *As ilusões do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

ENGELS, F. *O papel do trabalho na transformação do macaco em homem*. A escravização do trabalhador. *Neue Zeit*, 1896.

FANON, Frantz. *Condenados da terra*. v. 42. São Paulo: Civilização Brasileira, 1968.

FICO, Carlos. *O Golpe de 64: momentos decisivos*.-Rio de Janeiro: FGV, 2014.

FONTES, Virginia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.

FRANCO, Marina. La “teoría de los dos demonios”: un símbolo de la posdictadura en la Argentina. *Contra Corriente*, v. 11, n. 02, p. 22-52, Winter, 2014. Disponível em: <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/34129> . Acesso em: 22 fev. 2022.

GERAES. Ano I, Número 2, GERAES. 1978.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1982.

GRAZIANO, Eduardo; GRAZIANO NETO, Francisco. As condições da reprodução camponesa no Vale do Jequitinhonha. *Perspectivas Revista de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 85-100, 1983.

HARVEY, David. *17 Contradições e o Fim do Capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, David. *A Produção Capitalista do Espaço*. Tradução de Carlos Szlak. 2. ed. São Annablume, 2005.

HARVEY, David. O espaço como palavra-chave. *GEOgraphia*, 14(28), 8-39, 2013.

HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. Tradução de Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HARVEY, David. *Para Entender o Capital*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

HOBBSBAWM, Eric J. *Mundos do Trabalho*. Tradução de Waldea Barcellos e Sandra Bedran. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

LAGOA, Ana. *SNI: como nasceu, como funciona*. Brasiliense, 1983.

LESSA, Sergio. *Amor em tempos de “crise estrutural*. Maceió: Coletivo Veredas, 2021.

LUCA, T. R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (org.). *Fontes Históricas*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008, v. 1, p. 111-153.

LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social I*. Boitempo editorial, 2018.

MAIA, Cláudia de Jesus. “Lugar” e “trecho”: migrações, gênero e reciprocidade em comunidades camponesas do Jequitinhonha. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Viçosa: UFV, 2000.

MARINI, Ruy M. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João P. (org.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 137-80.

MARX, K. *1818-1883 O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital*. Tradução Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K. *Manifesto do Partido Comunista*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. *Os despossuídos: debates sobre a lei referente ao furto de madeira*. Boitempo Editorial, 2017b.

MASSEY, Doreen B. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. (Cap. 6: Espacializando a história da modernidade). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MATTOS, M. B. Classes sociais e luta de classes: a atualidade de um debate conceitual. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, v. 20, p. 33-55, 2007.

MEDEIROS, Leonilde Sérvalo de. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). São Paulo: Unicamp, 1995.

MELO, D. B. Ditadura 'civil-militar'?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. *Espaço Plural*, v. 27, p. 39- 53, 2012.

MÉSZÁROS, Istvan. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. 1.ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

MORAES, Antônio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia crítica a valorização do espaço*. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

MOREIRA, Ruy. *A geografia do espaço-mundo: conflitos e superações no espaço do capital*. Consequência, 2016.

MOREIRA, Ruy. O capítulo 24 e o segredo da atualidade analítico-estrutural do capital de Marx. *Revista da ANPEGE*, v. 11, n. 16, p. 9-19, 2015.

MOREIRA, Ruy. *O que é geografia*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2009. (Coleção Primeiros Passos; 48).

MOREIRA, Ruy. *Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico*. 2. ed., 2. reimp. São Paulo: Contexto, 2021.

MOREIRA, Ruy. *Sociedade e espaço geográfico no Brasil: constituição e problemas de relação*. São Paulo: Contexto, 2011.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964*. 2. ed. Niterói: Eduff, 2020.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

MOURA, Margarida Maria. *Os deserdados da terra:(a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo. *Karl Marx: uma biografia*. Boitempo Editorial, 2020.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura brasileira: transformações recentes. In: ROSS, Jurandyr L. Sanches (org.). *Geografia do Brasil*. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005. p. 467-549.

PAES, Silvia Regina; FIQUEIREDO, A. F. A.; NOBRE, J. C. L. Escritas no barro: encantaria da Lira Marques no Vale do Jequitinhonha. *Ayé: Revista de Antropologia*, v. 5, p. 150-181, 2023.

PEREIRA, J. M. M.; ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. Terra, poder e lutas sociais no campo brasileiro: do golpe à apoteose do agronegócio (1964-2014). *Tempos Históricos* (EDUNIOESTE), v. 18, p. 73-111, 2014.

RESENDE, L. G. Intelectuais orgânicos e contra-hegemonia. *Revista Ágora*, [S. l.], n. 4, 2006.

RIBEIRO, A. E. M. *As estradas da vida: história da terra, da fazenda e do trabalho no Mucuri e Jequitinhonha, Minas Gerais*. 1997. 322p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. 1997.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2014.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia*. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008b.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. Editora Companhia das Letras, 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia: Com novo pós-escrito*. Editora Companhia das Letras, 2018.

SERVILHA, Mateus de Moraes. *O Vale do Jequitinhonha entre a “di-visão” pela pobreza e sua ressignificação pela identificação regional*. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

SILBY, A.; ABNER, G.; MARTINS, T. (org.). *GERAES: a realidade do Jequitinhonha*. Reprodução fac-símile dos fascículos do periódico *Jornal Geraes* publicados entre 1978 e 1985. Belo Horizonte: NEOPLAN, 2011.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

SMITH, Anne Marie. *Um acordo forçado*. O consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

SOARES, Tadeu Martins. *Jequitinhonha 42 anos de travessia: de vale da miséria a vale da cultura*. Belo Horizonte: Editora Pedra Verde, 2020.

SODRÉ, Néelson Werneck. *A intentona comunista de 1935*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1986.

SOUZA, Cristiane L. S. de. *Questão agrária, superexploração e migração temporária: o Vale do Jequitinhonha na dialética do desenvolvimento capitalista dependente*. 2016. 166 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

SOUZA, J. V. A. Fontes para uma reflexão sobre a história do Vale do Jequitinhonha. *UNIMONTES Científica*, Montes Claros, v. 5, n.2, p. 107-120, 2003.

SOUZA, João Valdir Alves de, HENRIQUES, Márcio Simeone. *Vale do Jequitinhonha: formação histórica, populações e movimentos*. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2010.

SOUZA, Lauanda Lopes de. *Mãos e pés na terra: análise dos silenciamentos nos diagnósticos sobre o Jequitinhonha*. Dissertação (Mestrado em Estudos Rurais) – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2022.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. *O Golpe militar de 1964 (2012)*. Disponível em: <https://www.ufmg.br/brasildoc/temas/1-golpe-militar-de-1964/>. Acesso em: 11 dez. 2023.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Os senhores das Gerais: os novos inconfindentes e o golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1986.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. A geografia do mundo do trabalho na viragem do século XXI. *Geosul (UFSC)*, v. 19, n.37, p. 7-26, 2004.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Por uma geografia do trabalho. *Pegada (UNESP)*, Presidente Prudente, v. esp, n. Especial, p. 4-26, 2002.

THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. 1987. (3 vols.) Trad. Denise Bottmann (vols. I e III); Renato Busatto Neto e Cláudia Rocha de Almeida (vol. II). São Paulo, Paz e Terra.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria e outros ensaios*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P. *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. 3. ed. Barcelona: Crítica, 1989.

TRAMARIM, Eduardo. *O "milagre econômico brasileiro"*. Câmara dos Deputados, 2007. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/279588-o-milagre-economico-brasileiro>. Acesso em: 28 mar. 2024.